

UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
MEIO AMBIENTE

Ana Carolina Silva

**A captação de recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos do Estado
de São Paulo: projetos e prioridades da UGRHI-13**

ARARAQUARA – SP
2024

Ana Carolina Silva

A captação de recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo: projetos e prioridades da UGRHI-13

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Mestrado, da Universidade de Araraquara – UNIARA – como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Desenvolvimento Territorial e Alternativas de Sustentabilidade.

Orientada: Ana Carolina Silva

Orientadora: Dra. Alessandra Santos Nascimento

Coorientadora: Dra. Helena Carvalho De Lorenzo

ARARAQUARA – SP
2024

FICHA CATALOGRÁFICA

S578c Silva, Ana Carolina

A captação de recursos do fundo estadual de recursos hídricos do estado de São Paulo: projetos e prioridades da UGRHI-13/Ana Carolina. – Universidade de Araraquara, 2024.

146f.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente- Universidade de Araraquara-UNIARA

Orientador: Profa. Dra. Alessandra Santos Nascimento

1. CBH-TJ. 2. Captação de recursos. 3. Fundo público. 4. Política de recursos hídricos. I. Título.

CDU 577.4



UNIVERSIDADE DE ARARAQUARA - UNIARA

Rua Voluntários da Pátria, 1309 - Centro - Araraquara - SP
CEP 14801-320 | (16) 3301-7100 | www.uniara.com.br

FOLHA DE APROVAÇÃO

NOME DO(A) ALUNO(A): **Ana Carolina Silva**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente, curso de Mestrado, da Universidade de Araraquara – UNIARA – como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente.

Área de Concentração: Desenvolvimento Territorial e Alternativas de Sustentabilidade.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Alessandra Santos Nascimento
UNIARA – Araraquara

Prof. Dr. Sérgio Azevedo Fonseca
UNESP - Araraquara

Prof. Dr. Nemésio Neves Batista Salvador
UNIARA – Araraquara

Araraquara-SP, 21 de fevereiro de 2024.

AGRADECIMENTO

Agradeço a Deus, Jesus e ao meu Anjo da Guarda por todas as coisas maravilhosas que me proporcionaram. Agradeço aos meus pais pelo apoio incondicional durante toda a minha vida. Agradeço às minhas orientadoras Alessandra Santos Nascimento e Helena Carvalho De Lorenzo pela paciência e compartilhamento dos seus saberes comigo, sem dúvidas tive uma excelente orientação durante esse período de mestrado. Agradeço a todos os familiares e amigos que me incentivaram.

Agradeço a Erica Tsuha por me apresentar as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde disponíveis no município de Araraquara.

Agradeço ao Sérgio Azevedo Fonseca, meu orientador na graduação que me incentivou a iniciar o mestrado, serei eternamente grata. Agradeço ao Nemésio Neves Batista Salvador pelas excelentes explicações realizadas nas suas disciplinas temáticas e pelo apoio na concretização desta dissertação. Agradeço a Erica Rodrigues secretária executiva do CBHT-TJ e aos demais funcionários que me auxiliaram na obtenção dos dados para a execução desse trabalho.

Deixo um agradecimento especial a todas as mulheres da minha família. Além disso, agradeço a todas as mulheres pesquisadoras do Brasil, sei como é difícil atuar nessa área. Agradeço a CAPES pelo apoio financeiro e pelo reajuste nos valores das bolsas de pesquisa, que isso se torne apenas o começo da valorização dos pesquisadores brasileiros.

Que eu jamais me esqueça que Deus me ama infinitamente, que um pequeno grão de alegria e esperança dentro de cada um é capaz de mudar e transformar qualquer coisa, pois...

A vida é construída nos sonhos e concretizada no amor.

Chico Xavier

RESUMO

A dissertação de mestrado abordou o tema a captação de recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) na Unidade Hidrográfica de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI) 13 do Estado de São Paulo. O objetivo geral foi investigar como os recursos financeiros oriundos do FEHIDRO foram distribuídos pelo Comitê de Bacia Hidrográfica Tietê-Jacaré (CBH-TJ), a partir da análise dos projetos e dos entes tomadores de recursos da UGRHI 13. O recorte temporal foi desde a criação do CBH-TJ, em 1995, até o ano de 2022. A metodologia utilizada consistiu em um estudo de caso utilizando pesquisa documental de caráter exploratório, tendo como universo todos os municípios da UGRHI 13, que apresentaram projetos ao FEHIDRO. Como parte dos resultados destacaram-se: a reconstrução da história da captação dos recursos do FEHIDRO pelo CBH-TJ; a identificação dos entes tomadores que submeteram mais e menos projetos ao CBH-TJ e dos que tiveram os maiores e menores valores contemplados ao longo do tempo; o conhecimento acerca dos temas financiados e seu alinhamento, ou não, aos Programas de Duração Continuadas (PDCs), Plano de Bacia, Relatórios de Recursos Hídricos, especificidades e prioridades do CBH-TJ. Por fim, esta pesquisa espera contribuir para a tomada de decisões dos integrantes do CBH-TJ, visando um aprimoramento dos projetos e distribuição dos recursos FEHIDRO e, conseqüentemente, uma melhoria da gestão de recursos hídricos da UGRHI 13.

Palavras-chave: CBH-TJ. Captação de Recursos. Fundo Público. Política de Recursos Hídricos.

ABSTRACT

The master's thesis addressed the topic of fundraising from the State Water Resources Fund (FEHIDRO) in the Hydrographic Water Resources Management Unit (UGRHI) 13 in the State of São Paulo. The general objective was to investigate how financial resources from FEHIDRO were distributed by the Tietê-Jacaré Hydrographic Basin Committee (CBH-TJ), based on the analysis of projects and resource-taking entities from UGRHI 13. The time frame was from creation of the CBH-TJ, in 1995, until the year 2022. The methodology used consisted of a case study using documentary research of an exploratory nature, having as universe all municipalities of UGRHI 13, which presented projects to FEHIDRO. As part of the results, the following stood out: the reconstruction of the history of the capture of FEHIDRO resources by CBH-TJ; the identification of borrowing entities that submitted more and fewer projects to the CBH-TJ and those that had the highest and lowest values contemplated over time; knowledge about the topics financed and their alignment, or not, with the Continuous Duration Programs (PDCs), Basin Plan, Water Resources Reports, specificities and priorities of the CBH-TJ. Finally, this research hopes to contribute to the decision-making of CBH-TJ members, aiming to improve the projects and distribution of FEHIDRO resources and, consequently, an improvement in the management of water resources at UGRHI 13.

Keywords: CBH-TJ. Fund-raising. Public Fund. Water Resources Policy.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1. QUANTIDADE DE PROJETOS SUBMETIDOS ENTRE 1995 A 2005.....	72
GRÁFICO 2. CATEGORIAS DOS PROJETOS DE 1995 A 2005.....	74
GRÁFICO 3. PDCs E OUTRAS ESPECIFICIDADES, DE 1995 A 2005.....	75
GRÁFICO 4. QUANTIDADE DE PROJETOS SUBMETIDOS ENTRE 2006 A 2015.....	77
GRÁFICO 5. CATEGORIA DOS PROJETOS DE 2006 A 2015	79
GRÁFICO 6. PDCs E OUTRAS ESPECIFICIDADES, DE 2006 A 2015.....	80
GRÁFICO 7. QUANTIDADE DE PROJETOS SUBMETIDOS ENTRE 2016 E 2022	82
GRÁFICO 8. CATEGORIA DOS PROJETOS DE 2016 A 2022	84
GRÁFICO 9. PDCs E OUTRAS ESPECIFICIDADES, DE 2016 A 2022.....	85
GRÁFICO 10. TIPO DE RECURSOS DE 1995 A 2022.....	87
GRÁFICO 11. VALOR PAGO PELO FEHIDRO DE ACORDO COM AS CATEGORIAS DOS PROJETOS ENTRE 1995 A 2022	88
GRÁFICO 12. VALORES EFETIVAMENTE PAGOS PELO FEHIDRO DE ACORDO COM OS PDCs E OUTRAS ESPECIFICIDADES, ENTRE 1995 A 2022.....	89
GRÁFICO 13. PROJETOS DAS PREFEITURAS MUNICIPAIS E PDCs E OUTRAS ESPECIFICIDADES, ENTRE 1995 A 2022	90
GRÁFICO 14. OUTROS ENTES PÚBLICOS E PDCs E OUTRAS ESPECIFICIDADES, ENTRE 1995 A 2022	92
GRÁFICO 15. TERCEIRO SETOR E PDCs E OUTRAS ESPECIFICIDADES, ENTRE 1995 A 2022	93

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1. POPULAÇÃO E ÁREA TERRITORIAL	23
QUADRO 2. PESQUISA NAS BASES DE DADOS	26
QUADRO 3. OBJETIVOS ESPECÍFICOS E DESCRIÇÃO DE COMO FORAM ATINGIDOS.....	28
QUADRO 4. DEFINIÇÕES DE CAPTAÇÃO OU MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS	35
QUADRO 5. PRINCIPAIS MODALIDADES DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS.....	38
QUADRO 6. MODALIDADE DE CAPTAÇÃO: MECANISMOS FINANCEIROS.....	39
QUADRO 7. MODALIDADE DE CAPTAÇÃO: OUTRAS OPORTUNIDADES DE FINANCIAMENTO	40
QUADRO 8. PROGRAMAS DE DURAÇÃO CONTINUADA (PDCs).....	45
QUADRO 9. DEMANDA DE ÁGUA POR MUNICÍPIO, EM PORCENTAGEM.....	51
QUADRO 10. ÁREAS CRÍTICAS	56
QUADRO 11. QUANTIDADE DE PROJETOS SUBMETIDOS POR TODOS OS TOMADORES (1995 A 2022).....	63
QUADRO 12. TOTAL DE PROJETOS SUBMETIDOS SEPARADOS POR ENTES TOMADORES (1995 A 2022).....	64
QUADRO 13. TOTAL DE PROJETOS CONCLUÍDOS POR ENTE TOMADOR.....	65
QUADRO 14. TOTAL DE PROJETOS CANCELADOS	66
QUADRO 15. SOMATÓRIA DOS VALORES FINANCEIROS DE 1995 A 2022	69

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1. FLUXO OPERACIONAL FEHIDRO	49
FIGURA 2. FILTRO TOMADOR SINFEHIDRO	59
FIGURA 3. LUPA SINFEHIDRO	61
FIGURA 4. ERRO SINFEHIDRO	62
FIGURA 5. DISTRIBUIÇÃO DOS PROJETOS SUBMETIDOS PELOS TOMADORES ENTRE 1995 A 2005.	73
FIGURA 6. ANÁLISE DOS PROJETOS SUBMETIDOS PELOS TOMADORES ENTRE 2006 A 2015	78
FIGURA 7. ANÁLISE DOS PROJETOS SUBMETIDOS PELOS TOMADORES ENTRE 2016 A 2022	83
FIGURA 8. AGUDOS.....	113
FIGURA 9. ARARAQUARA	114
FIGURA 10. AREALVA.....	115
FIGURA 11. AREIÓPOLIS	116
FIGURA 12. BARIRI	117
FIGURA 13. BARRA BONITA.....	118
FIGURA 14. BAURU.....	119
FIGURA 15. BOA ESPERANÇA DO SUL.....	120
FIGURA 16. BOCAINA	121
FIGURA 17. BORACEIA.....	122
FIGURA 18. BOREBI	123
FIGURA 19. BROTAS	124
FIGURA 20. DOIS CÓRREGOS	125
FIGURA 21. DOURADO	126
FIGURA 22. GAVIÃO PEIXOTO	127
FIGURA 23. IACANGA	128
FIGURA 24. IBATÉ.....	129
FIGURA 25. IBITINGA	130
FIGURA 26. IGARAÇU DO TIETÊ	131
FIGURA 27. ITAJU	132
FIGURA 28. ITAPUÍ.....	133
FIGURA 29. ITIRAPINA	134

FIGURA 30. JAÚ	135
FIGURA 31. LENÇÓIS PAULISTA	136
FIGURA 32. MACATUBA	137
FIGURA 33. MINEIROS DO TIETÊ	138
FIGURA 34. NOVA EUROPA.....	139
FIGURA 35. PEDERNEIRAS	140
FIGURA 36. RIBEIRÃO BONITO.....	141
FIGURA 37. SÃO CARLOS.....	142
FIGURA 38. SÃO MANUEL	143
FIGURA 39. TABATINGA	144
FIGURA 40. TORRINHA	145
FIGURA 41. TRABIJU	146

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AFD** Agência Francesa de Desenvolvimento
- APASC** Associação para Proteção Ambiental de São Carlos
- BID** Banco Interamericano de Desenvolvimento
- BASE** Base de Dados, Cadastros, Estudos e Levantamento
- BRH** Bases Técnicas em Recursos Hídricos
- BDTD** Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
- CCS** Capacitação e Comunicação Social
- CCEA** Capacitação Técnica, Educação Ambiental e Comunicação Social
- CBH** Comitê de Bacia Hidrográfica
- CBH-TJ** Comitê da Bacia Hidrográfica do Tietê-Jacaré
- DEHE** Drenagem e Eventos Hidrológicos Extremos
- DOAJ** Directory of Open Access Journals
- FEHIDRO** Fundo Estadual de Recursos Hídricos
- FPM** Fundo de Participação dos Municípios
- GEF** Global Environmental Facility
- GCF** Green Climate Fund
- GDA** Gestão da Demanda de Água
- MRQ** Melhoria e Recuperação da Qualidade das Águas
- ONU** Organização das Nações Unidas
- PGRH** Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos
- PDCs** Programas de Duração Continuada
- PDMA** Desenvolvimento dos Municípios Afetados por Reservatórios e Leis de Proteção de Mananciais
- PDAS** Desenvolvimento e Proteção das Águas Subterrâneas
- PPDE** Prevenção e Defesa Contra Erosão Solo e o Assoreamento dos Corpos d'água
- PPDI** Prevenção e Defesa Contra Inundações
- PRMS** Conservação e Proteção dos Mananciais Superficiais de Abastecimento Urbano
- PCA** Proteção dos Corpos D'água
- PRH** Proteção dos Recursos Hídricos
- PSA** Pagamento por Serviços Ambientais

PQRH Serviços e Obras de Conservação, Proteção e Recuperação da Qualidade dos Recursos Hídricos

QA Qualidade das Águas

RCIPEA Repositório do Conhecimento do Ipea

SciELO Scientific Electronic Library Online

SIGRH Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo

UGRHI 13 Unidade Hidrográfica de Gerenciamento de Recursos Hídricos

URRH Promoção do Uso Racional dos Recursos Hídricos

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	17
1.2. Justificativa.....	19
1.3. Problema de Pesquisa	20
2. OBJETIVOS.....	21
2.1. Objetivo Geral.....	21
2.2. Objetivos Específicos	21
3. METODOLOGIA.....	22
3.1. Universo da Pesquisa.....	22
4. OS MUNICÍPIOS E A CAPTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS	32
4.1. A descentralização municipal e os problemas ambientais.....	32
4.2. Definição de captação de recursos financeiros	35
4.3. A captação de recursos nos municípios brasileiros	36
4.4. Modalidades de captação de recursos	38
4.5. Os fundos públicos do Brasil	40
5. A GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS: FEHIDRO E CBH-TJ.....	43
5.1. A política pública de recursos hídricos no Estado de São Paulo	43
5.2. O FEHIDRO	45
5.3. A UGRHI 13.....	50
5.4. O CBH-TJ	52
6. RESULTADOS E DISCUSSÕES	57
6.1. Distribuição dos recursos do FEHIDRO pelo CBH-TJ	57
6.2. Projetos físicos do CBH-TJ	94
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	100

ANEXO A – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO	111
ANEXO B – RECURSOS DE PROJETOS FÍSICOS FEHIDRO POR MUNICÍPIO DA UGRHI 13	113

1. INTRODUÇÃO

O termo captação de recursos é proveniente do verbo em inglês *fundraising*, de acordo com o dicionário elaborado pela Association of Fundraising Professionals (2003) significa: “The raising of assets and resources from various sources for the support of an organization or a specific project”. Tal suporte ou apoio é efetuado através de diversos modelos e técnicas de captação de recursos, que são amplamente utilizados por vários segmentos da sociedade, como a administração pública, empresas privadas e terceiro setor (Sehnem; Duarte; Dias, 2015).

No âmbito da administração pública, a captação de recursos é considerada importante, principalmente na gestão municipal, pois a maioria dos municípios necessita de mais verba do que efetivamente recebe. A ausência desse dinheiro acarreta na falta de investimentos em políticas públicas essenciais para a população, ficando a cargo dos gestores públicos a busca permanente do aperfeiçoamento estatal através da desburocratização dos atos administrativos e do uso racional dos recursos públicos (Santos, 2019).

A atuação dos gestores públicos municipais na busca por fontes alternativas de recursos vem gerando bons resultados que estão sendo sistematizados na literatura, destacando-se os seguintes estudos de casos: o do município de Bananeiras, no estado da Paraíba, realizado por Almeida e Marques (2013); o do município de Natividade, no estado do Rio de Janeiro, relatado por Ribeiro (2014); a pesquisa sobre o município de Xanxerê, em Santa Catarina, de autoria de Junior e Dall ’Agnol (2014); o caso da Estância Turística de Presidente Epitácio, no estado de São Paulo, descrito por Oliveira e Lechan (2017); o do município de Anápolis, no estado de Goiás, pesquisado por Alves (2018); a experiência do município de Canoas, no estado do Rio Grande do Sul, apresentada por Marques (2019); os municípios do estado de Minas Gerais, analisados por Teixeira (2021); o município de Lucas do Rio Verde, no estado do Mato Grosso, exposto por Carvalho e Paes (2022); e o município de Fronteira Oeste, no Rio Grande do Sul, narrado por Albeche (2022). Todos esses casos abordaram o tema da captação de recursos utilizando o recorte municipal, descrevendo como ocorre a captação, isto é, quais são os benefícios e principais atores envolvidos. Tais investigações delinearão um panorama geral dos recursos obtidos.

Já o conjunto de autores composto por Sampaio (2006), Jota (2018), Lima (2019), Queiroz (2019), Lopes (2020), Castro (2022) e Noronha (2022) tratou da temática da captação

de recursos utilizando um recorte mais específico. Esses estudiosos utilizaram os fundos públicos, que é uma das modalidades de captação de recursos. São trabalhos que fizeram um levantamento do que são esses fundos, como ocorreu a obtenção e redistribuição do dinheiro ao longo dos anos, como contribuíram para as políticas públicas e para a sociedade de forma geral. A maioria desses estudos apontou propostas de melhorias e sinalizou a necessidade de novas pesquisas com esse tema.

Como exemplos de trabalhos que se dedicaram a detalhar ainda mais o tema da captação de recursos, temos os estudos de Martins (2012), Goulart Júnior (2014), Santos (2018) e Filho, Araujo e Cezarino (2020). Estas investigações trabalharam o referido tema a partir da política pública de recursos hídricos, utilizando como recortes analíticos a Unidade Hidrográfica de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI), com suas respectivas bacias hidrográficas; e, o Comitê de Bacia Hidrográfica (CBH) de determinada região.

A investigação de Martins (2012) descreveu os critérios de priorização dos projetos e também as normas de distribuição dos recursos financeiros junto ao Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO), no Comitê da Bacia Hidrográfica do Tietê-Jacaré (CBH-TJ). Por sua vez, Goulart Júnior (2014) dedicou um capítulo da sua tese para um estudo de caso nas Bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá e do Paraíba do Sul. Ele investigou os projetos contemplados com recursos de demanda induzida e espontânea, as prioridades, critérios e mecanismos nas aplicações destes recursos e os beneficiários. Os autores Filho, Araujo e Cezarino (2020) publicaram um artigo analisando a captação de recursos para preservação da Bacia do Pardo. Por fim, Santos (2018) realizou uma análise dos critérios adotados e dos empreendimentos financiados com recursos do FEHIDRO na Bacia do Sorocaba e Médio Tietê.

Vale destacar que esses trabalhos foram pioneiros e apresentaram inúmeras contribuições e discussões para a literatura. Nesses textos foi apontada a relevância de novas pesquisas com esse tipo de abordagem, mas considerando outras localidades. Ainda de acordo com tais trabalhos, novos estudos poderão contribuir seja para a literatura especializada, seja para a melhoria da gestão dos recursos hídricos no Brasil (Martins, 2012; Goulart Júnior, 2014; Santos, 2018).

A presente dissertação foi elaborada sob a inspiração dos estudos de Martins (2012), Goulart Júnior (2014), Santos (2018) e de Filho, Araujo e Cezarino (2020). Com isso, a dissertação percorreu a trilha que esses autores fizeram, estudando o tema da captação de recursos a partir da política pública de recursos hídricos, afinando para uma UGRHI, em um

CBH específico. No caso desta dissertação, foi a UGRHI 13 e o CBH-TJ, o diferencial foi a abordagem dada ao tema da captação de recursos, cujo intuito foi a realização de uma investigação ao longo de 27 anos, focalizando na descrição dos principais tomadores de recursos e em como os projetos submetidos e aprovados dos recursos do FEHIDRO foram executados nesse período.

Vale ressaltar que foram analisados os projetos disponibilizados no site do SinFEHIDRO, incluindo os que foram apoiados com os recursos da cobrança pelo uso da água na UGRHI 13. Esses valores foram considerados, pois, após a obtenção, eles são destinados a uma subconta do FEHIDRO, ou seja, pertencem a este fundo, que vem aplicando parte desse valor na implementação de programas definidos pelo Plano Estadual de Recursos Hídricos (ANA, 2024; SÃO PAULO, 1991, 2005, 2006).

Sendo assim, além de introdução, objetivos, justificativa, problema de pesquisa e metodologia, esta dissertação foi dividida em dois capítulos, o primeiro foi denominado “Os municípios e a captação de recursos financeiros”; e, o segundo, “A gestão de recursos hídricos, o FEHIDRO e o CBH-TJ”; posteriormente temos os resultados e discussões e as considerações finais.

1.2. Justificativa

Os temas abordados nesta dissertação demonstram sua relevância ao poder contribuir para a resolução de problemas socioambientais, pois o cerne da pesquisa é a análise da captação de recursos para a preservação dos recursos hídricos, em particular, da água, um bem escasso e essencial para a vida. As discussões e iniciativas que contemplam o tema da preservação da água vêm ganhando destaque, principalmente, após a criação dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), no ano de 2015. Diante do exposto, pode-se constatar que esta dissertação contribui para dois desses 17 objetivos, são eles: o objetivo 6 - Água potável e saneamento; e, o objetivo 14 - Vida na água, pois seus resultados fornecem parâmetros a respeito de como os recursos financeiros destinados à gestão dos recursos hídricos foram executados, servindo de base para o seu aperfeiçoamento.

A pesquisa também colabora em diversas áreas, sendo algumas delas: a captação de recursos públicos; os fundos públicos; o financiamento municipal; o gerenciamento dos

recursos hídricos no Brasil; o financiamento de projetos públicos ambientais; os comitês de bacias hidrográficas, a agência de bacias e a transparência pública etc. Além disso, coopera com um aspecto pouco explorado na literatura especializada, já que os estudos realizados sobre essa temática não são focados em como os municípios, e, demais entidades da UGRHI 13, fazem a aplicação dos recursos obtidos do FEHIDRO no CBH-TJ.

1.3. Problema de Pesquisa

De acordo com Neves (2012), os municípios são corresponsáveis pela questão ambiental, não sendo necessário um longo aprofundamento sobre a importância do seu protagonismo na gestão de recursos hídricos. Apesar de tal aprofundamento ser ou não necessário, vale destacar que, no processo de construção da política pública de recursos hídricos, a atuação municipal e a pressão social foram determinantes para que o Brasil adotasse o sistema de bacias hidrográficas.

A legislação vigente sobre a gestão das águas garante o direito à participação e à tomada de decisões de diversos segmentos da sociedade, como órgãos públicos, usuários de água e sociedade civil. Entretanto, um dos grandes desafios consiste no fato de que, muitas vezes, essa participação não é igualitária, conforme apontado por Miranda (2008) a participação da sociedade civil pode ser pontual e restrita, pois depende de medidas descentralizadas e de regulamentação em cada Comitê da Bacia Hidrográfica (CBH).

Goulart Júnior (2014) abordou essa questão na Bacia do rio Paraíba do Sul e na Bacia do rio Piracicaba, Capivari e Jundiá. Para este autor, ocorreu um predomínio de arranjos políticos institucionais de atores públicos e privados em todos os processos, a saber: participação, discussão e deliberação.

A pesquisa de Miranda (2008), realizada junto aos membros do CBH do Piracicaba, Capivari e Jundiá e no CBH-TJ, apontou que a participação das prefeituras, e de outras entidades, nos CBHs têm contribuído para a possibilidade de aprovação de seus projetos do FEHIDRO.

De acordo com Santos (2018), tem existido uma prevalência dos municípios como principais beneficiários dos recursos oriundos do FEHIDRO. Desde a constituição do FEHIDRO, em 1991, até outubro de 2019, foram 78% dos recursos direcionados aos municípios, 14% para a sociedade civil e 8% para o Estado (SECRETARIA, 2019).

Os municípios são os maiores contemplados com os recursos do FEHIDRO e pretendem continuar sendo, pois, de acordo com Almeida e Marques (2013), Ribeiro (2014), Junior e Dall’Agnol (2014), Alves (2018), Marques (2019) e Silva (2021), alguns municípios começaram a investir e procurar profissionais qualificados no mercado, isto é, profissionais que tenham conhecimento em captação de recursos e gestão de projetos. Como resultados, tais municípios conseguiram que diversos projetos seus fossem aprovados.

O fato de vários relatos sobre captação de recursos não estarem sistematizados na literatura tem colaborado para inibir a transparência pública e dificultar o aprendizado institucional. Desse modo, embora os municípios tenham se destacado, ao longo dos anos, como entes tomadores dos recursos do FEHIDRO, ainda não está explícito quais são esses municípios e como tais recursos foram executados. Decorrente do exposto, há a necessidade de indagar: “O que a distribuição dos recursos do FEHIDRO tem revelado sobre as prioridades do CBH-TJ?”; aprofundando esta questão também podemos indagar “se a distribuição dos recursos do FEHIDRO teria realmente atendido às prioridades do CBH-TJ para os principais tomadores, ou seja, os municípios?”, e, por fim, “se a distribuição dos recursos está, ou não, condizente com a visão do FEHIDRO, ou, será que tal distribuição está privilegiando categorias/áreas específicas?”.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo Geral

Investigar como os recursos financeiros oriundos do FEHIDRO foram distribuídos durante o período de 1995 a 2022 pelo CBH-TJ, a partir da análise dos projetos e dos entes tomadores de recursos.

2.2. Objetivos Específicos

1. Identificar os projetos submetidos ao CBH-TJ, bem como os entes que submeteram desde a sua criação em 1995 até o ano de 2022.
2. Apurar quais foram os municípios investigados que tiveram mais e menos projetos aprovados e não aprovados, e os que tiveram maiores e menores valores contemplados.

3. Verificar os projetos aprovados por municípios e sua distribuição por categorias (Obra, Serviço, Projeto Executivo, Projeto Básico, Estudo, Outros).
4. Analisar os projetos em si, verificando os temas financiados e seu alinhamento, ou não, aos Programas de Duração Continuada (PDCs) e a outras especificidades e prioridades do CBH-TJ.

3. METODOLOGIA

3.1. Universo da Pesquisa

O universo da presente pesquisa contempla todos os municípios pertencentes a UGRHI 13 que submeteram projetos ao FEHIDRO do Estado de São Paulo. A UGRHI 13 está localizada na região central do estado e, segundo Sammarco, Souza e Teixeira (2018), possui aproximadamente 1.555.463 habitantes. O uso e ocupação do solo estão relacionados à agroindústria e agropecuária. Pode ser caracterizada como uma região rica, pois as principais atividades econômicas estão relacionadas à produção de açúcar, álcool e processamento de cítricos. Nas cidades maiores como Bauru, São Carlos, Araraquara e Jaú há outros setores da indústria como papel, bebidas, calçados e metal mecânica.

Na UGRHI 13 há 34 municípios, sendo eles respectivamente: Agudos, Araraquara, Arealva, Areiópolis, Bariri, Barra Bonita, Bauru, Boa Esperança do Sul, Bocaina, Boracéia, Borebi, Brotas, Dois Córregos, Dourado, Gavião Peixoto, Iacanga, Ibaté, Ibitinga, Igarapu do Tietê, Itaju, Itapuú, Itirapina, Jaú, Lençóis Paulistas, Macatuba, Mineiros do Tietê, Nova Europa, Pederneiras, Ribeirão Bonito, São Carlos, São Manuel, Tabatinga, Torrinha e Trabiju.

A vegetação da Bacia Tietê-Jacaré possui índice de cobertura vegetal de cerca de 8%, com predomínio de fragmentos de savana e floresta estacional semidecidual e envolve 11 unidades de conservação (CRH-TJ, 2022, TUNDISI *et. al*, 2008). Segundo informações do relatório da UGRHI 13 (Quadro 1), esta Bacia abrange uma área territorial de 15.918,3 Km² e área de drenagem de 11.749 km². A vazão média é de 97 m³/s, vazão mínima de 40 m³/s e vazão em 95% do tempo de 50 m³/s (CBH-TJ, 2022).

Dos municípios que a Bacia Tietê-Jacaré aborda, 16 estão distribuídos espacialmente, exclusivamente, na UGRHI 13, são eles: Areiópolis, Bariri, Boa Esperança do Sul, Bocaina, Boraceia, Brotas, Dourado, Gavião Peixoto, Itajú, Itapuú, Jaú, Macatuba, Nova Europa,

Pederneiras, Ribeirão Bonito e Trabiú e 27 municípios possuem mais da metade de seu território na UGRHI 13.

A seguir no Quadro 1 veremos o número de habitantes e a área territorial de cada município da UGRHI 13:

Quadro 1. População e Área Territorial

Município	População residente	Área Territorial km ²	Porte
Arealva	8.130	506,226	Pequeno Porte I
Areiópolis	10.130	85,907	Pequeno Porte I
Boa Esperança do Sul	12.978	690,748	Pequeno Porte I
Bocaina	11.259	363,926	Pequeno Porte I
Boracéia	4.715	122,11	Pequeno Porte I
Borebi	2.713	347,989	Pequeno Porte I
Dourado	8.096	205,874	Pequeno Porte I
Gavião Peixoto	4.702	243,766	Pequeno Porte I
Iacanga	10.437	547,393	Pequeno Porte I
Itaju	3.618	230,355	Pequeno Porte I
Itapuí	13.659	140,023	Pequeno Porte I
Itirapina	16.148	564,603	Pequeno Porte I
Macatuba	16.829	224,514	Pequeno Porte I
Mineiros do Tietê	11.230	213,242	Pequeno Porte I
Nova Europa	9.311	160,25	Pequeno Porte I
Ribeirão Bonito	10.989	471,553	Pequeno Porte I
Tabatinga	14.769	368,604	Pequeno Porte I
Torrinha	9.335	315,267	Pequeno Porte I
Trabiú	1.682	63,421	Pequeno Porte I
Agudos	37.680	966,708	Pequeno Porte II
Bariri	31.595	444,405	Pequeno Porte II
Barra Bonita	34.346	150,121	Pequeno Porte II
Brotas	23.898	1.101,37	Pequeno Porte II
Dois Córregos	24.510	632,972	Pequeno Porte II
Ibaté	32.178	290,978	Pequeno Porte II
Igaraçu do Tietê	23.106	97,747	Pequeno Porte II
Pederneiras	44.827	727,482	Pequeno Porte II
São Manuel	37.289	650,734	Pequeno Porte II
Ibitinga	60.033	689,391	Médio Porte

Lençóis Paulista	66.505	809,541	Médio Porte
Araraquara	242.228	1.003,63	Grande Porte
Bauru	379.146	667,684	Grande Porte
Jaú	133.497	687,103	Grande Porte
São Carlos	254.857	1.136,907	Grande Porte

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE 2022.

Constata-se a partir do Quadro 1 que apenas quatro municípios são de grande porte, a saber: Araraquara, Bauru, São Carlos e Jaú, pois ultrapassam 100 mil habitantes; e dois são de médio porte: Ibitinga e Lençóis Paulista. Os demais 28 municípios são classificados como de pequeno porte. Esses dados demonstram uma particularidade da UGRHI 13, isto é, a predominância de municípios de pequeno porte. O recorte temporal da dissertação foi o período de 10 de novembro de 1995 até 31 de dezembro de 2022¹.

3.2. Tipo e técnicas de pesquisa

A dissertação em questão adotou uma abordagem descritiva, caracterizada pela análise da captação de recursos pelo Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO), com o objetivo de contribuir para a gestão de recursos hídricos do Estado de São Paulo. Para a construção dessa análise realizou um estudo de caso selecionando uma das 22 Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI) existentes no Estado, ou seja, a UGRHI 13, e um dos 21 Comitês de Bacias atuantes, a saber: o Comitê da Bacia Hidrográfica Tietê-Jacaré (CBH-TJ). A escolha do estudo de caso para analisar a captação de recursos dos projetos do FEHIDRO para o CBH-TJ possibilitou aprofundar o processo de captação de recursos, fornecendo insights valiosos sobre sua eficácia e eficiência. Além disso, propiciou identificar possíveis áreas de melhoria, contribuindo para fornecer subsídios para a tomada de decisões acerca da gestão dos recursos hídricos pelo referido Comitê. Desse modo, corroborou-se com a visão de Simons (2014), segundo a qual os estudos de caso consistem em uma abordagem importante para a pesquisa e avaliação, oferecendo uma compreensão aprofundada em contexto.

¹ A pesquisa inicial foi realizada até o ano de 2022 por meio da plataforma SinFEHIDRO. Contudo, como os projetos de 2020 a 2022 não estão acessíveis à consulta, nesta dissertação, utilizou-se apenas os projetos físicos disponibilizados até o ano de 2019 no escritório do CBH-TJ, no município de Araraquara.

Em relação aos seus objetivos, a pesquisa foi classificada como exploratória, com o intuito de fornecer informações mais detalhadas sobre a problemática em questão, tornando-a mais explícita. Este estudo preliminar, conforme descrito por Gil (2008, p. 41), teve como objetivo “proporcionar maior familiaridade com o problema (explicitá-lo)”.

No que diz respeito aos procedimentos, a pesquisa foi classificada como bibliográfica e documental. A maioria dos dados foi coletada na plataforma SinFEHIDRO, mas também foram pesquisados os projetos físicos submetidos ao FEHIDRO para obtenção de recursos.

Já na análise dos dados do SinFEHIDRO e dos projetos físicos foi utilizado a pesquisa descritiva de dados, pois é uma ferramenta poderosa que avança o conhecimento e informa a tomada de decisões, seja na criação de melhores políticas ou na compreensão de problemas que afetam diferentes populações. A pesquisa descritiva também é fundamental para a verificação de dados antes de responder a outra pergunta de pesquisa (Ribeiro, Ranganathan, 2019; Lesko, Fox, Edwards, 2022; Enago Academy, 2024)

Atrelada a pesquisa descritiva, também foi dada uma abordagem quantitativa, pois de acordo com os textos que compõem a coletânea intitulada “Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Quantitativo” (CEBRAP, 2016), a sua principal característica é a unicidade da forma de coleta e tratamento dos dados, onde é necessário coletar um conjunto de informações comparáveis, obtidas para um mesmo conjunto de unidades observáveis. Além disso, na abordagem quantitativa pode-se identificar regularidades, ou seja, perfis e tendências dos dados.

Os dados da dissertação consistiram em *dados primários*, foram eles: os projetos físicos do FEHIDRO, e também, os materiais disponibilizados pelo site do SinFEHIDRO. Tais dados foram considerados primários em razão do fato de terem sido coletados diretamente pela autora desta dissertação, ou seja, de não terem recebido tratamento analítico por outros investigadores. Sobre os projetos físicos, estes foram consultados com o intuito de coletar as informações necessárias para responder as questões do Anexo A, que tinha enquanto finalidade identificar a distribuição dos recursos do FEHIDRO e o seu alinhamento, ou não, aos PDCs. Já o site do SinFEHIDRO foi investigado por reunir todas as informações do FEHIDRO.

O primeiro passo para a realização da pesquisa foi a revisão bibliográfica, nela foram utilizados os seguintes bancos de dados: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); CAPES Periódicos; CAPES Teses e Dissertações; Google Acadêmico; Repositório Institucional UNESP; e, *Scientific Electronic Library Online* (SciELO).

Nessas bases foram utilizadas as seguintes palavras-chave: FEHIDRO; Comitê da Bacia Hidrográfica do Tietê-Jacaré; Captação de recursos públicos; Fundos públicos ambientais; Financiamento de projetos públicos ambientais; Fundos Públicos e Agência de bacias. A seguir o Quadro 2 exemplifica as bases, os descritores e os bancos de dados investigados:

Quadro 2. Pesquisa nas bases de dados

Palavras-chave	Capes Periódicos	Repositório Institucional UNESP	SciELO	BDTD	Google Acadêmico	Capes teses e dissertações
FEHIDRO	10	21	5	22	1.900	18
Comitê da Bacia Hidrográfica do Tietê-Jacaré	7	150217	1	12	1.050	3
Captação de recursos públicos	271	192877	12	525	258.000	4
Fundos públicos ambientais	159	11409	1	1713	136.000	81961
FEHIDRO e CBH-TJ	1	153239	0	7	67	erro
FEHIDRO & CBH-TJ	1	149	0	7	67	0
FEHIDRO and CBH-TJ	0	149	0	7	67	0
FEHIDRO e CBH-TJ e captação de recursos	0	195079	0	0	41	0
FEHIDRO & CBH-TJ & captação de recursos	0	192881	0	0	41	0
FEHIDRO and CBH-TJ and captação de recursos	0	192881	0	0	41	0
Financiamento de projetos públicos ambientais	38	192880	0	447	140.000	1494342
Fundos Públicos	3.758	6129	35	7545	478.000	49
Agência de bacias	258	192867	14	827	82.100	1494078

Fonte: Elaboração própria (2022).

Optou-se pela utilização dessas bases para fornecer um cenário geral sobre a quantidade de pesquisas com essa temática, e também, para compor o referencial teórico-metodológico da presente dissertação. Os resultados do Repositório Institucional da Unesp foram desconsiderados, devido a um problema na filtragem dos dados, no Repositório era selecionado letra por letra dos descritores, por isso os valores apresentados se diferem daqueles encontrados nas demais plataformas. A base Google Acadêmico também teve seus resultados desconsiderados, já que a base não conseguiu filtrar com precisão as palavras-chave inseridas.

Para compor o escopo desta dissertação foram utilizados os materiais obtidos a partir do levantamento bibliográfico sintetizado pelo Quadro 2, os textos repetidos foram eliminados e foram adotados somente os resultados dos filtros “FEHIDRO” e “CBH-TJ”. Com o descritor

ou palavra-chave “FEHIDRO”, as bases da CAPES Periódicos e CAPES Teses e Dissertações apresentaram 8 artigos, 2 conjuntos de dados, 11 dissertações e 4 teses. Na base SciELO foram obtidos 5 artigos; e, na BDTD foram levantadas 15 dissertações e 7 teses.

Ao utilizar a palavra-chave “CBH-TJ” constatou-se um número baixo de publicações, nas bases da CAPES foram 7 artigos e 3 dissertações; na SciELO apenas 1 artigo; e na BDTD foram encontradas 9 dissertações e 3 teses.

Dos resultados obtidos na base de dados BDTD, duas dissertações se relacionavam com os propósitos desta dissertação, uma de autoria de Martins (2012), que ponderou sobre os critérios de priorização de projeto junto ao FEHIDRO no CBH-TJ, e, a outra, a de Santos (2018), que realizou uma análise dos critérios adotados e dos empreendimentos financiados com recursos do FEHIDRO na Bacia do Sorocaba e Médio Tietê. Ambos os trabalhos utilizaram o FEHIDRO e um Comitê de Bacias como estudo de caso, o que também é proposto nesta dissertação. No entanto, a presente pesquisa difere-se em virtude da ênfase aos tomadores de recursos, fazendo um diagnóstico geral ao longo do tempo. Sendo assim, encontrou-se a lacuna que esta dissertação buscou contribuir.

De outro modo, Cechinel *et al.* (2016) sinalizaram caminhos metodológicos para o desenvolvimento da análise documental na dissertação. Segundo esses estudiosos, tal análise:

[...] inicia-se pela avaliação preliminar de cada documento, realizando o exame e a crítica do mesmo, sob o olhar, dos seguintes elementos: contexto, autores, interesses, confiabilidade, natureza do texto e conceitos-chave. Os elementos de análise podem variar conforme as necessidades do pesquisador. Após a análise de cada documento, segue-se a análise documental propriamente dita [...] (Cechinel *et al.*, 2016, p. 4).

A análise preliminar colaborou para mapear, selecionar e organizar as informações disponíveis nos projetos físicos dos proponentes e também no site do SinFEHIDRO. Já a análise documental propriamente dita consistiu no percurso metodológico para a interpretação dessas informações que possibilitaram a elucidação do objeto de estudo desta dissertação. A análise preliminar foi o primeiro passo, em seguida, as perguntas do Anexo A foram procuradas nos projetos físicos, depois as informações obtidas foram transmitidas para uma planilha em Excel² onde foram analisadas e sintetizadas.

² Esta planilha não será disponibilizada devido a assinatura do termo de confidencialidade e sigilo dos projetos.

Sendo assim, a dissertação foi elaborada, contendo um objetivo geral e quatro objetivos específicos. A seguir temos o Quadro 3 onde são apresentados os objetivos específicos e como cada um deles foi alcançado.

Quadro 3. Objetivos específicos e descrição de como foram atingidos

<p>Identificar os projetos submetidos ao CBH-TJ, bem como os entes que submeteram desde a sua criação em 1995 até o ano de 2022.</p>	<p>Tal levantamento e sistematização foram feitos utilizando os dados do Sistema de Informações Gerenciais do FEHIDRO (SinFEHIDRO), plano de bacia hidrográfica, relatório de situação, deliberações e arquivos do CBH-TJ.</p>
<p>Apurar quais foram os municípios investigados que tiveram mais e menos projetos aprovados e não aprovados, e os que tiveram maiores e menores valores contemplados.</p>	<p>Estes objetivos foram realizados em três etapas, sendo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Análise dos dados obtidos do SinFEHIDRO nos softwares Excel e Power BI. • Exploração dos projetos do FEHIDRO no escritório do CBH-TJ, com o intuito de responder às perguntas presentes no Anexo A. • Comparação, junção e análise das etapas 1 e 2, utilizando os dados do SinFEHIDRO e os projetos físicos do FEHIDRO.
<p>Verificar os projetos aprovados por municípios e sua distribuição por categorias (Obra, Serviço, Projeto Executivo, Projeto Básico, Estudo, Outros).</p>	
<p>Analisar os projetos em si, verificando os temas financiados e seu alinhamento, ou não, aos Programas de Duração Continuada (PDCs) e às outras especificidades e prioridades do CBH-TJ.</p>	

Fonte: Elaboração própria (2023).

No quarto objetivo, foi investigado nos projetos físicos disponíveis no escritório do CBH-TJ os seguintes dados, conforme o Anexo A presente ao final dessa dissertação:

- Ente tomador (é importante destacar que cada ente receberá um código na dissertação para assegurar o sigilo);
- Objetivo de cada projeto submetido;
- O número de participantes de cada projeto submetido;
- No caso de projetos que tiveram valor de contrapartida, verificar se o responsável

especificou a forma como iria pagar esse valor (recursos próprios ou financiamento) e o valor;

- Verificar se foi especificado quem elaborou o projeto (os funcionários/servidores do tomador, empresa terceirizada ou outros);
- Verificar se o projeto submetido previa a participação de outros municípios da UGRHI 13. Se sim, quais e quantos municípios;
- Verificar se foram citados parceiros no projeto submetido. Qual tipo de parceiro (prefeituras? Empresas?);
- Verificar se foi citado o número de empregos que seriam gerados com o projeto submetido;
- Verificar se no projeto submetido foi descrito ações futuras, ou seja, se havia indícios que o projeto poderia vir a se tornar um programa ou uma política pública? Se sim, descrever as ações previstas;
- Verificar o regime jurídico do tomador;
- Verificar as áreas temáticas abrangidas pelo projeto submetido;
- Verificar o prazo de execução do projeto submetido, especificando a quantidade (meses e/ou anos);
- Informar os resultados esperados do projeto submetido (descrever se serão serviços, obras – citar os tipos).

Essas perguntas foram elaboradas após uma investigação e coleta de dados sobre o objeto estudado. Esta etapa iniciou-se utilizando as informações públicas disponibilizadas no site SinFEHIDRO 2.0 – Sistema de Informações Gerenciais do FEHIDRO na modalidade de login acesso ao cidadão. Na realização da pesquisa foram percebidos erros no sistema de filtragem dessa plataforma, cada espaço que podia ser digitado aparecia um resultado diferente para o mesmo tipo de questionamento, por exemplo, se digitasse a palavra “Araraquara” no ícone município aparecia um conjunto de dados, se colocasse no ícone tomador aparecia outro conjunto. O problema era que os dados não se interligavam, fazendo com que algumas informações não aparecessem. Tal variação sinaliza a possibilidade de existência de alguma

incoerência nos resultados encontrados. O que aponta a necessidade de aprimoramento do site SinFEHIDRO.

Além disso, neste site ainda é considerada a existência de 12 PDCs³ que foram estabelecidos no segundo Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH), expresso na Lei nº 9.034/1994, vigente até o ano de 2004. Após a Deliberação CRH nº 55, de 15 de abril de 2005, foi aprovado a estrutura com oito PDCs, sendo mantido na Deliberação CRH nº 246/2021, valendo até os dias atuais. Por isso, é possível encontrar PDCs antigos e atuais no SinFEHIDRO, assim como alguns itens diferentes, vide a seguir:

- Base de Dados, Cadastros, Estudos e Levantamento (BASE)
- Bases Técnicas em Recursos Hídricos (BRH) – **atual PDC 1**
- Capacitação e Comunicação Social (CCS) – **atual PDC 8**
- Capacitação Técnica, Educação Ambiental e Comunicação Social (CCEA)
- Conservação e Proteção dos Mananciais Superficiais de Abastecimento Urbano (PRMS) – **antigo PDC 5.**
- Desenvolvimento dos Municípios Afetados por Reservatórios e Leis de Proteção de Mananciais (PDMA) – **antigo PDC 10**
- Desenvolvimento e Proteção das Águas Subterrâneas (PDAS) – **antigo PDC 4**
- Drenagem e Eventos Hidrológicos Extremos (DEHE) – **atual PDC 7**
- Gestão da Demanda de Água (GDA) – **atual PDC 5**
- Melhoria e Recuperação da Qualidade das Águas (MRQ)
- Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos (PGRH) – **antigo PDC 1**
- Prevenção e Defesa Contra Erosão Solo e o Assoreamento dos Corpos d'água (PPDE) – **antigo PDC 9**
- Prevenção e Defesa Contra Inundações (PPDI) – **antigo PDC 8**
- Promoção do Uso Racional dos Recursos Hídricos (URRH)

³ Eram os seguintes PDCs: 1. Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos (PGRH) 2. Aproveitamento Múltiplo e controle dos Recursos Hídricos (PAMR) 3. Serviços e Obras de Conservação, Proteção e Recuperação da Qualidade dos Recursos Hídricos (PQRH) 4. Desenvolvimento e Proteção das Águas Subterrâneas (PDAS) 5. Conservação e Proteção dos Mananciais Superficiais de Abastecimento Urbano (PRMS) 6. Desenvolvimento Racional da Irrigação (PDR) 7. Conservação de Recursos Hídricos na Indústria (PCRI) 8. Prevenção e Defesa contra Inundações (PPDI) 9. Prevenção e Defesa Contra a Erosão do Solo e o Assoreamento dos Corpos D'água (PPDE) 10. Desenvolvimento dos Municípios Afetados por Reservatórios e Leis de Proteção de Mananciais (PDMA) 11. Articulação Interestadual e com a União (PAIU) 12. Participação do Setor Privado (PPSP).

- Proteção dos Corpos D'água (PCA)
- Proteção dos Recursos Hídricos (PRH) – **atual PDC 4**
- Qualidade das Águas (QA) – **atual PDC 3**
- Serviços e Obras de Conservação, Proteção e Recuperação da Qualidade dos Recursos Hídricos (PQRH) – **antigo PDC 3**

Nesta lista constatou-se a ausência dos atuais PDC 2 - Gerenciamento dos Recursos Hídricos e o PDC 6 - Abastecimento e Segurança Hídrica. Verificou-se que BASE, CCEA, MRQ, URRH e PCA não são PDCs e nem SubPDCs, ou seja, aparentam ser áreas temáticas, mas não é possível afirmar, pois pode ser um erro no site ou uma classificação baseada em algum documento que não está público. No manual de utilização do site não contém essa informação. As informações sobre os PDCs no site talvez devessem ser desconsideradas para essa pesquisa, mas foram utilizadas porque são necessárias para responder ao quarto objetivo específico desta dissertação, ou seja, verificar os temas financiados e seu alinhamento, ou não, aos Programas de Duração Continuada (PDCs) do FEHIDRO.

No site SinFEHIDRO foi necessário um levantamento manual, onde foi utilizado o nome dos 34 municípios pertencentes a UGRHI 13. Cada informação precisou ser transferida individualmente para uma planilha em Excel, o site disponibilizava uma planilha para ser baixada, mas ela não tinha todas as informações necessárias para a execução da dissertação.

Nesse processo, optou-se por verificar integralmente os projetos submetidos por todos os entes tomadores da UGRHI 13. Partiu-se do entendimento segundo o qual mesmo que um determinado projeto não tenha sido aceito para apoio financeiro, de certa forma, ocorreu uma tentativa por parte do tomador, isto é, houve uma articulação e um aprendizado por parte deste ente, que foram sintetizados no projeto, tornando este último elegível para análise.

Conforme a investigação foi sendo feita, também foram constatados erros de instabilidade na plataforma SinFEHIDRO, um exemplo disso foi o surgimento e o desaparecimento de 12 projetos. A última consulta realizada no site foi em setembro de 2023, onde esses 12 projetos, antes desaparecidos, foram novamente identificados. Esses apontamentos visaram esclarecer ao leitor as dificuldades encontradas e as estratégias propostas pela dissertação para tentar solucioná-las, ou, pelo menos, mitigá-las.

4. OS MUNICÍPIOS E A CAPTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

Neste capítulo é analisado o tema da captação de recursos financeiros pelos municípios brasileiros, com destaque para o setor ambiental.

4.1. A descentralização municipal e os problemas ambientais

De acordo com a Constituição Federal Brasileira de 1988, a organização político-administrativa compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. Essa divisão ocorre visando à descentralização do poder. Em tal modelo de organização existe o federalismo fiscal que atribui para cada ente da federação a competência para arrecadar um determinado tipo de tributo, a repartição de receitas tributárias e a responsabilidade de cada ente na alocação de recursos públicos e serviços públicos para a sociedade (BRASIL, 2022; ENAP, 2017).

Em relação às competências tributárias, a União tem o controle de sete impostos: Imposto de Importação - II; Imposto de Exportação - IE; Imposto sobre a Renda - IR; Imposto sobre produtos Industrializados - IPI; Imposto sobre Propriedade Territorial Rural - ITR; Imposto sobre Operações Financeiras – IOF; e Imposto sobre Grandes Fortunas - IGF. Os Estados e Distrito Federal possuem três impostos, são eles: Imposto Sobre Transmissão Causa Mortis e Doações de Bens ou Direito - ITCMD; Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS; e Impostos sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA. Por sua vez, os municípios também possuem três: Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana - IPTU; Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI; Imposto sobre Serviços - ISS, além das taxas e contribuições de melhoria.

De acordo com Lacerda (2019), no modelo atual, a União arrecada 70% dos tributos, enquanto os Estados respondem por 25% e os Municípios por 5%. Após a distribuição, cerca de 57% permanecem em Brasília, 25% com os Estados e cerca de 17% vão para os Municípios. Percebe-se que os Municípios recebem um montante orçamentário menor, ficando dependentes de transferências dos governos estadual e federal (Alves, 2018).

Apesar da descentralização trazer autonomia para os municípios, ela tem sido implementada sem considerar o porte demográfico, as condições econômicas, financeiras, geográficas, capacidade técnica, desenvolvimento social desse ente. Além disso, trouxe mais responsabilidades na prestação de serviços públicos essenciais, ocorrendo, assim, o aumento e

a diversificação dos problemas, pois as demandas locais cresceram e o incremento dos recursos financeiros não acompanhou tal crescimento (Gallo *et al.*, 2016).

Vale ressaltar que a atuação municipal é muito importante para a promoção do serviço público efetivo, ético e de qualidade para seus cidadãos. As principais ações que os municípios devem implementar são: manutenção da saúde pública; da educação; de programas sociais, nas áreas de assistência social e habitação; do esporte, cultura e lazer; de proteção do meio ambiente; de desenvolvimento agropecuário; de desenvolvimento econômico; de planejamento e desenvolvimento urbano; ações administrativas e tributárias, de administração dos recursos humanos, tecnológicos e financeiros (Junior; Dall’Agnol, 2014).

Um dos grandes desafios que a descentralização trouxe para os municípios está relacionado com as políticas públicas ambientais, já que, segundo a Constituição Federal de 1988, esse tema se tornou responsabilidade de todos os entes federados. Embora esteja previsto na legislação, na prática ainda existem muitos aspectos que precisam ser melhorados, pois o país possui diversos problemas ambientais, a exemplo dos desmatamentos, queimadas, poluição do ar e da água, contaminação dos solos pelo uso abusivo dos agrotóxicos na agricultura, extinção de espécies de animais, entre outros. É uma situação que se agrava a cada ano devido as mudanças climáticas antrópicas (Little, 2003).

Além desses problemas, ao se analisar a questão ambiental nos municípios, percebe-se que faltam instrumentos básicos de controle, como a ausência de legislação ambiental e elaboração do Plano Diretor Municipal, documentos extremamente importantes para o desenvolvimento territorial. No entanto, um dos principais empecilhos para uma gestão ambiental municipal adequada tem sido a quantidade de recursos financeiros destinados para a área ambiental, pois ao se observar o cenário nacional constata-se que os recursos que o governo federal destinou a essa área, entre 2001 a 2018, foram ínfimos:

Nesse período, o governo federal gastou nessa área uma média de R\$ 5,9 bilhões/ano, o que corresponde ao total de R\$ 106,7 bilhões no período. Isso representa, em média, 0,10% do produto interno bruto (PIB)/ano e 0,25% do gasto total do governo federal/ano. Ou, ainda, a gastos no montante de R\$ 30,43 per capita/ano. Os maiores gastos foram praticamente compartilhados em três temas: i) manejo de recursos aquáticos, em especial com o pagamento do seguro-defeso ao pescador artesanal (25,65%); ii) outras atividades de proteção ambiental, que incluem a gestão do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e de instituições vinculadas (25,63%); e iii) gestão de efluentes líquidos e águas residuais (24,73%). Comparado com outros países latino-americanos, os gastos em proteção do meio ambiente do Brasil são, proporcionalmente, pequenos, o que indica que os governos brasileiros que se sucederam deram baixa prioridade orçamentária às políticas ambientais. A despeito

disso, o Brasil desenvolveu uma série de ações que resultaram em progressos nas políticas ambientais (Viana; Moura; Klug, 2020, p. 7).

A situação se agrava ainda mais quando se considera que o TCU e a Controladoria-Geral da União (CGU), que são instituições de controle responsáveis por monitorar e avaliar as ações e políticas públicas do governo federal, não recebem recursos suficientes para tornar as leis efetivas. Além disso, o próprio governo federal não tem se pautado nas recomendações desses órgãos sobre irregularidades. Segundo a Agência Câmara (2020), essas instituições poderiam ser aliadas na implementação e efetivação das leis ambientais, já que produzem recomendações relevantes que podem induzir mudanças na legislação e na administração pública.

É importante ressaltar, conforme sugerido por Leme (2022), que a agenda ambiental precisa de diálogos interfederativos e que sua ausência tem acarretado falta de coordenação, fragmentação das políticas públicas, desperdício de recursos, sobreposição de ações e inúmeros conflitos de competência. Como exemplo de ausência desse tipo de diálogo, o setor de saneamento básico apresentou discrepância na oferta dos serviços de esgotamento sanitário em municípios de diferentes portes.

Esta diferença quanto à oferta dos serviços de esgotamento sanitário em municípios de diferentes portes pode ter ocorrido porque, segundo explica o IBGE (2002), o PLANASA ao criar Companhias Estaduais, não obteve tanto efeito na esfera administrativa das entidades prestadoras de serviço de esgotamento sanitário. Pois, o serviço prestado aos municípios permaneceu primordialmente sob a responsabilidade dos governos locais, de modo que os municípios de menor porte, em sua grande maioria, eram servidos por entidades municipais, enquanto que geralmente nos municípios de maior porte, predominavam as entidades estaduais (Santos *et al.*, 2018, p. 244).

O problema da falta de diálogo interfederativo não fica apenas no setor de saneamento básico, Santos *et al.* (2018) também relatam sobre a dificuldade dos municípios de pequeno porte com a drenagem urbana e os resíduos sólidos. São problemas decorrentes dos baixos recursos para investimento, ausência de participação social devido ao baixo nível educacional da população, aspectos econômicos e geográficos em determinadas regiões.

Nesse contexto, a captação de recursos financeiros é vista como uma possível solução para os problemas ambientais dos municípios. Ou seja, compreende uma alternativa para que os gestores municipais consigam avançar na implementação de políticas públicas ambientais. A

captação pode significar verba para a realização das demandas que não são passíveis de serem satisfeitas apenas com os recursos previstos no orçamento (Prates *et al.* 2006).

4.2. Definição de captação de recursos financeiros

Conforme abordado por Nishimura (2017), o Quadro 4 traz a evolução do conceito de fundraising, captação ou mobilização de recursos:

Quadro 4. Definições de captação ou mobilização de recursos

Autor	Ano	Definição
Broce	1988, p. 27-28	“É o ato de pedir uma doação em dinheiro, trata-se de “uma sofisticada arte que é frequentemente descrita com as mais sofisticadas de todas as formas de relações públicas”
Kotler e Fox	1994, p. 402	“A expressão levantamento de fundos é usada para fazer referência as atividades da instituição para obter apoio financeiro”
Levi e Cherry	1996	“Ato de levantar ou obter recursos de várias fontes para dar suporte econômico a uma organização ou a um projeto específico”
Manes	1997, p. 50-52	“É o conjunto de atividades que têm como objetivo obter suporte financeiro”
Trouble	1998, p. 14-15, 467	“É a ação de solicitar ofertas de várias fontes” ou “o esforço sistemático para atrair apoio financeiro”, ou ainda, “o ato de convencer outros para dar suporte financeiro a uma causa”
Flanagan	2000	“A captação de recursos visa benefícios financeiros e benefícios organizacionais”
Cruz e Estraviz	2003, p. 17	“É uma das atividades fundamentais das instituições sem fins lucrativos e deve ser compreendida, assimilada e realizada, mesmo que indiretamente, por toda a organização”
Pereira	2006, p. 4	“Fundraising como a ação organizada e orientada para captação de fundos ou recursos, financeiros ou não, para uma determinada causa, organização, filantrópica ou não”
Melo e Leitão	2007, p. 14	“O conceito para captação de recursos pode estar em várias definições. Para alguns, é encontrar quem participe dos riscos das boas ideias; buscar recursos no organismo externo; é ter uma necessidade e precisar convencer pessoas ou instituições a colocar recursos, além de mostrar como a instituição beneficiária irá retornar o investimento”

Fonte: Nishimura (2017).

Nishimura (2017) afirma que o termo “captação de recursos” é o mais utilizado na literatura especializada. A mesma autora também cita que na atualidade o termo “mobilização de recursos” é usado com maior frequência pelas instituições do terceiro setor. Esta mudança também foi apontada por Ferrari (2018), ao afirmar que o termo captação de recursos é mais voltado para doadores em dinheiro, e, que vem sendo substituído pelo termo mobilização de recursos, mais abrangente por estar ligado ao uso eficiente dos recursos humanos, financeiros, materiais, estruturais e de serviços.

Essa alteração já tinha sido sinalizada por Nishimura (2017) ao citar Thibes e Moretto Neto (2011). Segundo Nishimura (2017), o termo “captação de recursos” deixou de ser uma mera captação de recursos financeiros, por meio de projetos específicos, para se tornar um esforço permanente, planejado e sistemático no fortalecimento da instituição com o apoio de vários atores (*stakeholders*).

4.3. A captação de recursos nos municípios brasileiros

No Brasil, o termo “captação de recursos” começou a ser utilizado na década de 1990, segundo Brunetti (2003 *apud* Adam, 2007). De início, a captação de recursos era uma prática voluntária que estava mais diretamente ligada aos fundadores das Organizações da Sociedade Civil (OSC). Foi nesse cenário que a disputa por recursos para as OSC atraiu filantropos e empresas privadas que viam nesse setor a oportunidade de refletirem sua possível causa social. Uma das primeiras obras relacionada ao tema foi lançada por Cruz e Straviz (2000), uma espécie de manual sobre as diversas fontes de captação, bem como as atividades, técnicas e estratégias para conseguir sucesso nesse exercício (Nishimura, 2017; Ferrari, 2018; Saroute, 2018).

Atualmente existem diversas obras e relatos sobre a área de captação de recursos no Brasil e no mundo. De acordo com pesquisa realizada por Silva (2021), em âmbito nacional, foram detectadas quatro experiências de municípios brasileiros que apresentaram um diagnóstico geral da área de captação de recursos, especificando o auferimento de verba, através de diversas modalidades. Os municípios analisados foram: Anápolis - Goiás, Bananeiras - Paraíba, Canoas - Rio Grande do Sul e Xanxerê - Santa Catarina. Todos demonstraram que a captação de recursos traz muitos benefícios, principalmente para os gestores municipais que conseguiram efetivar as suas promessas de campanha e contribuíram para as finanças do

município. Por exemplo, em 2020, na Prefeitura de Xanxerê, os valores obtidos com a captação de recursos através das transferências voluntárias representaram 37,75% da estimativa da receita arrecadada pelo município (IMPOSTÔMETRO, 2021; PAINÉIS + BRASIL, 2021). Neste caso, a população foi a principal beneficiária das melhorias. De outro modo, constatou-se também que os quatro municípios utilizaram a elaboração e gestão de projetos como uma estratégia para captar recursos dos Estados e da União.

Além disso, o estudo de Silva (2021) apurou a emergência da profissionalização da captação de recursos, seja pela criação de uma equipe, seja pela busca no mercado por profissionais qualificados, como o serviço de consultoria. Isso permitiu argumentar que os municípios analisados estavam comprometidos e preocupados com a atividade de elaboração de projetos, de modo que estes pudessem ser aprovados.

Já autores como Prates *et al.* (2006) investigaram a captação de recursos como uma estratégia para a ampliação de receitas no âmbito local. A importância desse tema para os municípios fica evidente nesta passagem:

Atualmente, a captação de recursos torna-se cada vez mais relevante para viabilizar demandas da população e possibilitar investimentos de maior vulto, necessários à execução de obras de infraestrutura mais significativas, bem como a consecução de políticas públicas, cuja coordenação e execução, cada vez mais são atribuídas ao poder local, pela proximidade que logra ter dos destinatários desses benefícios (Prates *et al.*, 2006, p. 5).

Embora a captação de recursos tenha se tornado alvo dos municípios, é uma prática indispensável utilizada pelo terceiro setor, porque são instituições que já surgem sem recursos financeiros, precisam ficar buscando constantemente diversas formas de obtê-lo para conseguir realizar suas atividades. Segundo Silva (2021), o movimento da profissionalização nessa área foi impulsionado por essa necessidade do terceiro setor.

O governo federal é visto pelo terceiro setor e pelos municípios como uma oportunidade de captar recursos, devido a concentração de verba. Mas, com a disseminação de conhecimento sobre a captação de recursos, o terceiro setor já percebeu que não precisa depender de transferências e editais do governo, pois existem diversas oportunidades para auferir verba. Os municípios perceberam isso recentemente, por isso vêm ocorrendo novas pesquisas e capacitações nessa área, mas ainda não é possível saber se será uma tendência que irá se consolidar, ou, se será descontinuada caso ocorra uma nova política tributária.

4.4. Modalidades de captação de recursos

As definições das principais modalidades de captação de recursos estão apresentadas no Quadro 5.

Quadro 5. Principais modalidades de captação de recursos

Fontes	Definição
Agências de fomento nacionais	Agência de fomento é a instituição com o objetivo principal de financiar capital fixo e de giro para empreendimentos previstos em programas de desenvolvimento, na unidade da Federação onde estiver sediada.
Bancos	Bancos são instituições financeiras que podem ser privadas ou públicas que fornecem serviços financeiros à sociedade.
Captação de recursos internacionais	Ato de buscar financiamento internacional. São duas as principais formas de captar recursos internacionais: (i) desenvolvendo parcerias de longo prazo com organizações financiadoras (são os chamados grantmakers), (ii) ou enviando projetos para os editais dessas e de outras organizações internacionais.
Chamamento público	Procedimento feito pela administração pública para executar atividades ou projetos que tenham interesse público. Esta parceria é celebrada por meio de termos de colaboração, fomento ou acordos de cooperação.
Crowdfunding	Financiamento de uma iniciativa a partir da colaboração de um grupo (pode ser pequeno ou muito grande) de pessoas que investem recursos financeiros nela.
Edital	Ferramenta legal caracterizada como um ato escrito em que são apresentados avisos, discriminações, citações e demais comunicados de ordem oficial
Emendas parlamentares	Emenda parlamentar, instrumento que permite aos deputados e senadores realizarem alterações no orçamento anual. As emendas individuais impositivas apresentadas ao projeto de lei orçamentária anual (PLOA) poderão alocar recursos a órgãos ou entidades da administração pública direta ou indireta da União, dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, consórcio público, organização da sociedade civil ou serviço social autônomo. As emendas são chamadas impositivas porque a União é obrigada a executá-las quando aprovadas.
Fundos patrimoniais	Fundos patrimoniais (<i>endowments</i>) são estruturas que recebem e administram bens, majoritariamente recursos financeiros, que são investidos com os objetivos de preservar o valor do capital principal no longo prazo, inclusive contra perdas inflacionárias, e gerar resgates recorrentes e previsíveis para sustentar financeiramente um determinado propósito, uma causa ou uma entidade de interesse público ou coletivo, sem fins lucrativos.
Fundos públicos	A constituição de fundo público compreende um conjunto de recursos, incluindo as obrigações a ele relacionadas, que por lei se vinculam à realização de finalidades específicas.

Leis de incentivo	Mecanismos de renúncia fiscal presentes nas três esferas do governo: federal, estadual e municipal. Por meio delas, o governo abre mão de uma parcela dos impostos devidos de pessoas físicas e jurídicas para que os recursos sejam investidos em projetos sociais, culturais e esportivos pelo país.
Prêmios	Concessão como reconhecimento por um serviço prestado; compensação, gratificação, recompensa.
Transferências voluntárias	Transferências voluntárias definidas no art. 25 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) como a entrega de recursos financeiros a outro ente da federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.
Transferência especial	Modalidade de transferência especial foi concebida por meio da edição da Emenda Constitucional nº 105, de 12 de dezembro de 2019 (EC nº 105, de 2019), a qual criou uma nova modalidade de transferência, exclusivamente para o repasse de recursos das emendas parlamentares individuais a Estados, Distrito Federal ou Municípios.

Fonte: Elaboração própria (2023).

Analisando os dados do Quadro 5 percebe-se que existem diversas formas de conseguir recursos para um projeto, programa ou ideia. Na própria literatura é difícil encontrar essa informação de maneira sistematizada. Visando apoiar os gestores públicos municipais e, de maneira geral, a política pública ambiental, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) criou um guia prático de captação de recursos para áreas protegidas e outras medidas de conservação em nível local, neste documento, são elencadas diversas modalidades de captação de recursos.

Dentre essas modalidades tem se destacado a cobrança pelo uso da água, pois ela vem gerando valores significativos para algumas regiões, como a UGRHI 15, que, ano de 2022, previa arrecadar R\$ 6.794.055,78, mas é importante ressaltar que este valor não fica somente nesse local, uma parte dos recursos obtidos vai para uma subconta do FEHIDRO. Nos quadros 6 e 7 é possível observar mais modalidades de captação, denominadas pelo MMA de mecanismos financeiros (Quadro 6) e outras oportunidades (Quadro 7).

Quadro 6. Modalidade de captação: mecanismos financeiros

MECANISMOS FINANCEIROS
Adoções
Cobrança pelo Uso da Água
Compensação Ambiental
Compensação Financeira - Recursos Minerais

Concessões, Autorizações e Permissões de Uso de Bens Públicos
Conversão de Multas
Emendas Parlamentares
Fundo Amazônia
Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF)
Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA)
Fundo Nacional sobre Mudanças Climáticas (FNMC)/ Fundo Clima
ICMS Ecológico (Verde)
Parcerias com o Terceiro Setor

Fonte: Brasil (2022).

Quadro 7. Modalidade de captação: outras oportunidades de financiamento

OUTRAS OPORTUNIDADES DE FINANCIAMENTO
Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (United States Agency for International Development – USAID)
Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD)
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES Fundo Social
Fundo de Participação dos Municípios (FPM)
Fundo Mundial para o Meio Ambiente (Global Environmental Facility – GEF)
Fundo Socioambiental Caixa Econômica Federal
Fundo Verde para o Clima (Green Climate Fund - GCF)
Pagamento por Serviços Ambientais (PSA)
Royalties de Petróleo e Gás Natural
Outras Oportunidades de Financiamento Ofertadas pelo Setor Privado

Fonte: Brasil (2022).

4.5. Os fundos públicos do Brasil

De acordo com Costa (2017), o fundo público consiste em um “instrumento criado por lei, sem personalidade jurídica, para gestão individualizada de recursos vinculados, visando ao alcance de objetivos específicos”. Segundo Nascimento (2015), os fundos públicos representam instrumentos de gestão que permitem a melhoria no desempenho e transparência na aplicação dos recursos. Já Lopes e Macedo (2023) apontam que os fundos públicos têm atuação

estratégica no capitalismo contemporâneo, tanto para a acumulação de capital, quanto para a reprodução da força de trabalho, além de serem importantes no combate às desigualdades territoriais.

O surgimento dos fundos no Brasil ocorreu de maneira desordenada, pois, de acordo com Inesc (2022), não é seguido o conceito clássico de que um fundo é criado para atendimento de demandas específicas e vinculadas, porque não se tem a mesma estrutura para todas as categorias de fundos existentes no país. Isso acaba gerando problemas, como foi relatado por Lopes e Macedo (2023), ao investigarem os Fundos Constitucionais de Financiamento (FCFs):

Por serem importantes e seguras fontes de recursos creditícios, ainda mais em ambiente de ajuste fiscal e crise econômica, os FCFs vêm sendo instigados nos últimos anos a abarcar ações, funções, objetivos e prioridades que não estão contemplados em seus objetivos básicos, nem alinhados com as diretrizes da política regional, para as quais estão designados. Alguns estudos acadêmicos, bem como relatórios de avaliação do Ministério da Economia (ME), do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) e do Tribunal de Contas da União (TCU), apontam que eles passam por problemas de ordem administrativa, gerencial, financeira e burocrática, o que acarreta diminuição de sua efetividade no combate às desigualdades inter e intrarregionais. (Lopes; Macedo, 2023, p. 6).

Os problemas mencionados evidenciam a importância e a necessidade de mais pesquisas sobre os fundos públicos, já que, de acordo com Queiroz (2016): “o fundo público é um instrumento utilizado há bastante tempo nas políticas públicas brasileiras, no entanto, a bibliografia sobre o tema ainda é escassa”. Novos estudos podem contribuir para a consolidação dessa área, identificando os avanços e as dificuldades dos fundos públicos.

Há na literatura algumas investigações que buscam fazer isso, utilizando um fundo público específico, como: o FNMC (2016) que realizou uma avaliação do desempenho e contribuição do Fundo Clima, considerando seus aspectos positivos e suas limitações; Sampaio (2006) que investigou um estudo de caso sobre a atuação do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), verificando a sua contribuição para o financiamento ambiental no Brasil; Borges (2005) que apresentou a experiência do município de São Paulo na implantação e organização do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (FEMA); Castro (2001) que avaliou o processo de gasto público do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); Nascimento (2015) que analisou a participação do Fundo Estadual do Meio Ambiente de Goiás (FEMA) no fomento às políticas de desenvolvimento e preservação do meio ambiente em Goiás; Soneghet e Simon (2014) que relataram sobre os processos de criação e funcionamento dos fundos ambientais em municípios do Estado do Espírito Santo; e, Lima

(2018) que fez um estudo de caso do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (FEMA) do município de São Paulo, analisando o princípio da publicidade.

O trabalho de Sanches (2002) se diferenciou dos anteriores ao apresentar uma terminologia para classificar os diferentes períodos de utilização de fundos na administração pública federal, a saber: o período embrionário, o período de difusão e o período de restrição. Já o estudo de Queiroz (2016) realizou uma avaliação de duas alternativas de fundos como instrumentos para viabilizar a universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

A presente pesquisa constatou na literatura sobre fundos públicos a existência de um volume maior de estudos sobre os fundos estaduais de recursos hídricos. Tais estudos apresentaram objetivos parecidos, isto é, o de identificar o seu funcionamento, a aplicação dos recursos, os principais desafios e avanços em determinadas regiões. Como exemplos de estudos em localizações diferentes é possível citar o do estado do Amazonas e o do estado do Rio de Janeiro, o autor Dias (2020) investigou o funcionamento e o gerenciamento do Fundo Estadual de Recursos Hídricos do Amazonas, traçando um panorama geral e os desafios para a gestão. Enquanto Rodrigues (2007) discorreu sobre o Fundo de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro (FUNDRHI), realizando um diagnóstico do seu funcionamento e desafios, o autor o comparou com os procedimentos adotados pelo FEHIDRO.

Os trabalhos a seguir focalizam no FEHIDRO do Estado de São Paulo: o texto de Guimarães, Xavier e Lemos (2008) investigou a necessidade da implantação dos fundos estaduais de recursos hídricos no atual sistema de gestão de recursos hídricos; Gil (2009) avaliou os investimentos do FEHIDRO no trecho paulista da Bacia do Rio Paraíba do Sul; o estudo de Santos (2018) analisou os critérios adotados e os empreendimentos financiados com recursos do FEHIDRO na Bacia do Sorocaba e Médio Tietê; o estudo de Festa (2018) apresentou um levantamento da aplicação de recursos do FEHIDRO na UGRHI 11, com ênfase nos projetos de execução do segmento municipal; a pesquisa de Martins (2012) averiguou os critérios e normas de distribuição dos recursos do FEHIDRO no CBH-TJ; o estudo de Marinheiro (2016) discorreu sobre a participação das prefeituras municipais, que fazem parte do Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê (CBH-AT), no aproveitamento dos recursos do FEHIDRO; e o texto de Martins; Dias; Salvador (2021) analisou os projetos apresentados ao CBH-TJ, em específico aqueles que foram contratados para financiamento com recursos oriundos do FEHIDRO.

Essas pesquisas focalizadas no FEHIDRO demonstram a importância deste fundo público e, ao mesmo tempo, fornecem indícios que precisam ocorrer mudanças, pois todos os estudos citam o excesso de procedimentos burocráticos desse fundo, inclusive, enfatizam a necessidade de novas investigações sobre esse objeto. Mas o ponto principal é a comprovação de que entre todos os fundos públicos voltados a questão ambiental no Brasil, os de recursos hídricos são os mais investigados no âmbito acadêmico, ao todo foram 9 trabalhos encontrados. Eles têm proporcionado reflexões extremamente importantes para o aperfeiçoamento desse fundo e da política pública de recursos hídricos.

5. A GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS: FEHIDRO E CBH-TJ

Este capítulo dedica-se a gestão dos recursos hídricos, dando ênfase ao Estado de São Paulo como referência para a implementação dessa política pública, também reflete sobre o FEHIDRO e o CBH-TJ.

5.1. A política pública de recursos hídricos no Estado de São Paulo

O processo de construção da política de águas começou no Estado de São Paulo em 1989 com a formação do consórcio Piracicaba e Capivari. Inicialmente, só os prefeitos participavam, depois foi criando um corpo técnico e o consórcio se tornou uma agência de bacias, a mesma se converteu em um espaço de muita discussão e participação social que contribuiu para a criação da Lei nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991 (Gallo, 1995).

Essa lei foi pioneira ao instituir uma política de recursos hídricos e um Sistema Integrado de Gerenciamento, de modo descentralizado, com ampla participação dos municípios e da sociedade civil organizada. Sua criação foi inspirada no modelo francês, que se tornou o mais utilizado no mundo. No Brasil, esse modelo sofreu alterações significativas, sendo uma delas a não criação dos comitês e das agências de bacias, algo que tem comprometido a eficiência da gestão da bacia (Gallo, 1995; Ferronato, 2013).

Peres (2012) discorre sobre como ocorreu a criação dessa lei:

Em contraponto com a demora da aprovação da legislação federal, os Estados começaram a instituir seus sistemas de gerenciamento de recursos hídricos. O Estado de São Paulo, por ser um território que apresentava sérios conflitos relacionados à disponibilidade de água e aos setores usuários, foi o primeiro a possuir uma política

própria para os recursos hídricos sob seu domínio, sendo editada em 1991, a Lei 7.663, que estabeleceu normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos, bem como ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Tal Lei consolidou a participação da sociedade civil no processo decisório, criou a cobrança pelo uso da água e determinou que os recursos daí advindos seriam administrados pelo Fundo de Recursos Hídricos (FEHIDRO) para utilização direta nos Comitês de Bacia. O FEHIDRO passou a se constituir em uma das inovações do setor, ao garantir recursos diretamente voltados ao sistema de recursos hídricos, livres de interferências políticas típicas do processo de alocação de recursos (ANA, 2002, p. 20 *apud* Peres 2012).

A lei foi responsável pela adoção da bacia hidrográfica como unidade físico-territorial de planejamento e gerenciamento, e pela criação dos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBH). O grande diferencial dos CBHs é a atribuição legal de deliberar sobre a gestão das águas, fazendo isso de forma compartilhada com o poder público, ou seja, tais Comitês são o braço deliberativo. No modelo francês, sua atuação está entrelaçada com as agências de bacias, que consistem no braço executivo. No Brasil, a criação das agências de bacias tem sido algo moroso, devido às dificuldades para serem implementadas, mas já existe em algumas regiões, um exemplo exitoso tem sido a Agência das Bacias Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ).

Segundo Mendonça, Bicas e Sarafien (2002), a criação da agência de bacia proporciona o seguinte para o CBH:

Uma vez criada, a Agência de Bacia passa a ser o braço de apoio técnico administrativo do Comitê, tendo entre outras funções: participar da gestão de recursos hídricos; analisar técnica e financeiramente os pedidos de investimentos de acordo com as prioridades e critérios estabelecidos pelo Comitê; fornecer subsídios ao Comitê de Bacia para que este delibere sobre a cobrança pela utilização das águas; administrar a subconta do FEHIDRO correspondente aos recursos da Bacia; efetuar a cobrança pela utilização dos recursos hídricos, gerenciar os recursos financeiros gerados pela cobrança da utilização das águas; elaborar, em articulação com órgãos do estado e dos municípios, o Plano de Recursos Hídricos da Bacia, submetendo-o à análise e aprovação do Comitê de Bacia; prestar apoio administrativo, técnico e financeiro necessário ao funcionamento do Comitê de Bacia. Deve-se ressaltar que a Agência não substitui o papel das entidades gestoras de recursos hídricos, funcionando como um agente catalisador e facilitador para uma gestão integrada (Mendonça; Bicas; Sarafien, 2002, p.71).

Por não apresentarem agências de bacias, a maioria dos CBHs não realiza essas funções, ou seja, designa uma pessoa específica para realizar todas elas, é o que acontece no CBH-TJ, onde a secretária executiva do DAEE assume essas responsabilidades. Por outro lado, o que os CBHs sem agência de bacias perdem é a oportunidade de contratarem uma empresa por meio de licitação para executar um projeto, isso agilizaria alguns processos, pois, no modelo atual, esses comitês ficam dependentes da liberação de recursos do conselho estadual. No entanto,

ainda que tenha vários problemas, a gestão de recursos hídricos do Estado de São Paulo continua sendo reconhecida como um modelo nacional, principalmente por causa da estruturação e gerenciamento do FEHIDRO.

5.2. O FEHIDRO

O FEHIDRO foi criado pela Lei nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991, e regulamentado pelo Decreto nº 37.300, de 25 de agosto de 1993, posteriormente substituído pelo Decreto nº 48.896, de 26 de agosto de 2004.

O FEHIDRO é a instância econômico-financeira do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SIGRH), está vinculado à Coordenadoria de Recursos Hídricos (CRHi) da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, sendo manuseado pelo Departamento de Operacionalização do Fundo (SIGRH, 2022). Seu objetivo é dar suporte à Política Estadual de Recursos Hídricos, por meio do financiamento de programas e ações na área de recursos hídricos, de modo a promover a melhoria e a proteção dos corpos d'água e de suas bacias hidrográficas. Esses programas e ações devem vincular-se diretamente às metas estabelecidas pelo Plano de Bacia Hidrográfica e estar em consonância com o Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH) (SIGRH, 2022).

O PERH define uma série de Programas de Duração Continuada (PDCs) que englobam os principais temas a serem abordados e financiados para a conservação, proteção e recuperação das bacias hidrográficas do Estado. A partir desses PDCs, podem ser definidas as linhas temáticas que direcionarão as ações financiadas com recursos do Fundo para alcançar os resultados esperados pelos CBHs e pelo SIGRH, sempre tendo em vista as prioridades regionais. Vale ressaltar que os PDCs podem ser alterados ao longo do tempo, conforme necessidade (SIGRH, 2022).

Para obtenção de financiamento do FEHIDRO, os empreendimentos devem estar enquadrados em um dos PDCs. No Quadro 8 estão os PDCs de acordo com a deliberação CRH nº 246/2021:

Quadro 8. Programas de Duração Continuada (PDCs)

PDC 1. Bases Técnicas em Recursos Hídricos: Compreende a elaboração de diagnósticos, estudos técnicos e jurídicos de apoio ao planejamento, gestão e normatização relacionados aos recursos hídricos.
--

PDC 2. Gerenciamento dos Recursos Hídricos: Contempla ações voltadas ao aprimoramento e implementação dos instrumentos da política estadual de recursos hídricos.
PDC 3. Qualidade das Águas: Abrange ações de controle da poluição das águas.
PDC 4. Proteção dos Recursos Hídricos: Compreende ações para o controle de processos erosivos, a restauração ecológica, adaptação aos efeitos das mudanças climáticas e proteção de mananciais.
PDC 5. Gestão da Demanda: Contempla ações de controle de perdas, racionalização de uso e Reuso das águas.
PDC 6. Abastecimento e Segurança Hídrica: Contempla o aproveitamento dos recursos hídricos e a segurança hídrica.
PDC 7. Drenagem e Eventos Hidrológicos Extremos: Compreende ações estruturais relacionadas à drenagem e prevenção, adaptação e a mitigação de efeitos de estiagens, inundações e mudanças climáticas.
PDC 8. Capacitação e comunicação social: Contempla capacitação, educação ambiental, comunicação social e difusão de informações, diretamente relacionadas à gestão de recursos hídricos.

Fonte: Adaptado de Anexo 2 do MPO -Tipologias dos PDCs e SubPDCs (2023).

O FEHIDRO é supervisionado por um Conselho de Orientação – COFEHIDRO, cujos representantes são escolhidos entre os componentes do CRH. O COFEHIDRO conta com uma Secretaria Executiva, a SECOFEHIDRO, à qual compete a execução administrativa do fundo (CBH AP, 2022; SIGRH, 2022).

Fazem parte do FEHIDRO, os agentes técnicos que analisam e avaliam a viabilidade técnica e os custos dos empreendimentos e fiscalizam sua execução dentro da esfera de sua competência, ou seja, no campo de suas atribuições. São agentes técnicos do Fundo: Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb), Fundação para Conservação e a Proteção Florestal do Estado de São Paulo (FF), a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA), por intermédio da Coordenadoria de Planejamento Ambiental (CPLA), da Coordenadoria de Educação Ambiental (CEA), da Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade (CFB), e do Instituto de Pesquisas Ambientais – IPA, Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) e a Secretaria de Agricultura e Abastecimento, por intermédio da Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável (CDRS) (CBH AP, 2022; SIGRH, 2022).

Ao agente financeiro, ou seja, o Desenvolve SP⁴, compete efetuar as análises econômico-financeiras dos empreendimentos, aprovar a concessão de crédito, celebrar os contratos, realizar a liberação de parcelas e analisar a prestação final de contas, além de

⁴ Em São Paulo, está expresso na Lei Estadual nº 10.853, de 16 de julho de 2001, e no Decreto Estadual nº 52.142, de 06 de setembro de 2007, o Desenvolve SP, que é uma instituição responsável pela administração dos Fundos Especiais de Financiamento e Investimento do Estado (GOVERNO, 2022).

administrar os recursos financeiros do Fundo (SIGRH, 2022). O Desenvolve SP é responsável pela administração dos seguintes fundos: Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCET); Fundo Estadual de Apoio a Contribuintes do Estado de São Paulo (FUNAC); Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Vale do Ribeira (FVR); Fundo Estadual para Prevenção e Remediação de Áreas Contaminadas (FEPRAC); Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social do Pontal do Paranapanema (FUNDESPAR); Banco do Povo Paulista (BPP); Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP) e Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) (GOVERNO, 2022).

Sartori e Zuffo (2020) apontam que o FEHIDRO possui duas principais fontes financeiras que são a compensação pelos usos hidroenergéticos, também chamada de royalties; e, a cobrança pelo uso da água. A seguir, apresenta-se o que são essas fontes e o quanto representam financeiramente:

O artigo 3º da Lei 13.360/2016 explicita que quem paga pela compensação são as concessionárias ou os autorizados para exploração de potencial hidráulico aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em cujos territórios se localizarem instalações destinadas à produção de energia elétrica, ou que tenham áreas invadidas por águas dos respectivos reservatórios.

Já a cobrança pelo uso da água é um instrumento da Política Nacional de Recursos Hídricos, que incide apenas sobre aqueles usos sujeitos à outorga. A cobrança objetiva, além do reconhecimento da água como um bem econômico, o incentivo à racionalização do uso e à obtenção de recursos financeiros para o financiamento de ações previstas nos planos de recursos hídricos.

Segundo dados do Relatório de Atividades FEHIDRO (COFEHIDRO, 2009), em 2008, aproximadamente 82,4% das receitas do fundo eram originadas a partir da compensação financeira. Já com a implementação gradual da cobrança pelo uso dos recursos hídricos, a situação alterou-se significativamente. Conforme dados do Relatório de Atividades FEHIDRO (COFEHIDRO, 2018), em 2017, os recursos provenientes da compensação financeira eram de R\$ 81.619.694,43 (43,0%), enquanto os recursos provenientes da cobrança pelo uso da água totalizavam R\$ 108.308.381,03(57,0%). Ou seja, no Estado de São Paulo, a cobrança pelo uso da água já se constitui como a principal fonte do recurso financeiro para o setor de recursos hídricos (Sartori; Zuffo, 2020, p. 229).

Para conseguir aprovar projeto financiado pelo FEHIDRO, que pode ser efetuado nas modalidades reembolsável e não-reembolsável, com financiamento de até 100% do valor do empreendimento, a entidade proponente interessada deve inicialmente procurar as Secretarias Executivas dos Comitês de Bacia, onde encontrará informações acerca de prazos, elegibilidade dos empreendimentos e demais condições. A documentação, a ser elaborada pela entidade proponente, consiste basicamente em formulários padronizados, documentos de caracterização

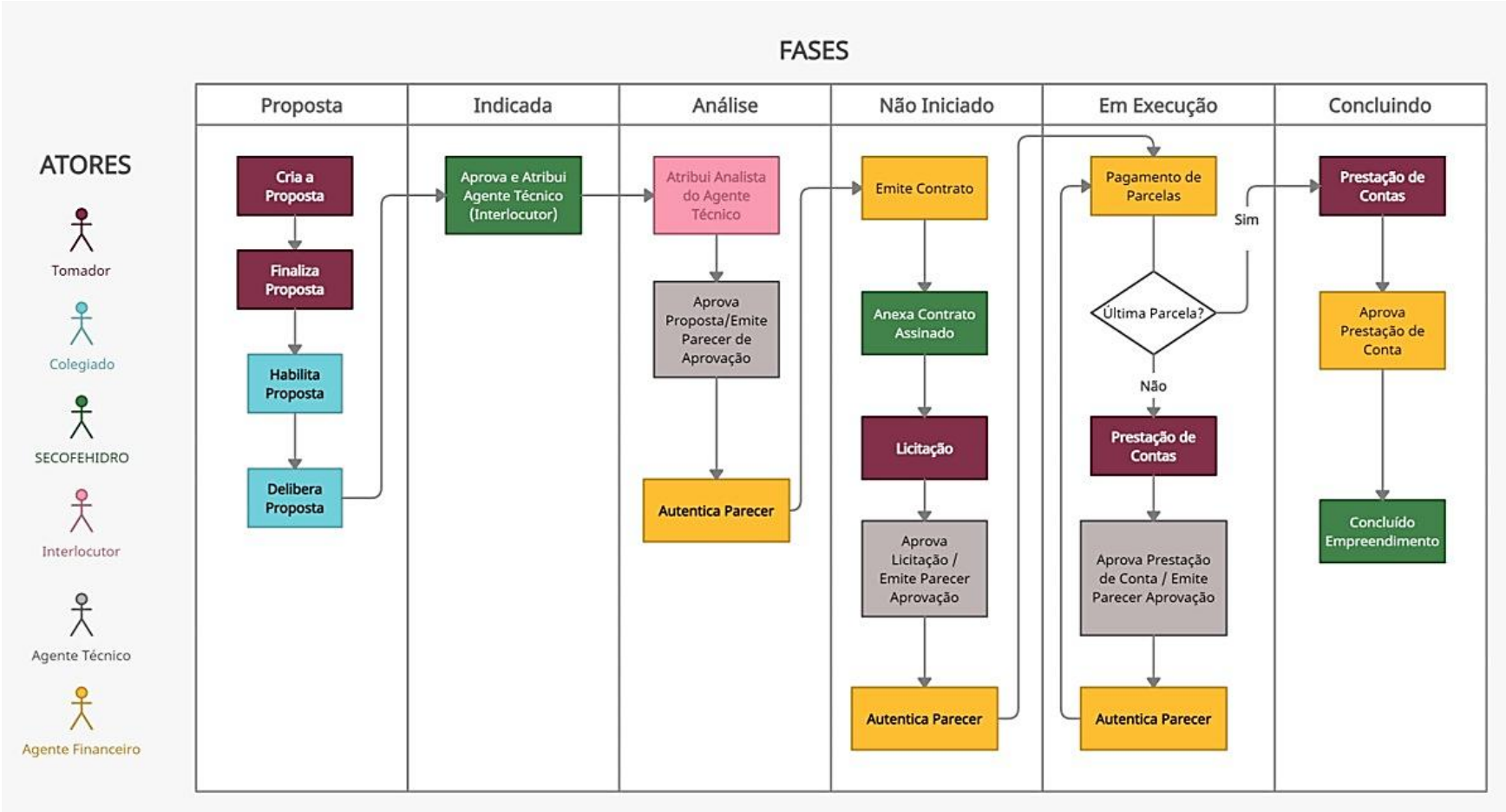
do empreendimento, documentos de regularidade fiscal da entidade tomadora, licenças ambientais e outorga de recursos hídricos, quando pertinente (SIGRH, 2022).

Esta documentação deve ser encaminhada pelo sistema SinFEHIDRO à Secretaria Executiva do Comitê, para que este delibere sua priorização. Caso o empreendimento venha a ser priorizado pelo Comitê, os documentos deverão ser encaminhados à SECOFEHIDRO para verificação e indicação do agente técnico (SIGRH, 2022).

Após a aprovação do empreendimento pelo agente técnico, o agente financeiro realiza as análises jurídicas e econômico-financeiras da entidade proponente e elabora o contrato de financiamento. Já a SECOFEHIDRO encaminha o contrato para assinatura eletrônica do tomador (SIGRH, 2022).

A Figura 1 sintetiza o processo descrito anteriormente:

Figura 1. Fluxo operacional FEHIDRO



Fonte: SinFEHIDRO (2022).

Percebemos pela Figura 1 que existem diversas fases e atores envolvidos em todo o fluxo operacional, tendo o colegiado as funções de habilitar e deliberar as propostas. De acordo com Jesus Filho (2022), esse procedimento é visto como burocrático pelos membros do CERH e tomadores de recursos.

Os recursos do FEHIDRO são distribuídos para os CBHs, que deverão indicar projetos onde serão aplicados tais recursos. Diversos atores da sociedade podem se candidatar para pleitear recursos, os municípios são os maiores tomadores de recursos do FEHIDRO, somente em 2019, foram 78% dos projetos submetidos; em seguida aparece a Sociedade Civil, com 19% dos projetos, e o Estado com 8% (SECRETARIA, 2019).

Isso evidencia que o FEHIDRO não tem conseguido distribuir de maneira igualitária seus recursos entre os tomadores. No entanto, tal disparidade na distribuição dos recursos está presente em todos os Fundos Estaduais de Recursos Hídricos do Brasil, conforme é possível observar:

No tocante aos planos de aplicação de recursos, embora existam critérios para direcionar a execução de recursos dos FERHs, os gestores apontam a falta de priorização dessas ações e de planejamento como os principais gargalos para a gestão eficiente dos recursos dos FERHs. No geral, a aplicação dos recursos dos fundos tem sido alocada em ações de fortalecimento do órgão gestor e na elaboração de planos de bacia. Por sua vez, os membros do CERH relataram que não existe uma ação sistemática do órgão gestor em trabalhar em parceria com o CERH nas atividades de planejamento da aplicação dos recursos do FERH, apesar da maioria dos regulamentos definirem o CERH como instância de deliberação das atividades do fundo (Jesus Filho, 2022, p. 30).

Além dessa questão, também é abordado sobre a utilização da verba desses fundos com áreas diferentes, sem relação com recursos hídricos e apontado a baixa participação nos processos de tomada de decisões nas atividades dos fundos, sendo a maioria delas tomadas pelo gestor estadual de recursos hídricos. Também é mencionado a preocupação dos funcionários com uma possível falta de recursos para as atividades de gestão de recursos hídricos, relatando a necessidade de recursos de outras áreas.

Todos esses pontos proporcionam um cenário geral do que é a política pública de recursos hídricos e a importância do FEHIDRO para a sua realização e continuidade.

5.3. A UGRHI 13

O Estado de São Paulo possui 22 UGRHIs, dentre elas, destaca-se a UGRHI 13, Bacia Hidrográfica Tietê-Jacaré, pois está localizada na região central do Estado. Esta bacia é composta por 6 sub-bacias de acordo com a drenagem dos principais rios, sendo eles o Rio Tietê, Rio Jacaré-Guaçu e Jacaré-Pepira e apresenta três sistemas de aquíferos: Bauru, Guarani e Serra Geral, com áreas de recarga dentro desta bacia (CRH-TJ, 2022; Tundisi *et. al.*, 2008).

A economia da região da UGRHI 13 está voltada para usinas de açúcar e álcool, produção e processamento de cítricos e outros setores industriais como de papel, calçados, bebidas e metalmeccânica. A vegetação da bacia possui índice de cobertura vegetal de cerca de 8%, com predomínio de fragmentos de savana e floresta estacional semidecidual e envolve 11 unidades de conservação (CRH-TJ, 2022; Tundisi *et. al.*, 2008).

Em relação as principais dificuldades que a UGRHI 13 vem tendo nos últimos anos, é preciso salientar que, de acordo com o relatório de situação da UGRHI 13, de 2021, praticamente todos os municípios utilizam as águas subterrâneas para o consumo humano, em níveis percentuais de aproximadamente 50% (CBH-TJ, 2021).

Quanto a exploração das águas subterrâneas, a UGRHI 13 já atingiu níveis críticos da Bacia Tietê-Jacaré, chegando à vazão outorgada de 117% da reserva que é permitido ser explorável. Com isso, se tornou a bacia com maior exploração no Estado de São Paulo, ultrapassando em 2019, os níveis de exploração da UGRHI 6, Alto Tietê (CETESB, 2022).

Constatou-se também um aumento na demanda em alguns dos municípios, conforme elencados no Quadro 9, cujo consumo acima de 100% significa que a demanda está acima do volume de recarga do Aquífero, essa reserva renovável é calculada através da estimativa do volume de água que está disponível para o consumo sem o comprometimento das reservas totais (CETESB, 2022).

Quadro 9. Demanda de água por município, em percentagem

MUNICÍPIO	SITUAÇÃO
Bauru	325%
Gavião Peixoto	285%
Igaraçu do Tietê	233%
Bariri	229%
Araraquara	214%
Itajú	178%
Macatuba	133%

Fonte: CBH-TJ (2021).

A alta demanda por água é um dado que precisa de atenção, pois pode acarretar em problemas de escassez de água, um quadro que tem sido apontado como preocupante nos debates em nível nacional e internacional. Vale considerar que, principalmente, nos últimos anos a água tem sido vista pelo mercado financeiro como um produto de investimento, inclusive, sendo chamada de “novo ouro”. Esse cenário sinaliza a necessidade de programas e projetos com a temática a respeito da preservação e uso racional da água nas diversas bacias hidrográficas, com destaque para a UGRHI 13, com o intuito de mitigar os problemas observados (CBH-TJ, 2021; O GLOBO, 2024; Teixeira 2013).

Devido a UGRHI 13 apresentar cultivo de cana-de-açúcar, laranja, café e sorgo/milho, a baixa incidência de estudos sobre o uso de agrotóxico na região também é algo preocupante. Inclusive, este tema se tornou uma das prioridades do CBH-TJ, já que o uso de agrotóxico pode gerar: doenças e óbitos aos seres humanos, contaminação da água e do solo, danos ao meio ambiente, perda do equilíbrio da biodiversidade e ecossistema, além de outras adversidades ainda não identificadas (EMBRAPA, 2014; Lopes, 2018; SIGRH, 2024).

Esses problemas têm ocorrido na UGRHI 13 devido ao fato do uso e da ocupação do solo não terem sido feitos

[...] com o planejamento adequado, ocasionando uma série de problemas ambientais como: erosões do solo, desmatamento, concentração de águas pluviais, exploração sem controle dos aquíferos, assoreamento dos corpos d'água, resíduos sólidos dispostos de maneira inadequada, contaminação dos corpos d'água com efluentes, entre outros (PDEA-TJ, 2024, s/p.).

Isso significa que os problemas e desafios na UGRHI 13 existem há muitos anos e a resolução deles depende da atuação do CBH-TJ, pois é este o órgão capaz de realizar articulações políticas, um espaço de diálogo entre diversos atores da sociedade.

5.4. O CBH-TJ

O papel dos comitês de bacias é estabelecer coletivamente os mecanismos e regras que serão adotados para promover os debates no âmbito da bacia hidrográfica. São exemplos das competências dos comitês de bacias: mitigar conflitos dos usuários; aprovar e acompanhar Planos de Recursos Hídricos; e, deliberar sobre outorga de direito de uso da água e sobre

aplicação dos recursos financeiros arrecadados com a cobrança pelo uso da água (SUEKAME *et al.*, 2013).

O CBH-TJ foi criado em 10/11/1995, e instalado oficialmente no ano de 1996, seguindo o contexto do art. 4º das disposições transitórias da Lei nº 7663/1991. O CBH-TJ conta com a participação de 12 representantes da sociedade civil organizada, 12 representantes do estado e 12 representantes dos municípios. A diretoria é composta por um Presidente, um Vice-Presidente, uma Secretaria Executiva e uma Secretaria Executiva Adjunta. O CBH-TJ conta ainda com cinco Câmaras Técnicas que dão suporte à Diretoria e à Plenária (SIGRH, 2022).

No ano de 2024, o CBH-TJ tem os seguintes representantes na mesa diretora: Prefeitura Municipal de São Manuel, UFSCar, Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), Serviço Autônomo de Águas e Esgoto (SAAE) de São Carlos. Os representantes da sociedade civil são: ÁGUAS DE JAHU S/A, SINTAEMA - Sindicato dos Trabalhadores em Água e Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo, APROJAPE, ÚNICA, CIESP Araraquara, CIESP Jaú, UFSCar, UNESP, UNIARA, FATEC Jahu, Associação para Proteção Ambiental de São Carlos (APASC), Instituto Pró Terra, Fórum Pró Batalha, Instituto Planeta Verde, Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de São Carlos, Associação Escola de Agrimensura de Araraquara, MAE Natureza – Movimento de Amparo Ecológico.

Os representantes dos municípios são: Prefeitura Municipal de São Manuel, Prefeitura Municipal de Igaracú do Tietê, Prefeitura Municipal de Ibitinga, Prefeitura Municipal de Araraquara, Prefeitura Municipal de Lençóis Paulista, Prefeitura Municipal de Itirapina, Prefeitura Municipal de Brotas, Prefeitura Municipal de Iacanga, Prefeitura Municipal de Boraceia, Prefeitura Municipal de Dourado, Prefeitura Municipal de Macatuba, Prefeitura Municipal de Dois Córregos, Prefeitura Municipal de Pederneiras, Prefeitura Municipal de Bocaina, Prefeitura Municipal de Jaú, Prefeitura Municipal de Itapuú, Prefeitura Municipal de Nova Europa. E por fim os representantes do Estado: DAEE, Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB, SEMIL - Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo, Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP, Defesa Civil, Polícia Militar Ambiental, Secretaria de Turismo, Departamento Hidroviário, Secretaria do Desenvolvimento Regional, Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento, Secretaria de Estado de Saúde, Fundação Florestal, Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade CFB e Secretaria da Educação. Verifica-se que representantes de diversos segmentos da sociedade.

Neste cenário, os comitês de bacias possuem uma atuação importante, pois todas as suas decisões impactam na vida dos usuários e nas bacias hidrográficas, além disso, é nessa instância que ocorre mais participação e integração na gestão hídrica (Fernandes; Pereira, SI).

O colegiado do CBH-TJ desempenha papel fundamental no que diz respeito à elaboração tanto do relatório de situação, bem como das ações que são planejadas e levadas ao conhecimento dos gestores públicos e sociedade em geral. Podemos citar algumas ações do CBH-TJ no ano de 2021: a realização de eleições; a indicação de representantes para o comitê de recursos hídricos; a apreciação de deliberações que são elaboradas a respeito e conforme a situação das águas; a aprovação de minutas e realização de discussões relacionadas a situação das Bacias e sub-bacias.

Outra atividade que fica sob a responsabilidade do Comitê através do colegiado é a de formular o plano de ação referente a situação dos recursos disponíveis, do corrente ano, com propostas de intervenções para melhorar, amenizar ou modificar alguma dinâmica em relação a bacia. Algumas ações de melhorias que foram propostas no plano de ação para os anos de 2022 e 2023 são: elaborar um plano de comunicação de operações emergenciais das barragens; promover a compatibilidade entre os planos de cada UGRHI; elaboração de um diagnóstico de contaminação por agrotóxicos na bacia; elaborar um estudo que identifique a disponibilidade de água subterrânea nas áreas de afloramento e recarga do Aquífero Guarani; elaboração de um relatório de desempenho das ações de Educação Ambiental; e elaboração de projetos básicos de racionalização do uso de água tanto no uso doméstico quanto nos usos industriais, irrigação e também, outros usos rurais.

Peres (2012) investigou o Plano de Bacia Tietê-Jacaré, os resultados da pesquisa apontaram que consiste em um instrumento de planejamento territorial de grande potencial, mas que pode e precisa ser aperfeiçoado. Os dados que chamam mais a atenção estão relacionados com a opinião dos membros do comitê sobre esse documento, os mesmos citam que existe um distanciamento entre o grande número de metas, ações traçadas e as práticas cotidianas da gestão do comitê. Abordam ainda que o CBH-TJ possui diversas dificuldades, como captação de recursos, cumprimento de prazos, participação pública, controle social, divulgação entre outros.

De acordo com o Plano de Ação e Programa de Investimento (PAPI) da Bacia Hidrográfica do Tietê-Jacaré para 2024 a 2027 serão atendidas as seguintes prioridades:

I. Máximo de 25% (vinte e cinco por cento) para atendimentos das solicitações relacionadas aos empreendimentos cuja proposta se enquadrem nos PDCs 1 Bases Técnicas em Recursos Hídricos (BRH) e 2 Gerenciamento dos Recursos Hídricos (GRH) desde que estejam devidamente inscritos no PBH/TJ 2016/2027.

II. Mínimo de 60% (sessenta por cento) para atendimentos das solicitações relacionadas aos empreendimentos cuja proposta se enquadrem nos subPDCs priorizados pelo CBH/TJ para investimentos, inscritos no PBH/TJ 2016-2027, conforme abaixo: PDC 3. Melhoria e Recuperação da Qualidade das Águas - MRQ 3.1 - Sistema de esgotamento sanitário; 3.2 - Sistema de resíduos sólidos; 3.3 - Sistema de drenagem de águas pluviais; 3.4 - Prevenção e controle de processos erosivos. PDC 4. Proteção dos Corpos d'Águas - PCA 4.2 - Recomposição da vegetação ciliar e da cobertura vegetal. PDC 5. Gestão da Demanda de Água- GDA 5.1 - Controle de perdas em sistemas de abastecimento de abastecimento de água;

III. Máximo de 15% (quinze por cento) para atendimento das solicitações relacionadas aos empreendimentos cuja proposta não se enquadrem nos itens I e II, desde que descritos no PBH/TJ 2016-2027(CBH-TJ, 2023, p. 2).

A seguir o Quadro 10 apresenta o grau de criticidade dos municípios da UGRHI 13, tal quadro serve de critério de priorização de projetos enviados ao FEHIDRO pelo CBH-TJ, os tomadores de recursos que submeterem nas áreas “críticas” terão preferência em relação as áreas que estão em “atenção”. A primeira linha se refere aos PDCs e SubPDCs presentes no Anexo II do FEHIDRO e já citados.

Quadro 10. Áreas críticas

	3.1	4.1 e 7.1	3.3	5.1	T.4.2.11 e T.4.2.12
Município	Saneamento - esgotamento sanitário doméstico	Drenagem de águas pluviais e Controle de Erosão	Saneamento - coleta e disposição dos resíduos sólidos	Saneamento - perdas no abastecimento de água potável	Estrutura verde
Agudos	Atenção	Crítico	Atenção	Atenção	Crítico
Araraquara	Crítico	Crítico	Atenção	Crítico	Crítico
Arealva	Crítico	Crítico	Atenção	Atenção	Crítico
Areiópolis	Atenção	Atenção	Atenção	Atenção	Crítico
Bariri	Atenção	Atenção	Atenção	Atenção	Crítico
Barra Bonita	Crítico	Crítico	Atenção	Atenção	Crítico
Bauru	Crítico	Crítico	Crítico	Crítico	Crítico
Boa Esperança do Sul	Atenção	Atenção	Crítico	S/D	Crítico
Bocaina	Atenção	Crítico	Crítico	Atenção	Crítico
Boracéia	Atenção	Crítico	Atenção	Atenção	Crítico
Borebi	Atenção	Atenção	Atenção	S/D	Crítico
Brotas	Crítico	Crítico	Crítico	Atenção	Crítico
Dois Córregos	Crítico	Crítico	Atenção	Crítico	Crítico
Dourado	Atenção	Crítico	Crítico	Atenção	Crítico
Gavião Peixoto	Crítico	Atenção	Atenção	Crítico	Crítico
Iacanga	Atenção	Crítico	Atenção	Crítico	Crítico
Ibaté	Atenção	Crítico	Atenção	S/D	Crítico
Ibitinga	Crítico	Atenção	Crítico	Atenção	Crítico
Igaraçu do Tietê	Crítico	Atenção	Crítico	Crítico	Crítico
Itaju	Atenção	Atenção	Crítico	Crítico	Crítico
Itapuí	Crítico	Atenção	Crítico	Atenção	Crítico
Itirapina	Atenção	Atenção	Crítico	Crítico	Crítico
Jáú	Atenção	Crítico	Atenção	Crítico	Crítico
Lençóis Paulista	Crítico	Crítico	Atenção	Atenção	Crítico
Macatuba	Atenção	Atenção	Atenção	Crítico	Crítico
Mineiros do Tietê	Atenção	Atenção	Atenção	Crítico	Crítico
Nova Europa	Atenção	Atenção	Atenção	Atenção	Crítico
Pederneiras	Atenção	Crítico	Atenção	Crítico	Crítico
Ribeirão Bonito	Crítico	Crítico	Crítico	Atenção	Crítico
São Carlos	Crítico	Crítico	Crítico	Crítico	Crítico
São Manuel	Crítico	Crítico	Crítico	Crítico	Crítico
Tabatinga	Atenção	Crítico	Crítico	Atenção	Crítico
Torrinha	Atenção	Crítico	Crítico	Crítico	Crítico
Trabiju	Atenção	Atenção	Crítico	Atenção	Crítico

Fonte: CBH-TJ (2023, p. 18).

O Quadro 10 mostra as áreas críticas que serão objeto de priorização do CBH-TJ para os próximos anos, não foram encontrados nos documentos os procedimentos realizados para se chegar a classificação de áreas críticas, de áreas de atenção e S/D. Mas esse quadro demonstra que os municípios da UGRHI 13 ainda enfrentam problemas básicos relacionados ao saneamento, e estão em situação crítica em termos de estrutura verde, ou seja, é muito importante que a atuação do CBH-TJ nos próximos anos siga e cumpra os critérios estabelecidos no PAPI, pois os recursos do FEHIDRO para essas áreas serão fundamentais ao

se considerar os recursos escassos que têm sido destinados pelos municípios a temática ambiental.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta seção expõe os resultados e discussões obtidos por intermédio dessa pesquisa. A seção foi subdividida em dois tópicos para melhorar a compreensão dos dados e responder aos quatro objetivos específicos. No primeiro item 6.1, foi apresentada a distribuição dos recursos do FEHIDRO pelo CBH-TJ, respondendo ao primeiro objetivo específico que visava identificar os projetos submetidos ao CBH-TJ, bem como os entes que os submeteram, desde a criação do fundo, em 1995, até o ano de 2022. E também ao segundo objetivo que era apurar quais foram os municípios investigados que tiveram mais e menos projetos aprovados e não aprovados, e os que tiveram maiores e menores valores contemplados.

No segundo item 6.2, foi feito um panorama geral dos projetos submetidos em cada município da UGRHI 13, atendendo ao terceiro objetivo, cujo intuito foi verificar os projetos aprovados por municípios e sua distribuição por categorias (Obra, Serviço, Projeto Executivo, Projeto Básico, Estudo, Outros).

Vale ressaltar que o quarto objetivo, pode ser visualizado no Anexo B, onde constam figuras com dados sobre os projetos físicos FEHIDRO do CBH-TJ, que consistia em analisar os projetos em si, verificando os temas financiados e seu alinhamento, ou não, aos Programas de Duração Continuada (PDCs) do FEHIDRO e outras especificidades e prioridades do CBH-TJ.

6.1. Distribuição dos recursos do FEHIDRO pelo CBH-TJ

Investigando os dados do SinFEHIDRO percebeu-se que era possível gerar uma planilha com todos os 34 municípios da UGRHI 13, contemplando os projetos submetidos de 1995 até 2019, nessa planilha tinha o total de 271 projetos, sendo 259 de projetos municipais e 12 de outros tomadores.

Para averiguar a pertinência dos dados encontrados, foi realizada uma investigação individual de cada município na plataforma do SinFEHIDRO. Neste levantamento foi inserido o nome de cada município e feito o download da planilha, conforme a Figura 2:

Figura 2. Filtro Tomador SinFEHIDRO

SIGAM

(EXTERNA)
Ana Carolina Silva

SinFEHIDRO 2.0 - Sistema de Informações Gerenciais do FEHIDRO
FEHIDRO - Fundo Estadual de Recursos Hídricos

Home Acesso ao Cidadão Meus Empreendimentos

Consulta Empreendimentos FEHIDRO

Pesquisar Excel

Código do empreendimento: Tomador: Araraquara No. Contrato:
 Nome do empreendimento: UGRHI: Selezione... Ano Inicial: 1990 Ano Final: 2022
 Fase de verificação: Selezione...
 Colegiado: Selezione... Órgão AT: Selezione... Status: Selezione... Município: Selezione...

	Código do Empreendimento	Número do Contrato	Nome do Empreendimento	Tomador
	2022-TJ_COB-112		SUBSTITUIÇÃO DE REDES E RAMAIS NO SETOR FONTE LUMINOSA PARA REDUÇÃO DE PERDAS DE ÁGUA NO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA	DAAE - DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOSTOS DE ARARAQUARA
	2022-TJ_COB-128		EXECUÇÃO DE ANEL DE REFORÇO DE REDES - FONTE ZONA ALTA	DAAE - DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOSTOS DE ARARAQUARA
	2021-TJ_COB-89	285/2021	EXECUÇÃO DO INTERCEPTOR E TRAVESSIA DE ESGOTOS DO CÔRREGO DO SERRALHAL, POR MÉTODO CONVENCIONAL E A TRAVESSIA POR MÉTODO NÃO DESTRUTIVO	DAAE - DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOSTOS DE ARARAQUARA
	2022-TJ_COB-127		Restauração florestal da nascente e matas ciliares em área da Microrregião Hidrográfica do Ribeirão das Cruzes	FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS DE ARARAQUARA DA UNESP-FCLar
	2022-TJ_COB-106		Dragagem do Lodo das Lagoas de Sedimentação da ETE Araraquara-SP	DAAE - DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOSTOS DE ARARAQUARA
	2020-TJ_COB-85	184/2021	Execução de Adutora de Recalque entre a Estação de Tratamento de Água - ETA Paiol e o CPRD Planalto - R.35	DAAE - DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOSTOS DE ARARAQUARA
			ELABORAÇÃO DOS PROJETOS BÁSICOS E EXECUTIVO PARA A AMPLIAÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTOS	DAAF - DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E

Home Portal SP SEMII CETESB EF SABESP DAAF FMAE Créditos Imprimir

Fonte: SinFEHIDRO (2023).

Na Figura 2 foi utilizado o exemplo do município de Araraquara. Quando a planilha é baixada em Excel aparece apenas as informações sobre o código do empreendimento, número de contrato, nome do empreendimento e tomador. Ao final desse levantamento por tomador foram baixados 34 arquivos. Verificou-se que os números totais de projetos não correspondiam ao da primeira planilha, pois estava dando um total de 423 projetos.

Devido ao valor discrepante foi analisado novamente, de maneira manual, onde foi necessário clicar no ícone da lupa presente na primeira coluna à direita da Figura 2 para expandir as informações. O resultado da expansão das informações, a partir da lupa, pode ser visualizado na Figura 3:

Figura 3. Lupa SinFEHIDRO

SIGAM

(EXTERNA)
Ana Carolina Silva



SinFEHIDRO 2.0 - Sistema de Informações Gerenciais do FEHIDRO
FEHIDRO - Fundo Estadual de Recursos Hídricos

Home Acesso ao Cidadão Meus Empreendimentos

Resumo do empreendimento

Código de empreendimento	Tipo de Recurso	Número do contrato	Assinado	Dt assin.	Dt final	Colegiado
2021-TJ_COB-89	Cobrança	285/2021	Sim	01/12/2021	-	TJ
Status do empreendimento	Em execução		Providência solicitada por		Aguardando providência de	
			Agente Técnico		Tomador	
Nome do empreendimento	EXECUÇÃO DO INTERCEPTOR E TRAVESSIA DE ESGOTOS DO CÔRREGO DO SERRALHAL, POR MÉTODO CONVENCIONAL E A TRAVESSIA POR MÉTODO NÃO DESTRUTIVO					
Razão social ou nome do tomador	DAAE - DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE ARARAQUARA					
Valor Pleiteado(R\$)	Valor Oferecido de Contrapartida(R\$)					
1.498.313,93	499.437,98					
Contrato FEHIDRO						
Valor aprovado pelo AT(R\$)	Contrapartida aprovado pelo AT(R\$)	Valor total(R\$)	Valor financiado(R\$)			
1.498.313,93	422.334,29	1.920.648,22	1.498.313,93			
Valor pago(R\$)	Valor a pagar(R\$)	Data da última parcela programada	Data da última parcela paga			
494.854,56	0,00	22/02/2023	24/01/2023			
Valor aditado(R\$)	Execução Física(%)	Execução Financeira(%)				
0,00	-	100				

Interessado

Razão social ou Nome

CNPJ

Fonte: SinFEHIDRO (2023).

Percebeu-se que as informações específicas do empreendimento apareciam nesse ícone, nele constava a situação do empreendimento e os dados financeiros, dois elementos importantes para responder ao primeiro objetivo da dissertação. Sendo assim, foi verificado por meio da lupa todos os 461 projetos.

Ao longo desse levantamento percebeu-se erros na plataforma, um exemplo pode ser visualizado na Figura 4:

Figura 4. Erro SinFEHIDRO

Server Error in '/sigam3' Application.

Object reference not set to an instance of an object.

Description: An unhandled exception occurred during the execution of the current web request. Please review the stack trace for more information about the error and where it originated in the code.

Exception Details: System.NullReferenceException: Object reference not set to an instance of an object.

Source Error:

An unhandled exception was generated during the execution of the current web request. Information regarding the origin and location of the exception can be identified using the exception stack trace below.

Stack Trace:

```
[NullReferenceException: Object reference not set to an instance of an object.]
System.Data.Linq.SqlClient.QueryConverter.VisitInvocation(InvocationExpression invoke) +1262
System.Data.Linq.SqlClient.QueryConverter.VisitInner(Expression node) +1153
System.Data.Linq.SqlClient.QueryConverter.VisitExpression(Expression exp) +33
System.Data.Linq.SqlClient.QueryConverter.VisitBinary(BinaryExpression b) +47
System.Data.Linq.SqlClient.QueryConverter.VisitInner(Expression node) +466
System.Data.Linq.SqlClient.QueryConverter.VisitExpression(Expression exp) +33
System.Data.Linq.SqlClient.QueryConverter.VisitQuantifier(SqlSelect select, LambdaExpression lambda, Boolean isAny) +182
System.Data.Linq.SqlClient.QueryConverter.VisitSequenceOperatorCall(MethodCallExpression mc) +11856
System.Data.Linq.SqlClient.QueryConverter.VisitInner(Expression node) +889
System.Data.Linq.SqlClient.QueryConverter.VisitExpression(Expression exp) +33
System.Data.Linq.SqlClient.QueryConverter.VisitBinary(BinaryExpression b) +32
System.Data.Linq.SqlClient.QueryConverter.VisitInner(Expression node) +466
System.Data.Linq.SqlClient.QueryConverter.VisitExpression(Expression exp) +33
System.Data.Linq.SqlClient.QueryConverter.VisitBinary(BinaryExpression b) +47
System.Data.Linq.SqlClient.QueryConverter.VisitInner(Expression node) +466
System.Data.Linq.SqlClient.QueryConverter.VisitExpression(Expression exp) +33
System.Data.Linq.SqlClient.QueryConverter.VisitQuantifier(SqlSelect select, LambdaExpression lambda, Boolean isAny) +182
System.Data.Linq.SqlClient.QueryConverter.VisitSequenceOperatorCall(MethodCallExpression mc) +11856
System.Data.Linq.SqlClient.QueryConverter.VisitInner(Expression node) +889
System.Data.Linq.SqlClient.QueryConverter.ConvertOuter(Expression node) +131
System.Data.Linq.SqlClient.SqlProvider.BuildQuery(Expression query, SqlNodeAnnotations annotations) +166
System.Data.Linq.SqlClient.SqlProvider.System.Data.Linq.Provider.IProvider.Execute(Expression query) +162
System.Data.Linq.Table`1.System.Linq.IQueryProvider.Execute(Expression expression) +42
Sigam.FEHIDRO.Classes.DAL.FEHIDROBD.VerificarPropostaEquipe(Int32 IdProposta, Int32 IdUsuario) in D:\BuildworkFolder\64\s\SigamApp\FEHIDRO\Classes\DAL\FEHIDROBD.cs:161
```

Fonte: SinFEHIDRO (2023).

Esse problema geralmente ocorria após o horário comercial, principalmente depois das 18:00 horas e ficava até o dia seguinte. Quando isso acontecia na sexta-feira, à noite, só voltava na segunda-feira ou no próximo dia útil.

Essa não foi a única dificuldade para a realização da pesquisa na plataforma SinFEHIDRO: um problema no sistema de filtragem gerou essa discrepância de valores entre as planilhas baixadas de maneira ampla e as feitas manualmente. O filtro não identificava todas as vezes que uma palavra é citada dentro do banco de dados do sistema, na prática acontecia o seguinte, ao clicar no nome do município aparecia determinado número de projetos, e se digitasse o nome desse mesmo município aparecia outro conjunto de projetos e, assim, sucessivamente. Por isso, foram necessárias diversas pesquisas para se chegar a um dado mais preciso acerca do número de projetos.

Ao final, após a análise manual individual dos 34 municípios, chegou-se ao total de 461 projetos. A seguir veremos esses valores dispostos no Quadro 11.

Quadro 11. Quantidade de projetos submetidos por todos os tomadores (1995 a 2022)

Município	Total de projetos
São Carlos	56
Araraquara	37
Bauru	33
Dois Córregos	30
Brotas	29
Barra Bonita	22
Dourado	20
Itirapina	20
Bariri	18
Iacanga	15
Pederneiras	15
Ibitinga	12
Macatuba	12
Nova Europa	12
Bocaina	11
Itaju	10
Itapuí	10
Tabatinga	10
Igaraçu do Tietê	9
Agudos	7
Borebi	7
São Manuel	7
Trabiju	7
Boracéia	6
Ibaté	6
Ribeirão Bonito	6
Boa Esperança do Sul	5
Gavião Peixoto	5
Jaú	5
Mineiros do Tietê	5
Torrinha	5
Arealva	4
Areiópolis	4
Lençóis Paulistas	1
Total	461

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do SinFEHIDRO (2023).

O Quadro 11 evidencia um cenário geral dos municípios na UGRHI 13. A partir dele verifica-se que o município de São Carlos teve o maior número de submissões com 56 projetos, e que, Lençóis Paulistas foi o município com o menor número de submissões, com apenas 1 projeto. A seguir o Quadro 12 com o total de projetos submetidos por cada ente tomador de recursos, o Quadro 13 com o total de projetos concluídos e o Quadro 14 com o total de projetos cancelados.

Quadro 12. Total de projetos submetidos separados por entes tomadores (1995 a 2022)

Município	Projetos municipais	Outros entes públicos ⁵	Terceiro setor	Total de projetos
São Carlos	14	29	13	56
Araraquara	4	32	1	37
Bauru	11	6	16	33
Dois Córregos	23	7	0	30
Brotas	15	10	4	29
Barra Bonita	8	13	1	22
Dourado	5	0	15	20
Itirapina	19	0	1	20
Bariri	12	6	0	18
Iacanga	15	0	0	15
Pederneiras	12	0	3	15
Ibitinga	9	3	0	12
Macatuba	12	0	0	12
Nova Europa	12	0	0	12
Bocaina	10	0	1	11
Itaju	10	0	0	10
Itapuí	10	0	0	10
Tabatinga	10	0	0	10
Igaraçu do Tietê	7	2	0	9
Agudos	7	0	0	7
Borebi	7	0	0	7
São Manuel	7	0	0	7
Trabiju	7	0	0	7
Boracéia	6	0	0	6
Ibaté	6	0	0	6
Ribeirão Bonito	6	0	0	6
Boa Esperança do Sul	5	0	0	5
Gavião Peixoto	5	0	0	5

⁵ Compreendidos como entes da administração pública indireta, que são: as autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista.

Jaú	2	0	3	5
Mineiros do Tietê	5	0	0	5
Torrinha	5	0	0	5
Arealva	4	0	0	4
Areiópolis	4	0	0	4
Lençóis Paulistas	1	0	0	1
Total	295	108	58	461

Fonte: Elaborado pela própria autora utilizando dados do SinFEHIDRO (2023)

Quadro 13. Total de projetos concluídos por ente tomador

Município	Projetos municipais	Outros entes públicos	Terceiro setor	Total de projetos
Bauru	9	5	13	27
São Carlos	4	14	5	23
Araraquara	2	19	1	22
Dois Córregos	11	3	0	14
Itirapina	12	0	1	13
Barra Bonita	7	4	1	12
Brotas	7	4	1	12
Bariri	7	4	0	11
Macatuba	9	0	0	9
Pederneiras	7	0	2	9
Iacanga	8	0	0	8
Itaju	7	0	0	7
Nova Europa	7	0	0	7
Tabatinga	7	0	0	7
Dourado	3	0	3	6
Ibitinga	6	0	0	6
Trabiju	6	0	0	6
Agudos	5	0	0	5
Bocaina	5	0	0	5
Boracéia	5	0	0	5
Borebi	5	0	0	5
Ibaté	5	0	0	5
São Manuel	5	0	0	5
Igaraçu do Tietê	3	1	0	4
Itapuí	4	0	0	4
Ribeirão Bonito	4	0	0	4
Torrinha	4	0	0	4
Areiópolis	3	0	0	3
Boa Esperança do Sul	3	0	0	3
Gavião Peixoto	3	0	0	3

Mineiros do Tietê	3	0	0	3
Arealva	2	0	0	2
Jaú	1	0	1	2
Lençóis Paulistas	1	0	0	1
Total	180	54	28	262

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do SinFEHIDRO (2023).

Quadro 14. Total de projetos cancelados

Município	Projetos municipais	Outros entes públicos	Terceiro setor	Total de projetos
São Carlos	10	2	5	17
Dourado	1	0	11	12
Araraquara	2	5	0	7
Brotas	3	2	1	6
Bocaina	4	0	1	5
Bauru	1	0	3	4
Pederneiras	3	0	1	4
Dois Córregos	2	1	0	3
Igaraçu do Tietê	3	0	0	3
Itaju	3	0	0	3
Itapuí	3	0	0	3
Itirapina	3	0	0	3
Jaú	1	0	2	3
Nova Europa	3	0	0	3
Tabatinga	3	0	0	3
Bariri	2	0	0	2
Boa Esperança do Sul	2	0	0	2
Gavião Peixoto	2	0	0	2
Iacanga	2	0	0	2
Agudos	1	0	0	1
Arealva	1	0	0	1
Barra Bonita	1	0	0	1
Borebi	1	0	0	1
Ibaté	1	0	0	1
Macatuba	1	0	0	1
Mineiros do Tietê	1	0	0	1
Ribeirão Bonito	1	0	0	1
São Manuel	1	0	0	1
Trabiju	1	0	0	1
Areiópolis	0	0	0	0
Boracéia	0	0	0	0
Ibitinga	0	0	0	0
Lençóis Paulistas	0	0	0	0
Torrinha	0	0	0	0
Total	63	10	24	97

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do SinFEHIDRO (2023).

Alguns pontos precisam ser destacados no Quadro 11, sendo que o primeiro é o elevado número de submissões das prefeituras municipais, 295 projetos. Estes somados aos projetos enviados pelos demais entes públicos totalizam 403 submissões, o que evidencia como os órgãos públicos são os maiores tomadores de recursos do FEHIDRO ao longo dos anos.

Outros aspectos precisam ser mencionados, começando pela alta submissão dos municípios de São Carlos, Araraquara e Bauru, considerados de grande porte. Também se percebeu uma discrepância nas submissões de acordo com o porte municipal, para ilustrar é interessante observar os casos de Dourado e Jaú. O município de Dourado possui menos de 10 mil habitantes, mas enviou 20 projetos ao FEHIDRO, enquanto o município de Jaú, considerado de grande porte, realizou apenas 5 submissões.

A representação oficial dos municípios no comitê de bacia acontece através do prefeito, a atuação do mesmo consta do estatuto do comitê, não podendo designar outra pessoa para realizar tal função. Segundo Peres (2012), devido aos diversos compromissos que um prefeito possui, sua participação no comitê acaba acontecendo apenas duas vezes no ano, isto é, durante as reuniões plenárias que tratam sobre a divisão dos recursos para os projetos do FEHIDRO. Contudo, ao perceber que os recursos são pequenos, normalmente, o prefeito não volta a participar naquele ano. Ainda de acordo com Peres (2012), mesmo quando as prefeituras participam, elas não reconhecem a importância do CBH, acham que a atuação do mesmo é exclusiva dos projetos do FEHIDRO. Isso gera uma participação incipiente e política dos municípios dentro do comitê, fazendo com que os mesmos deixem de captar recursos do FEHIDRO (Miranda, 2008).

Os municípios de pequeno porte acabam tendo mais empecilhos para submeter projetos ao FEHIDRO, devido as alternâncias no quadro de servidores públicos comissionados e à falta de dotação orçamentária para contratação de novos funcionários, que causa escassez de recursos humanos e centralizações das decisões políticas. De certa forma, isso prejudica esses municípios na captação de recursos do FEHIDRO, já que o fundo possui uma série de exigências técnicas e financeiras, e os mesmos não conseguem atender todas as solicitações.

Segundo Silva (2017), a dificuldade dos municípios de pequeno porte em captar recursos financeiros acarreta menos investimentos na gestão e no gerenciamento de resíduos, afetando a preservação da água potável e a universalização e adequação do saneamento básico para a população. Santos *et al.* (2018) também argumentam sobre o baixo investimento em

saneamento básico em municípios de pequeno porte, afirmando que ocorre devido ao despreparo dos operadores, para acessar os recursos devido à falta de capacidade de endividamento e incapacidade de atendimento à burocracia.

Silva (2017) aborda outro aspecto dessa questão:

Por outro lado, empregando a legislação a seu favor, há municípios que conseguem integração e implantação de políticas públicas voltadas à gestão de recursos hídricos. Na contramão do federalismo predatório das instituições brasileiras, os municípios fazem dos planos e das políticas intermunicipais uma saída jurídica para a captação de recursos e para a obtenção de força política na tomada de decisões, envolvendo os recursos hídricos localizados em seu território. Outro objetivo é a possibilidade e a autonomia para a cooperação entre órgãos públicos na adequação das metas promovidas pelos organismos internacionais (Silva, 2017, p.70).

Esse trecho reforça que a participação dos prefeitos municipais precisa ser pensada pelo CBH-TJ. Já se passaram 12 anos e houve pouca alteração nesse cenário, a participação dos municípios no comitê da bacia não favorece o aspecto principal do comitê que é fomentar e assegurar um espaço público de diálogo e proposições de melhorias para os problemas relacionados a gestão da água.

Além disso, precisa ser destacado o alto volume de submissões de outros entes públicos, Peres (2012) afirma que isso pode ocorrer porque os órgãos de água e as autarquias possuem mais participação efetiva no CBH-TJ, sendo mais organizados em relação à elaboração de projetos e captação de recursos do FEHIDRO.

Por outro lado, percebe-se um baixo número de submissões do terceiro setor: foram 58 projetos submetidos e apenas 28 concluídos. Segundo Barbosa (2019), a sociedade civil fica dividida entre os segmentos que a compõem, tendo interesses e recursos diferentes para participarem das reuniões do comitê, fazendo com que os outros participantes que possuem disponibilidade de tempo e transporte tenham uma atuação mais ativa.

Na concepção de Lima (2012), algumas entidades do terceiro setor possuem mais influência dentro do CBH-TJ; a autora utiliza como exemplos a APASC de São Carlos, ACIFLORA e Instituto Ambiental Vidágua do município de Bauru. Para ela, os membros dessas ONGs, ao representarem a prefeitura municipal, ampliaram sua capacidade de obtenção de recursos do FEHIDRO.

Nos Quadros 12 e 13, dos 461 projetos submetidos, 262 foram concluídos. Não foram colocados no Quadro 12 os 56 projetos que estão em execução, pois se eles não atenderem os requisitos do FEHIDRO podem ser cancelados; também existem 2 projetos em análise e 28 não

iniciados. Tiveram 16 projetos encerrados e 97 cancelados, ambas categorias (encerrados e cancelados) não receberam nenhum recurso do fundo, sendo que existem diversos motivos para esse alto número de cancelamento, mas conforme informações obtidas diretamente nos arquivos físicos dos projetos, eles são cancelados por: ausência de informações do tomador; falta de resposta para as solicitações do agente técnico; inviabilidade do projeto; ausência de equipe ou mão de obra qualificada para a execução; incoerência na prestação de contas do projeto; troca de gestão ou de partido político; irregularidades e desvio dos objetivos do projeto sem a aprovação do FEHIDRO.

O Quadro 15 apresenta a somatória dos valores aprovados pelo agente técnico, contrapartida, valor total de projeto e o valor que realmente foi pago pelo FEHIDRO:

Quadro 15. Somatória dos valores financeiros de 1995 a 2022

Valor total aprovado pelo agente técnico	R\$	77.940.089,56
Valor total de contrapartida aprovado pelo agente técnico	R\$	18.268.957,60
Valor total de projeto (valor aprovado + valor de contrapartida)	R\$	96.209.047,16
Valor pago pelo FEHIDRO	R\$	48.942.169,15

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do SinFEHIDRO (2023).

Ao expor de forma sucinta a somatória dos valores financeiros do FEHIDRO na UGRHI 13, o Quadro 15 evidencia a discrepância dos números, principalmente, ao se verificar o valor total de projeto e compará-lo com o que o FEHIDRO efetivamente pagou. Existe essa diferença devido aos projetos cancelados, que acabam entrando no cálculo dos valores aprovados pelo agente técnico, na contrapartida e nos valores totais dos projetos. Além disso, não são todos os projetos aprovados pelo FEHIDRO que conseguem receber todo o dinheiro aprovado; alguns recebem apenas a primeira parcela, enquanto outros deixam de receber a última, geralmente por cometerem algum tipo de irregularidade como: realizar a prestação de contas errada; gastar o dinheiro do projeto em outros produtos que não estavam estipulados no orçamento do projeto; mudar o objetivo do projeto sem a autorização do agente técnico etc.

Isso reforça que o processo para obter recursos do FEHIDRO não é apenas burocrático na submissão do projeto, mas sim em todas as suas etapas. O ente tomador precisa seguir rigorosamente todos os procedimentos exigidos, por isso tem um alto volume de cancelamento dos projetos, porque os tomadores de recursos não se atentam a esses detalhes.

A somatória dos valores de contrapartida também mostra que geralmente os interessados contribuem apenas com o valor mínimo solicitado pelo FEHIDRO, em projetos reembolsáveis

é 20% do valor solicitado. Como o FEHIDRO considera esse valor um comprometimento do tomador, acaba sendo um ponto crucial para determinar se o projeto será apoiado pelo fundo. Se verificarmos o caso de Araraquara, veremos que o maior tomador de recursos foi o DAAE com 28 projetos; o mesmo ofereceu ao FEHIDRO R\$ 6.480.834,32, ou seja, dos R\$ 8.283.080,63 efetivamente pago pelo FEHIDRO mais da metade desse valor foi só de contrapartida.

O SAAE de São Carlos realizou estratégia semelhante à do DAAE, pois dos 25 projetos submetidos, o órgão se comprometeu a dar R\$ 1.732.944,17 ao FEHIDRO, mas o valor é mais baixo se comparado aos R\$ 5.307.730,81 efetivamente pago pelo FEHIDRO para a região de São Carlos. O Serviço Autônomo de Água e Esgotos de Dois Córregos também parece seguir a mesma lógica do DAAE e SAAE, pois submeteu 7 projetos com um total de R\$ 1.307.617,32 de contrapartida. Já o Departamento de Água e Esgoto de Bauru apresentou 6 projetos, com R\$ 1.252.363,61 de contrapartida.

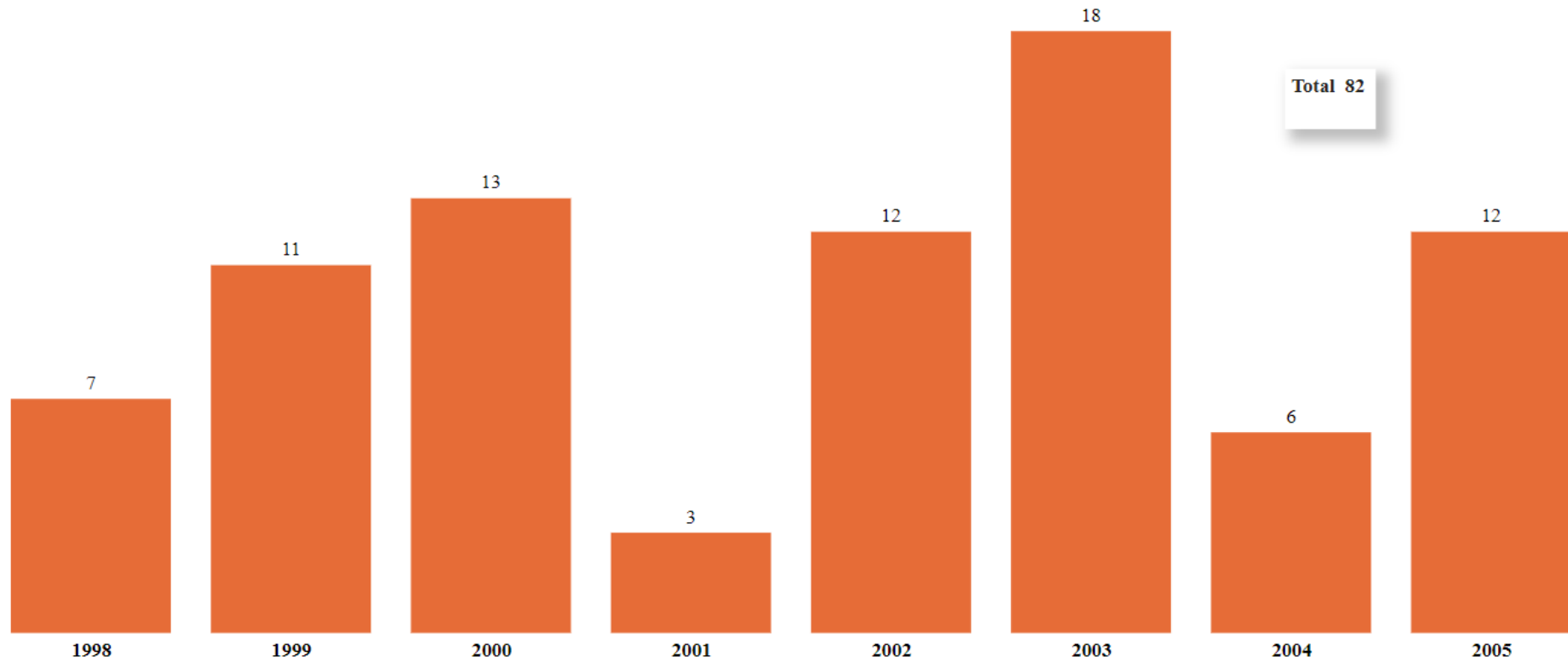
Esse cenário mostra que os departamentos de água e esgoto da UGRHI 13 estão percebendo que quanto maior o valor de contrapartida maiores são as chances de conseguirem ter os seus projetos aprovados pelo agente técnico do FEHIDRO. Alguns desses valores de contrapartida podem não ser devolvidos, mas isso não é visto como um empecilho para esses órgãos. É um dado que não se desvia dos propósitos do FEHIDRO, pois está estabelecido na Lei nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991, especificamente no artigo 37, no inciso IV, que as aplicações do FEHIDRO serão feitas pela modalidade de empréstimos. Significa que esses órgãos estão utilizando a própria legislação de construção do fundo a seu favor, que estão buscando ter uma participação ativa no CBH-TJ, seja aperfeiçoando seu quadro de servidores, seja contratando profissionais no mercado para elaborarem projetos exitosos.

Nesse sentido, pode-se afirmar que é uma tendência em ascensão, até o momento já foram 95 projetos submetidos de diversos departamentos de água e esgoto na UGRHI 13, totalizando R\$ 28.244.578,54 aprovado pelo agente técnico, R\$ 9.082.515,62 de contrapartida, e R\$ 17.128.985,67 pago pelo FEHIDRO. Esse cenário também mostra o motivo da baixa participação do terceiro setor, embora o FEHIDRO tenha critérios diferentes dependendo do ramo de atuação, fica difícil para essas entidades disputarem recursos com concorrentes tecnicamente bem preparados e com recursos para contrapartidas.

A seguir serão apresentados alguns gráficos divididos em três períodos, o primeiro de 1995 a 2005, o segundo de 2006 a 2015, e o último de 2016 a 2022. O intuito dessa periodização

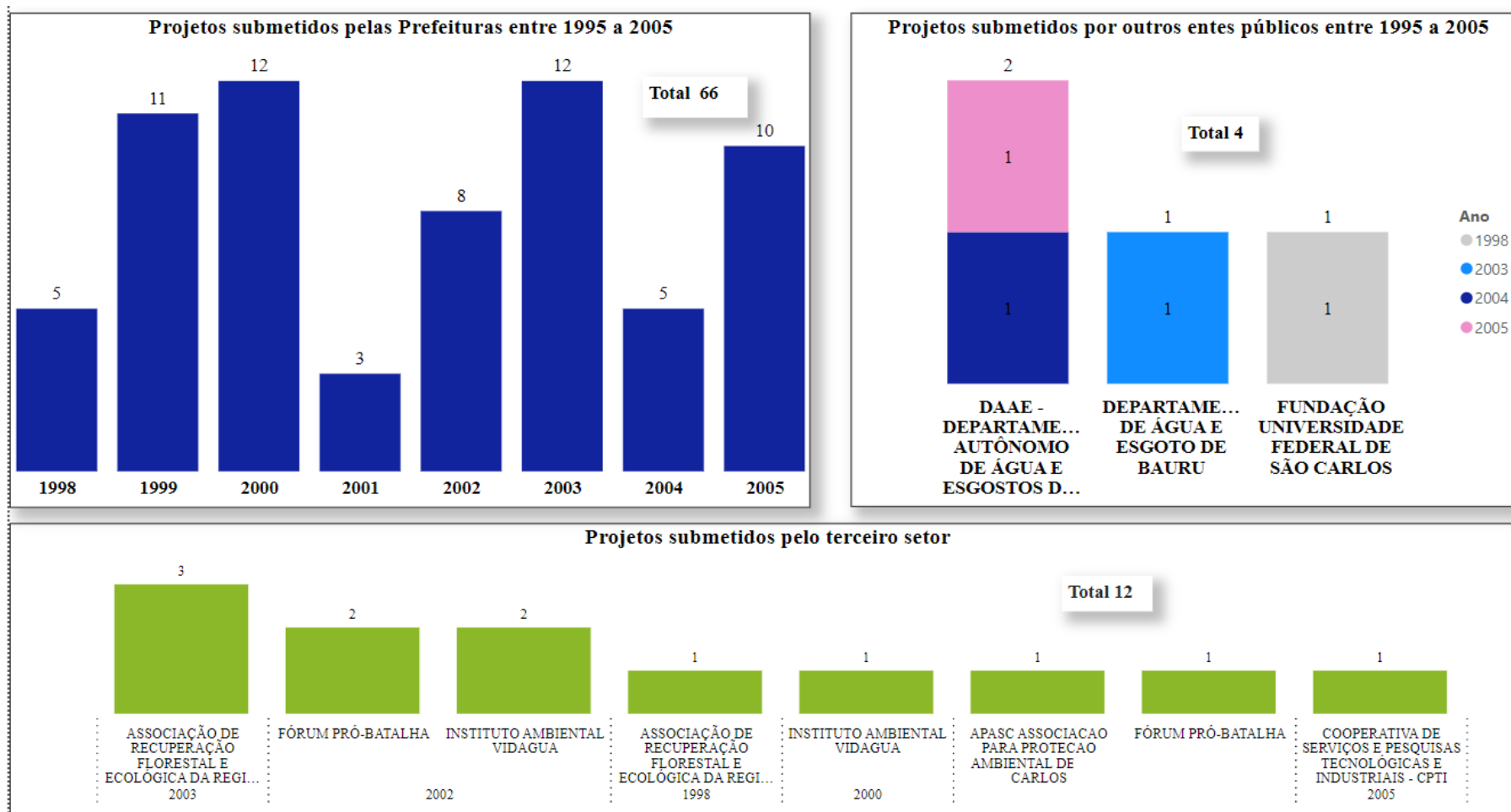
foi identificar tendências em um intervalo de tempo, sendo analisados os seguintes itens em cada período: a quantidade de projetos submetidos; os PDCs vigentes; e, as categorias dos projetos separados entre projeto básico, projeto executivo, estudo, obra, serviço e outros.

Gráfico 1. Quantidade de projetos submetidos entre 1995 a 2005



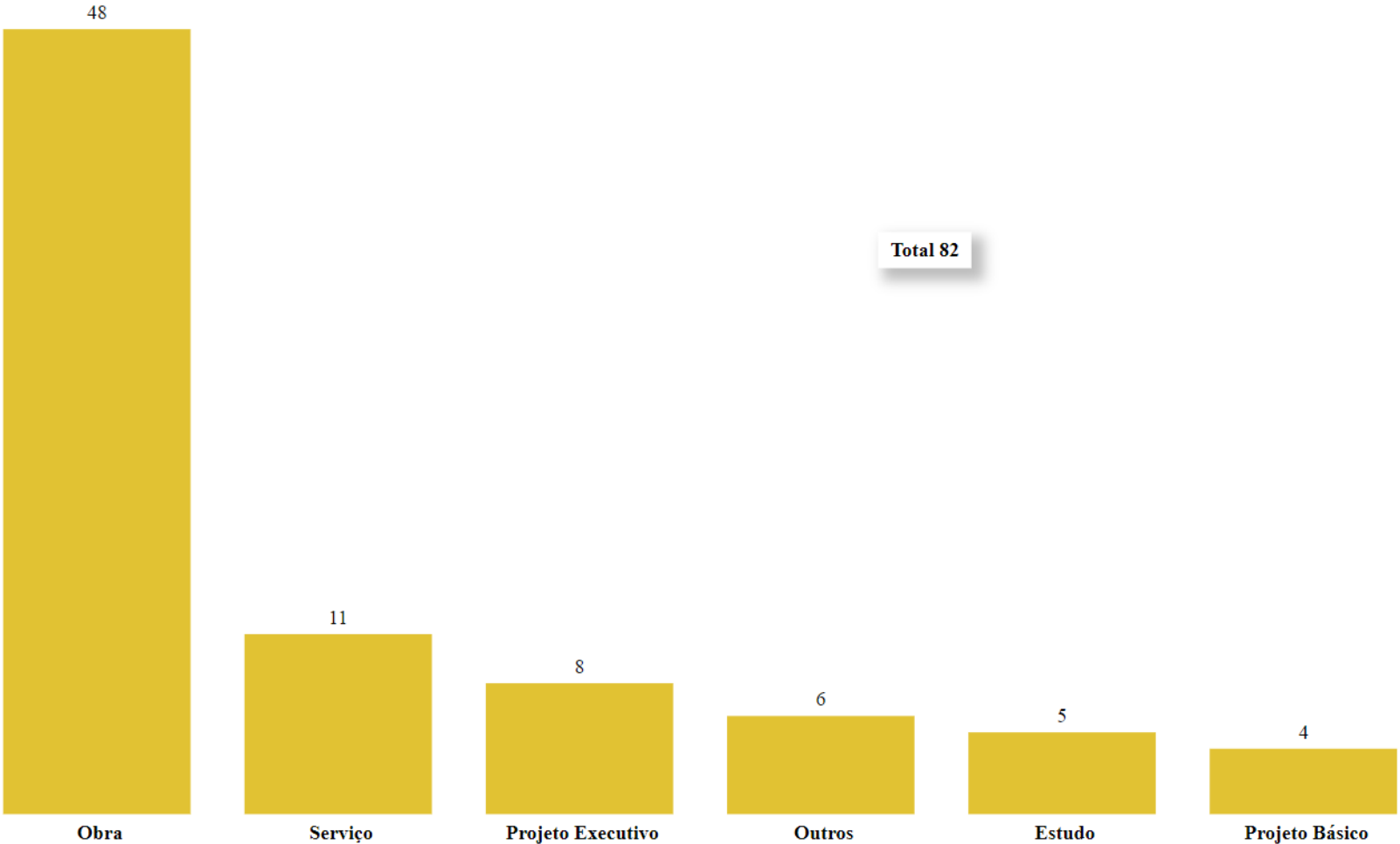
Fonte: Elaborado pela própria autora utilizando dados do SinFEHIDRO (2023).

Figura 5. Distribuição dos projetos submetidos pelos tomadores entre 1995 a 2005.

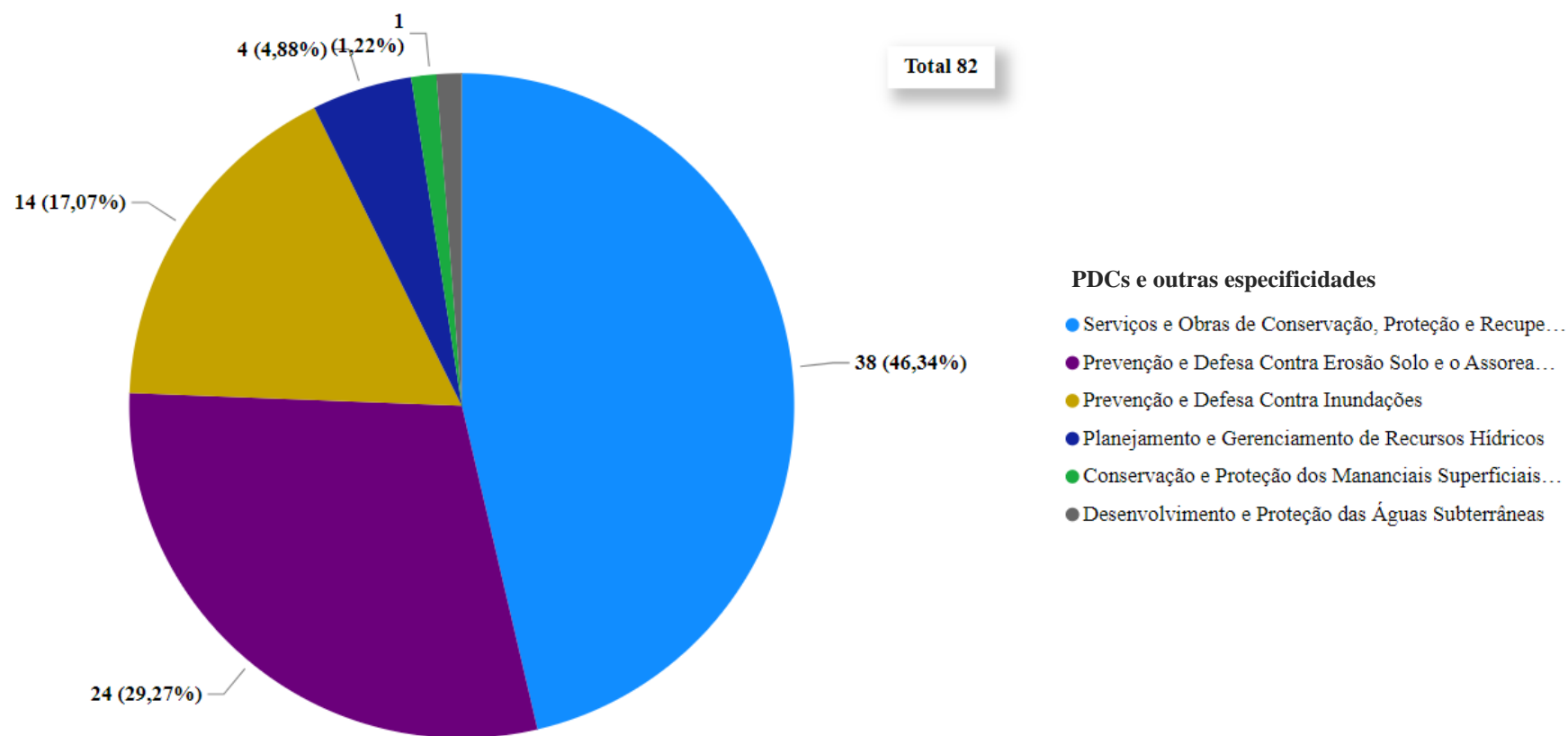


Fonte: Elaborado pela própria autora utilizando dados do SinFEHIDRO (2023).

Gráfico 2. Categorias dos projetos de 1995 a 2005



Fonte: Elaborado pela própria autora utilizando dados do SinFEHIDRO (2023).

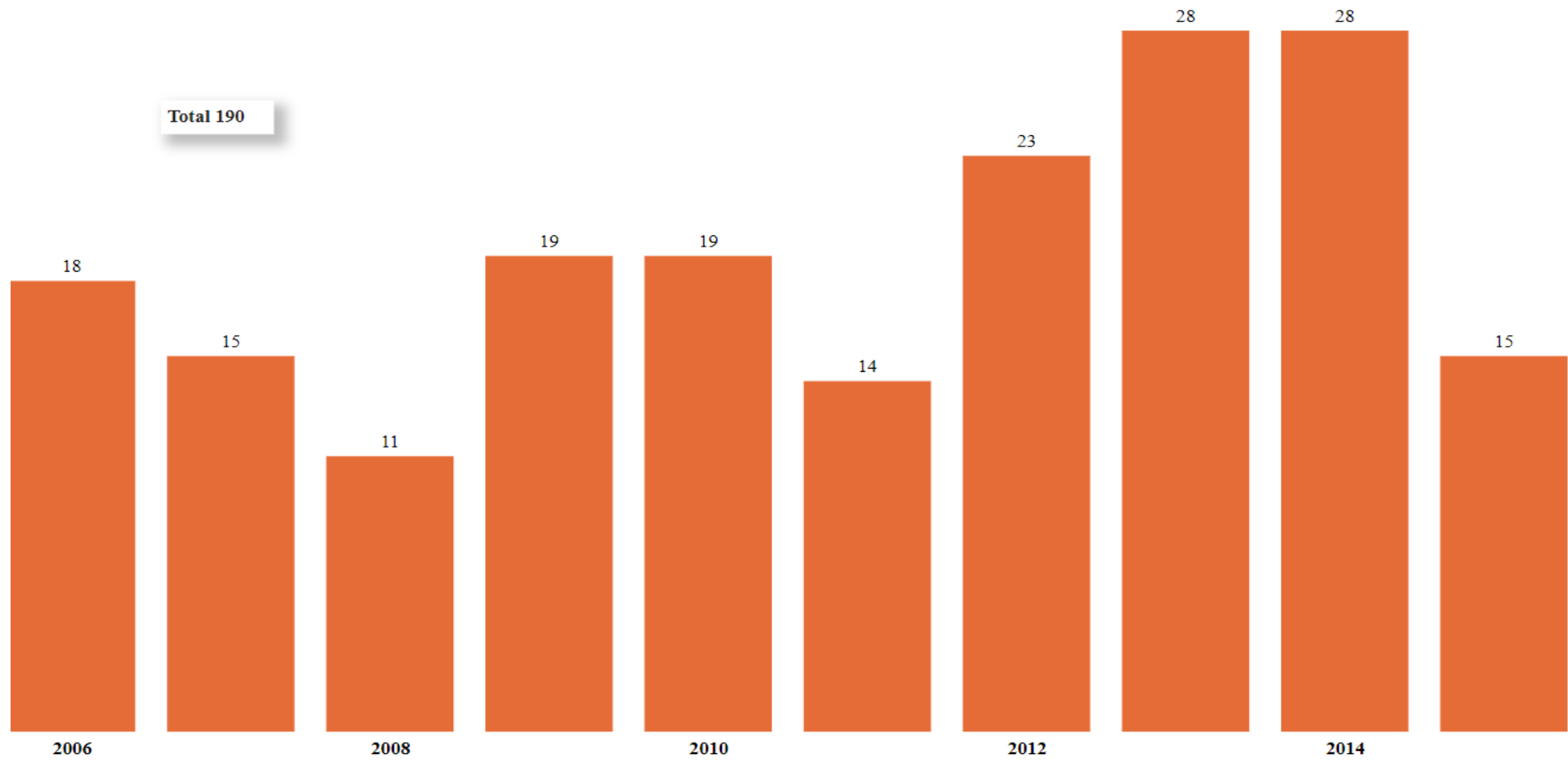
Gráfico 3. PDCs e outras especificidades, de 1995 a 2005

Fonte: Elaborado pela própria autora utilizando dados do SinFEHIDRO (2023).

Verificando os gráficos 1 ao 3 e a figura 5, percebe-se que, no período de 1995 a 2005, foram submetidos 82 projetos. Destaca-se que nenhum projeto foi submetido durante o período de 1995 a 1997 e uma possível explicação para isso consiste no fato de o CBH-TJ ainda estar em construção/estruturação interna nesses anos. Dos 82 projetos, 66 foram enviados pelas prefeituras, o indica que desde a constituição do CBH-TJ, a atuação destes entes é incisiva.

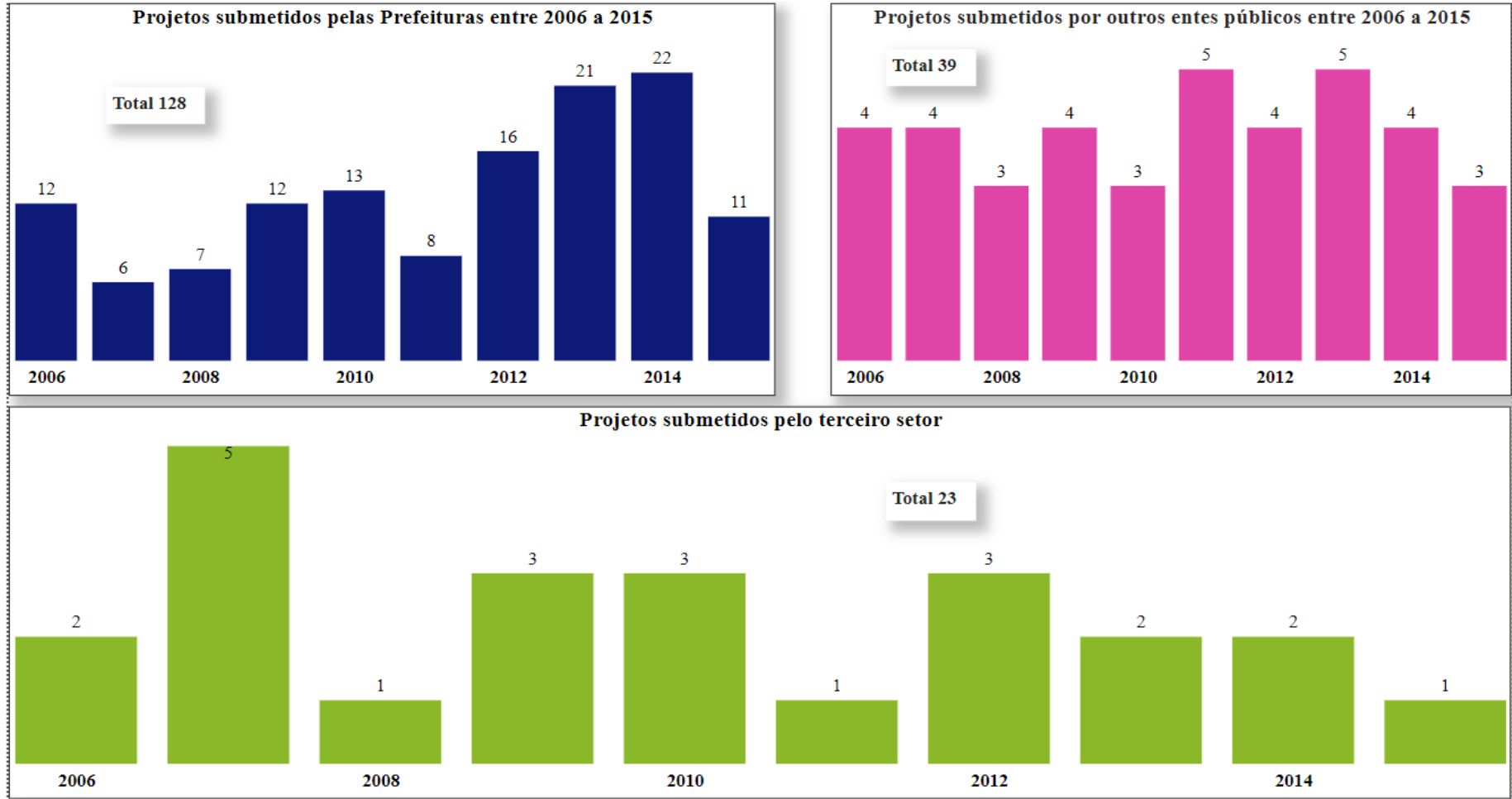
Optou-se por separar as submissões realizadas pelo Departamento Autônomo de Água e Esgotos (DAAE) e pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) daquelas realizadas por outros entes públicos, em virtude do fato desses órgãos possuírem um regime jurídico diferente e gozarem de autonomia. Este fato propicia que tais tomadores possam contratar mão de obra especializada com mais agilidade do que, por exemplo, uma prefeitura municipal. Ou seja, eles têm maior possibilidade de investir em profissionais qualificados no mercado que tenham conhecimento em captação de recursos e gestão de projetos. Isso será analisado de forma detalhada em outro momento. Percebe-se que, no período entre 1995 a 2005, as submissões desses tomadores foram baixíssimas, apenas 4 no total. Diferente do terceiro setor, que teve 12 submissões, com 8 tomadores diferentes.

Constatou-se também que a categoria de obra teve o maior número de submissões, com 48 projetos. Já em relação aos PDCs a área de serviços e obras de conservação, proteção e recuperação da qualidade dos recursos hídricos teve 38 projetos, na sequência destaca-se a área prevenção de defesa contra erosão solo e o assoreamento dos corpos d'água com 24 projetos.

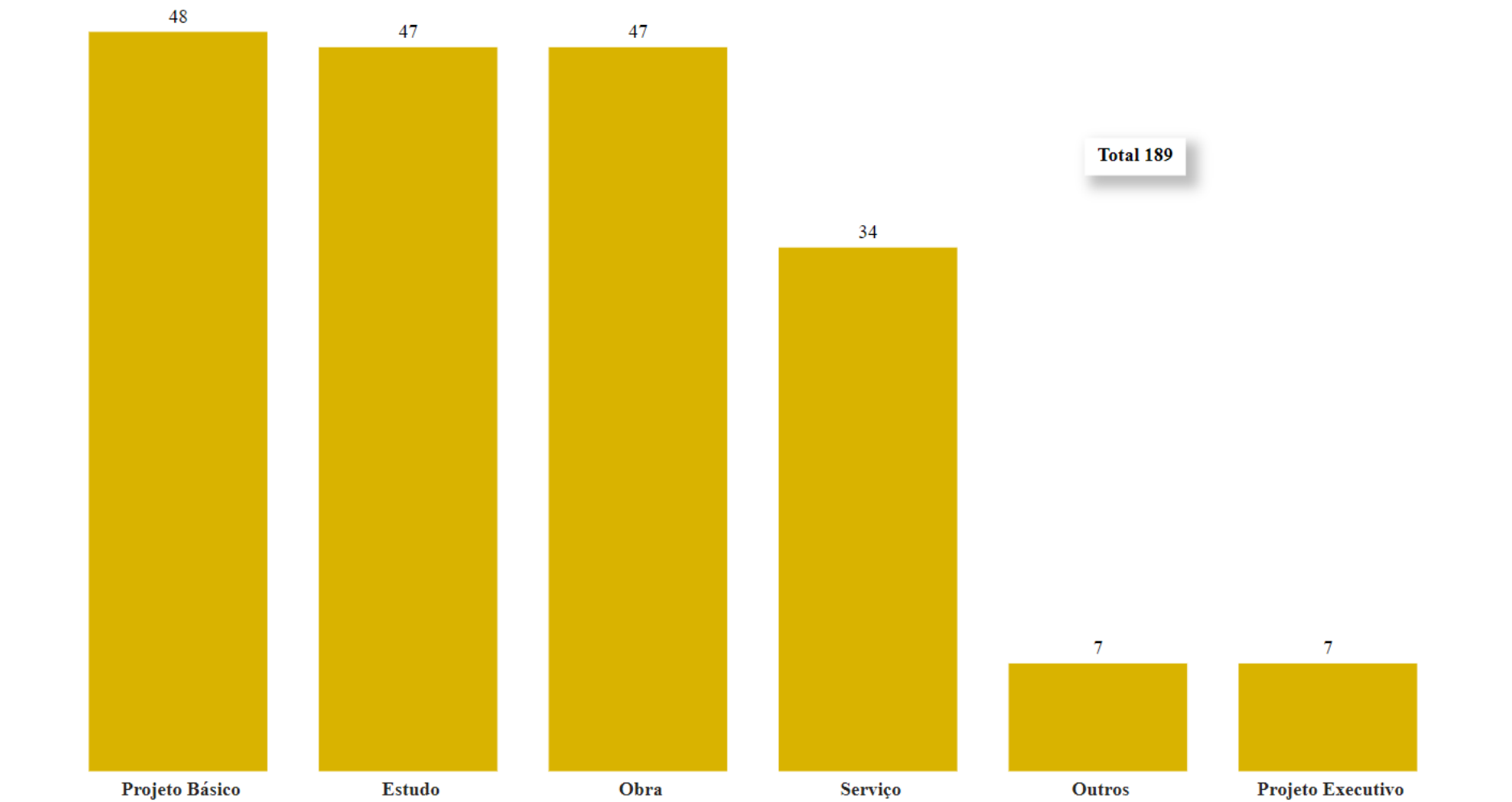
Gráfico 4. Quantidade de projetos submetidos entre 2006 a 2015

Fonte: Elaborado pela própria autora utilizando dados do SinFEHIDRO (2023).

Figura 6. Análise dos projetos submetidos pelos tomadores entre 2006 a 2015

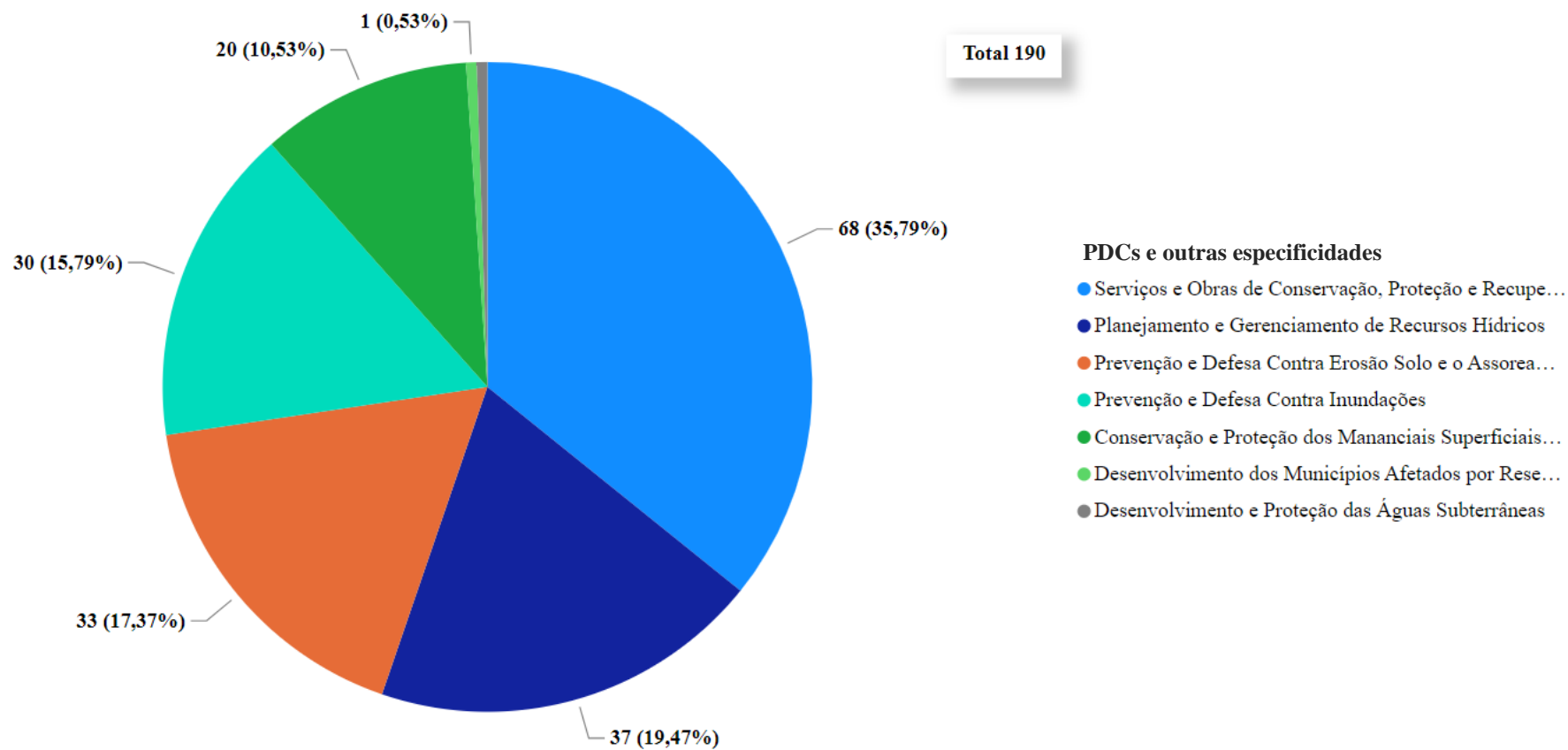


Fonte: Elaborado pela própria autora utilizando dados do SinFEHIDRO (2023).

Gráfico 5. Categoria dos projetos de 2006 a 2015

Fonte: Elaborado pela própria autora utilizando dados do SinFEHIDRO (2023).

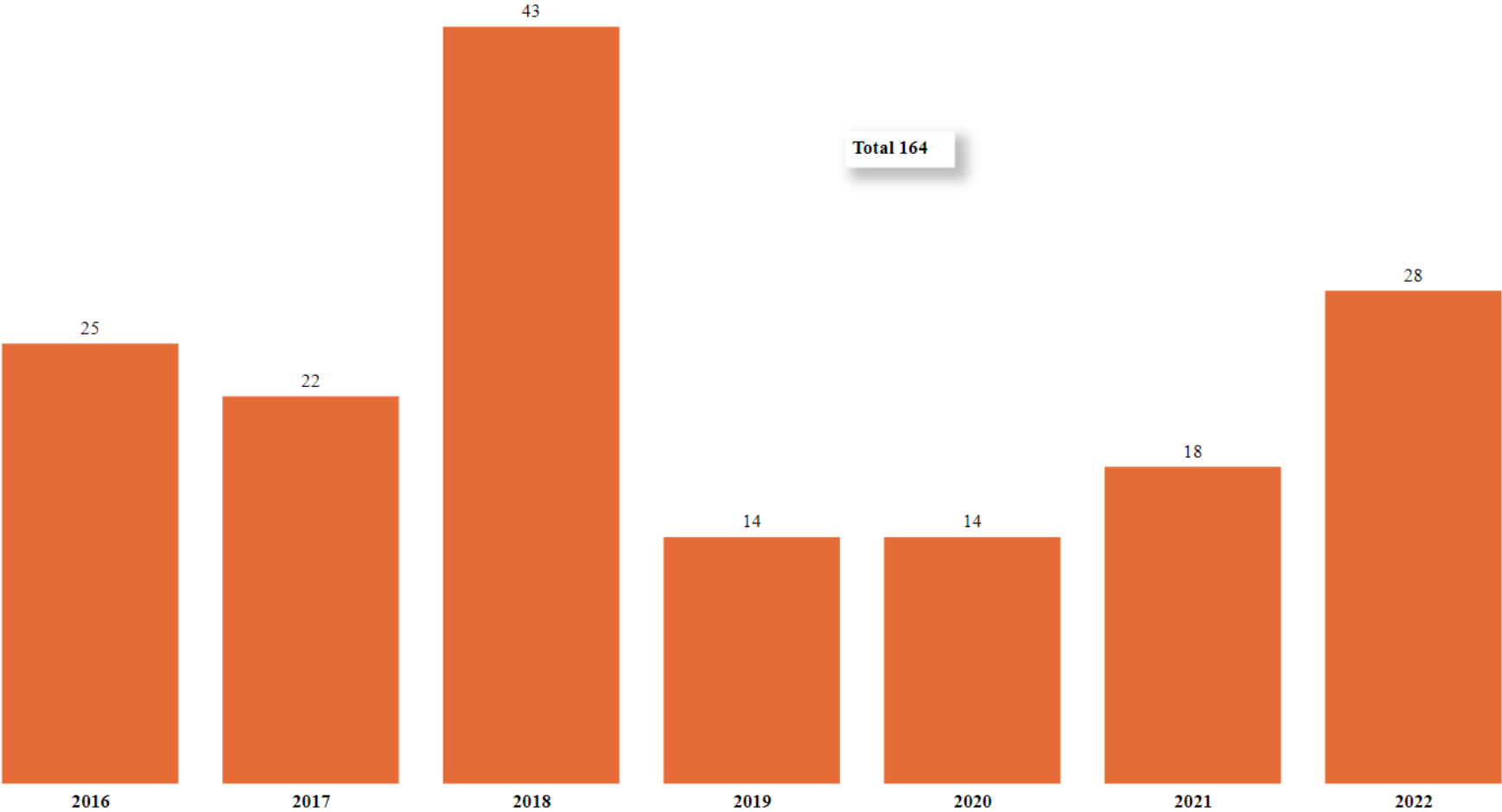
Gráfico 6. PDCs e outras especificidades, de 2006 a 2015



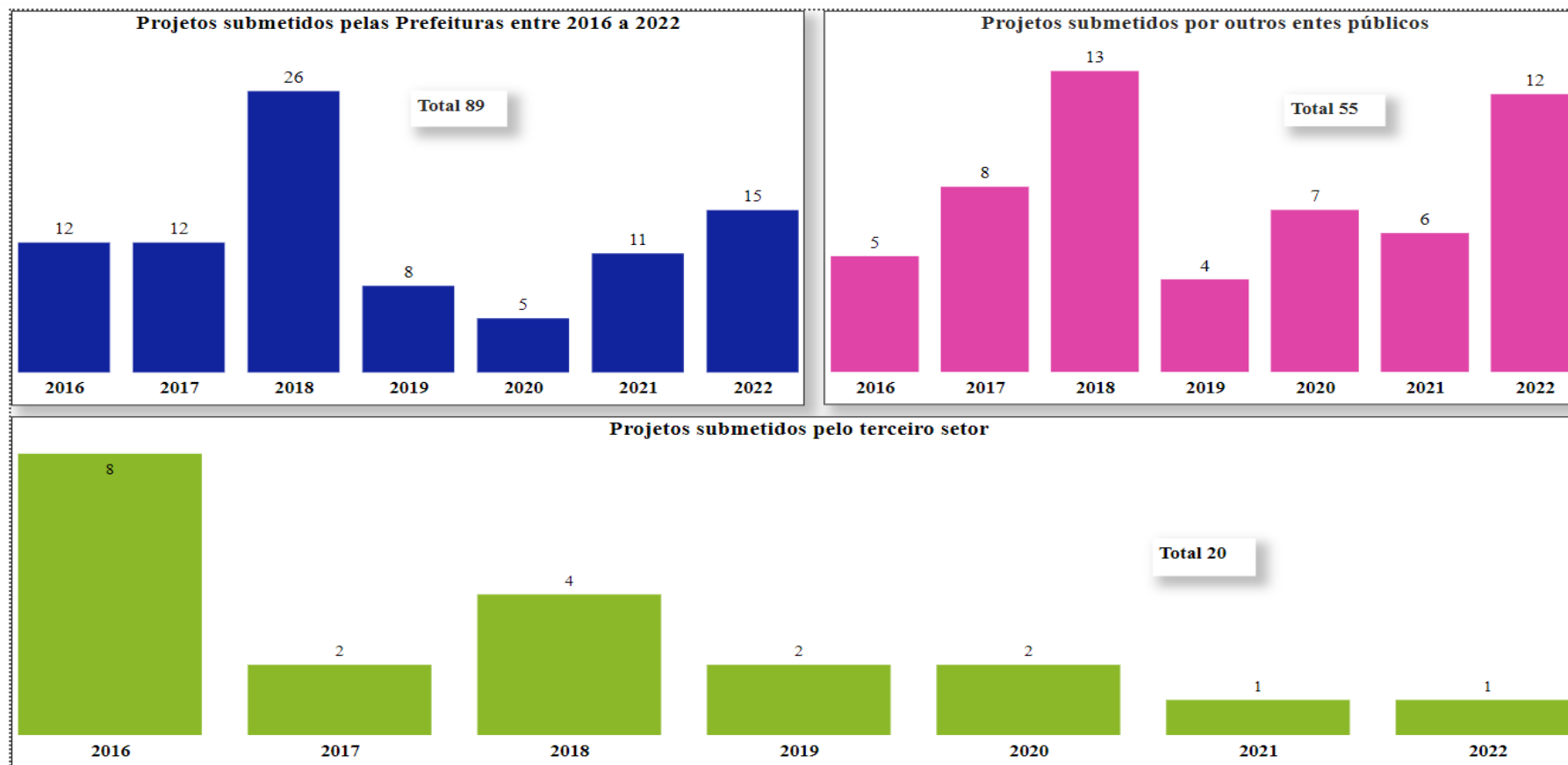
Fonte: Elaborado pela própria autora utilizando dados do SinFEHIDRO (2023).

Verificando os Gráficos 4, 5 e 6 e a Figura 5, percebe-se que, no período de 2006 a 2015, foram 190 projetos submetidos. Desses 128 projetos foram enviados pelas prefeituras, contra 39 de outros entes públicos e 23 do terceiro setor. Nesse período, a categoria de projeto básico teve o maior número de submissões, com 48 propostas, seguido de um empate entre estudo e obra com 47 cada, isso evidencia uma mudança em relação ao período de 1995 a 2005 onde obras e serviços eram maiores. Mas o PDC de serviços e obras de conservação continua sendo o primeiro com 68 submissões, seguido de 37 em planejamento e gerenciamento de recursos hídricos, surgindo assim uma nova prioridade nesse período.

Gráfico 7. Quantidade de projetos submetidos entre 2016 e 2022

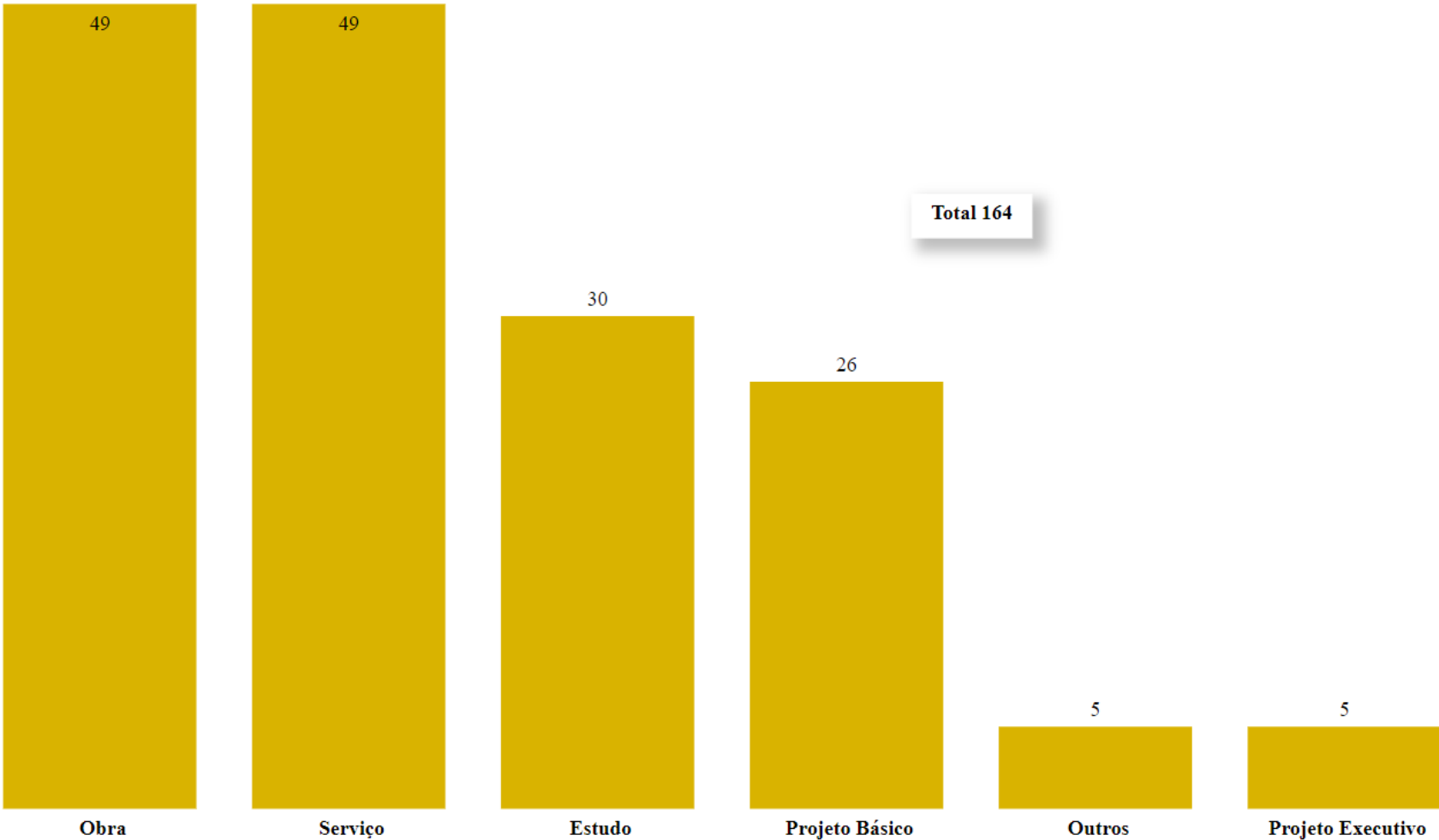


Fonte: Elaborado pela própria autora utilizando dados do SinFEHIDRO (2023).

Figura 7. Análise dos projetos submetidos pelos tomadores entre 2016 a 2022

Fonte: Elaborado pela própria autora utilizando dados do SinFEHIDRO (2023).

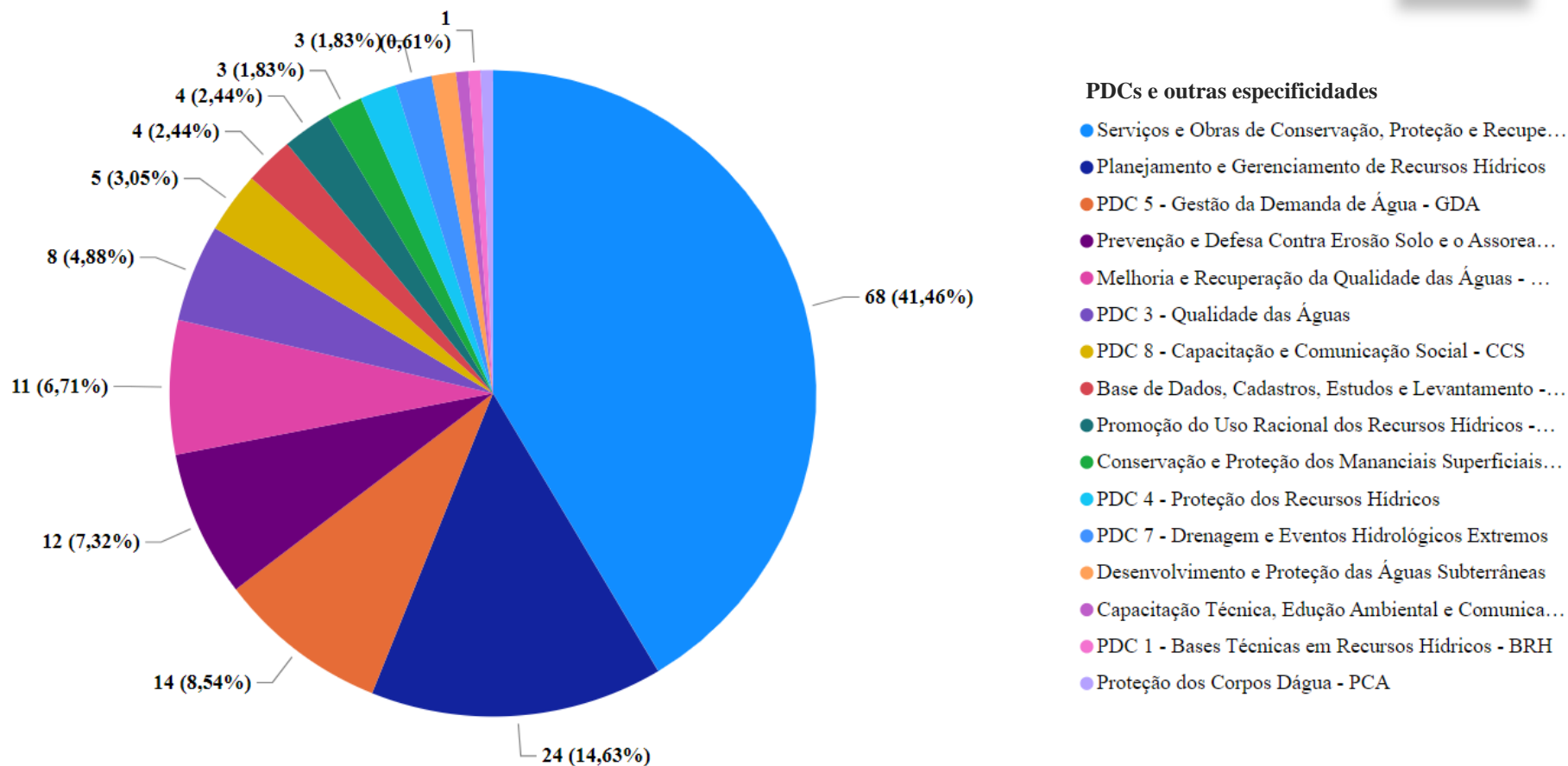
Gráfico 8. Categoria dos projetos de 2016 a 2022



Fonte: Elaborado pela própria autora utilizando dados do SinFEHIDRO (2023).

Gráfico 9. PDCs e outras especificidades, de 2016 a 2022

Total 164

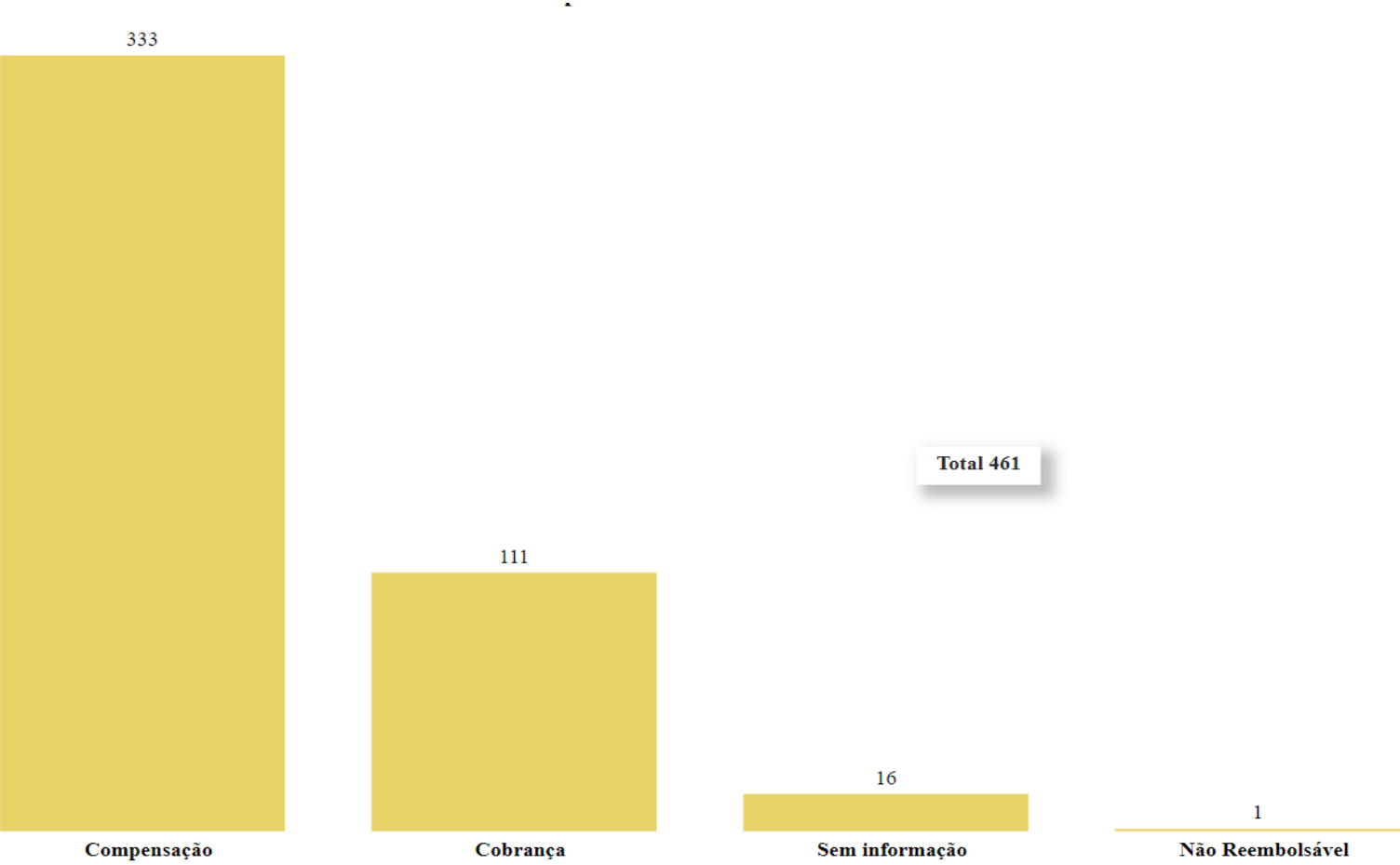


Fonte: Elaborado pela própria autora utilizando dados do SinFEHIDRO (2023).

Verificando os Gráficos 7, 8 e 9 e a Figura 7, percebe-se que, no período de 2016 a 2022, foram 164 projetos submetidos. Desses 89 projetos foram enviados pelas prefeituras, 55 de outros entes públicos, e 20 do terceiro setor, sendo evidenciado um aumento em relação aos períodos anteriores. Nesse período ocorreu um empate nas categorias de obra e serviço com 49 envios.

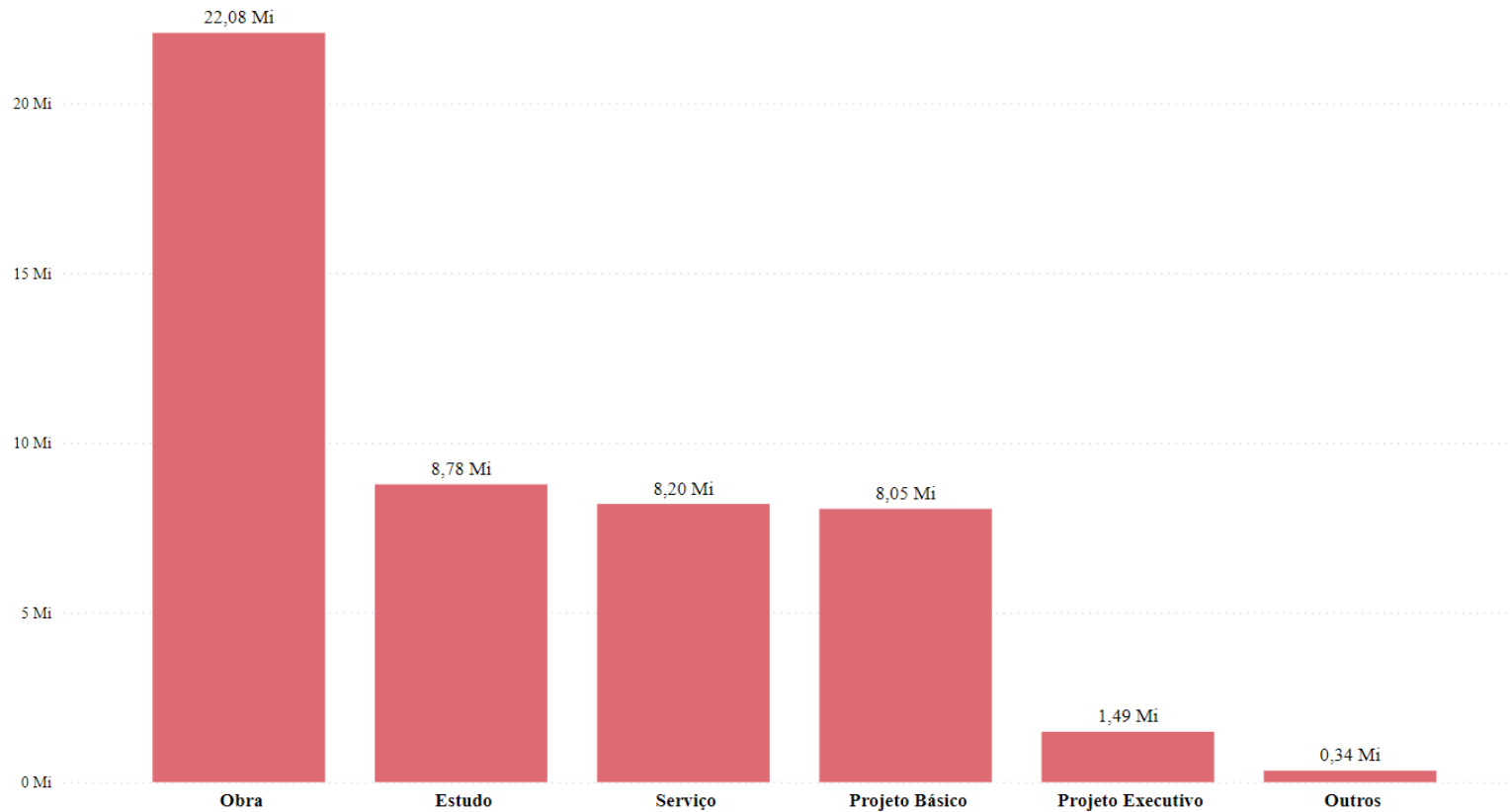
O PDC de serviços e obras de conservação continua sendo o primeiro com 68, seguido de planejamento dos recursos hídricos com 24 projetos, observa-se nesse período o aparecimento de novos PDCs, sendo o PDC 1, 3, 4, 5, 7, 8 e as demais áreas BASE, MRQ, URRH, CCEA e PCA. De maneira geral, o período de 1995 a 2005 se destaca pelo baixo número de submissões de outros entes públicos, o período de 2006 a 2015, pelo alto número de envios pelas prefeituras, e o período de 2016 a 2022, pela incorporação de novos PDCs. Ao longo desses períodos foram verificadas modificações nos tomadores de recursos e nas categorias dos projetos, que podem ter se alterado devido a mudanças políticas ou nas legislações, algo que não é possível determinar nesta investigação, requerendo pesquisas futuras.

Gráfico 10. Tipo de recursos de 1995 a 2022



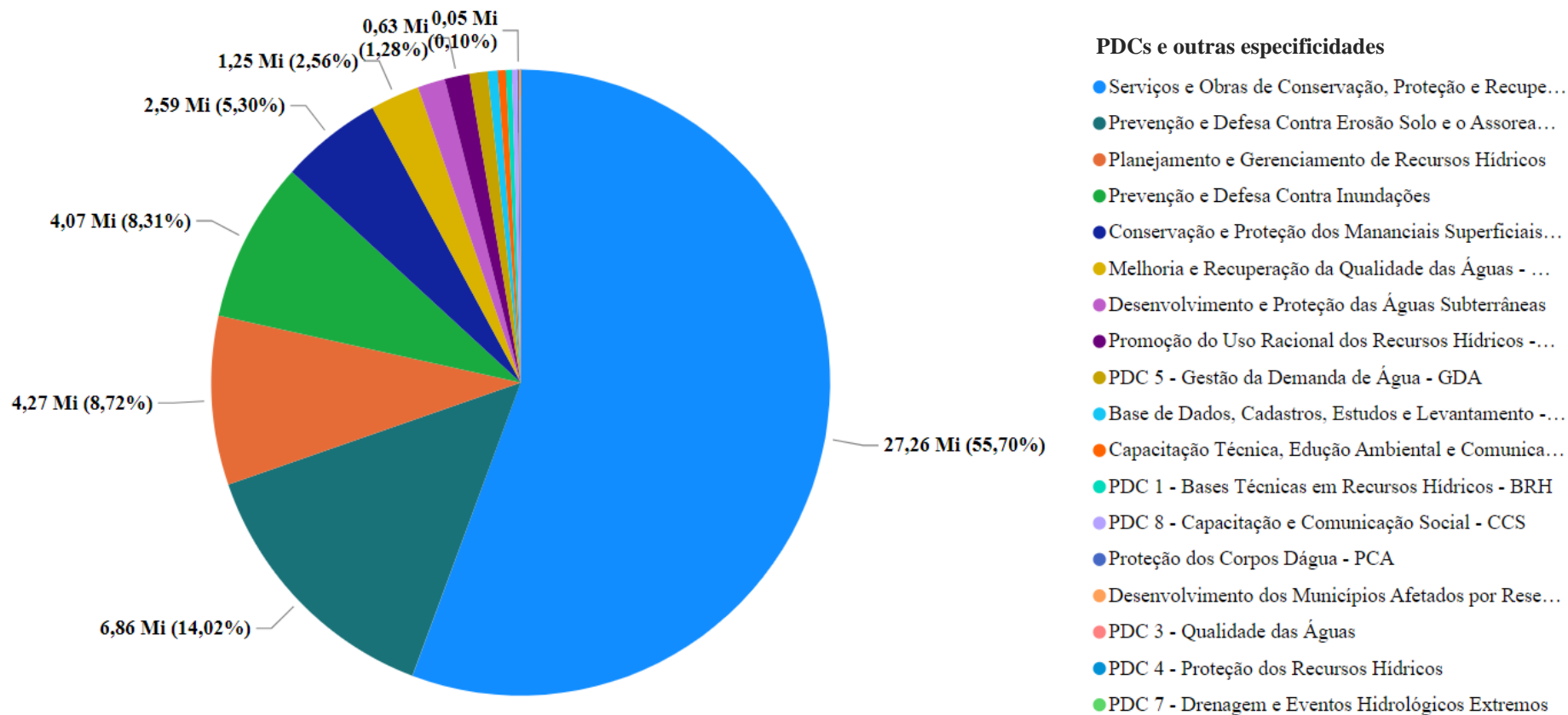
Fonte: Elaborado pela própria autora utilizando dados do SinFEHIDRO (2023).

Gráfico 11. Valor pago pelo FEHIDRO de acordo com as categorias dos projetos entre 1995 a 2022



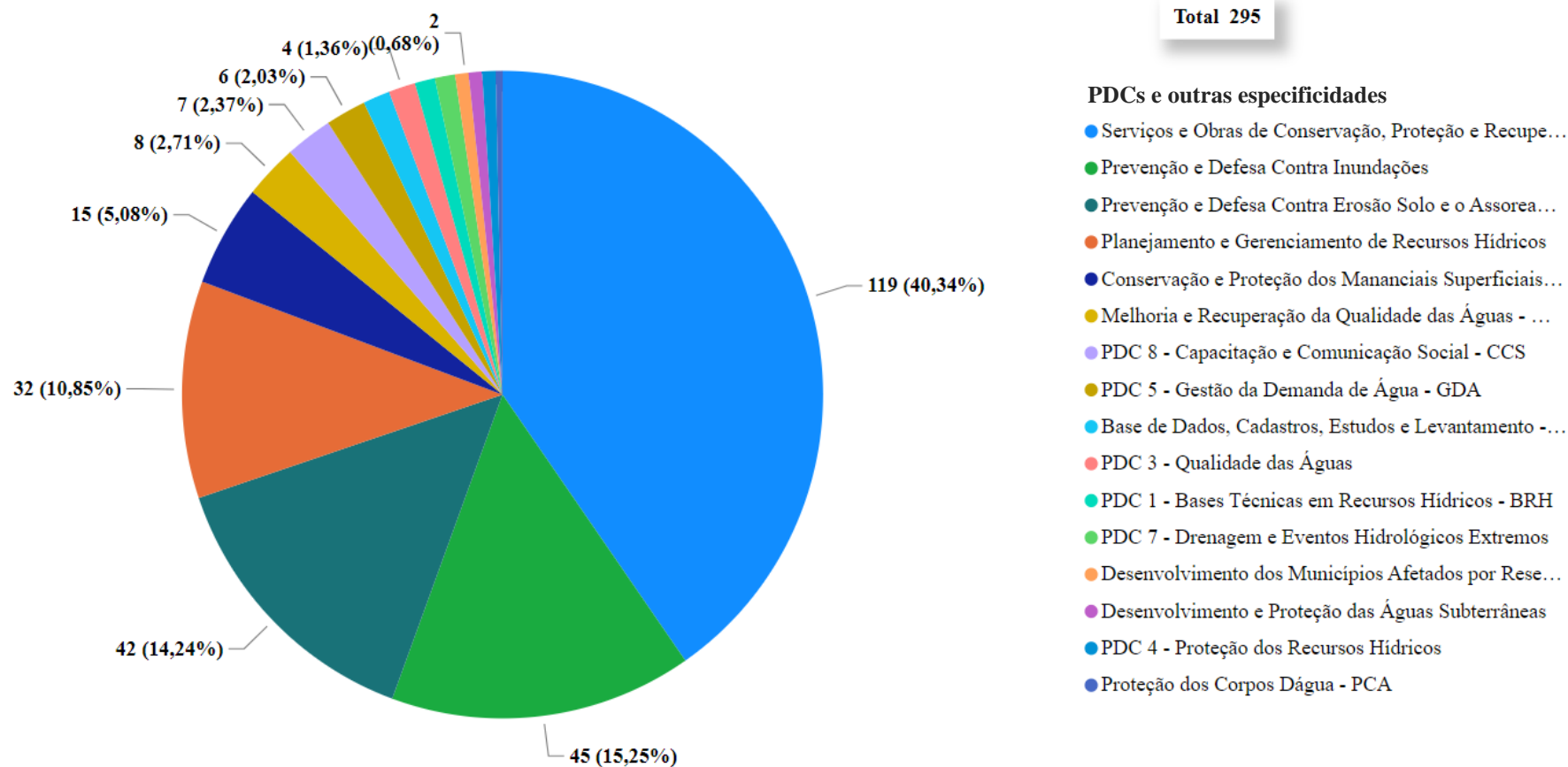
Fonte: Elaborado pela própria autora utilizando dados do SinFEHIDRO (2023).

Gráfico 12. Valores efetivamente pagos pelo FEHIDRO de acordo com os PDCs e outras especificidades, entre 1995 a 2022



Fonte: Elaborado pela própria autora utilizando dados do SinFEHIDRO (2023).

Gráfico 13. Projetos das prefeituras municipais e PDCs e outras especificidades, entre 1995 a 2022



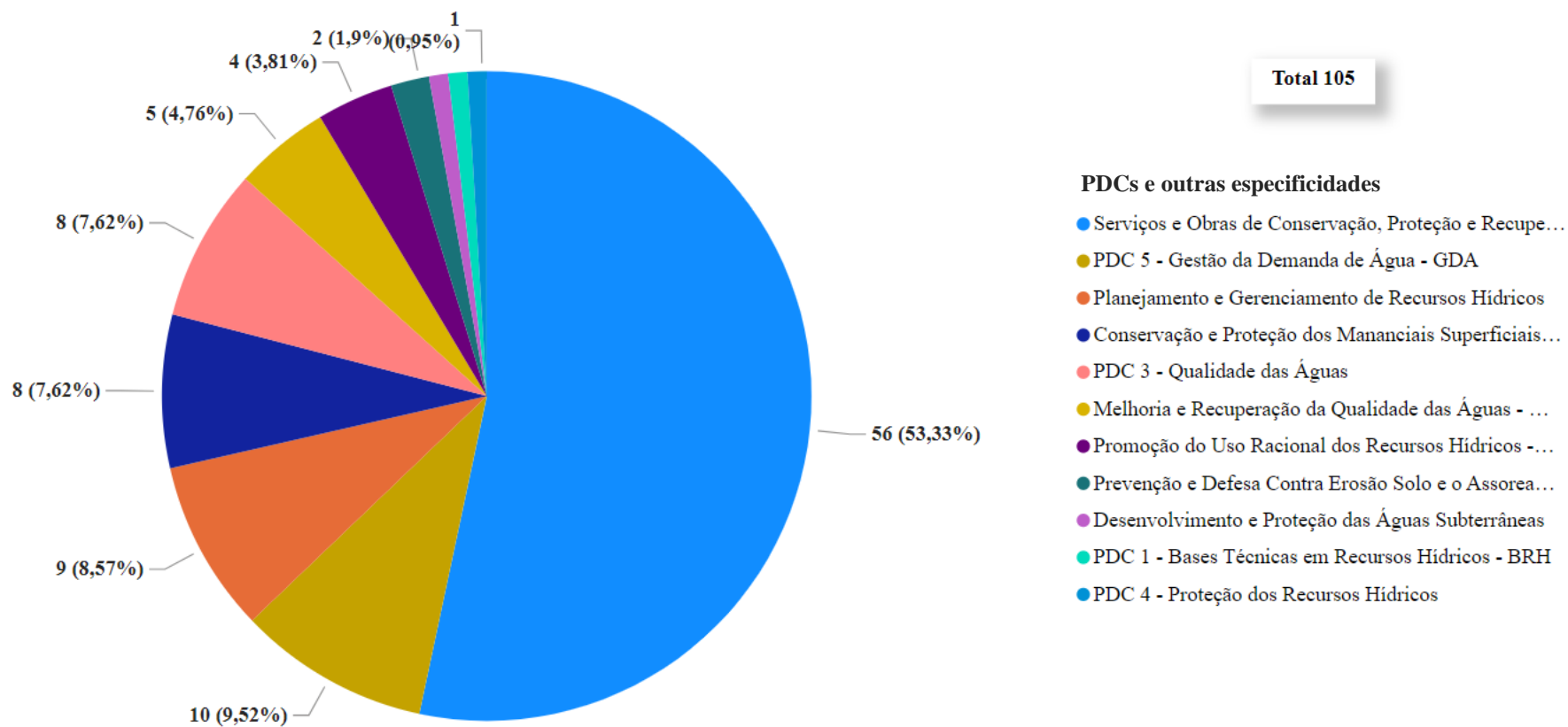
Fonte: Elaborado pela própria autora utilizando dados do SinFEHIDRO (2023).

O Gráfico 10 mostra os “tipos de recursos” do FEHIDRO, essa é a denominação utilizada no site SinFEHIDRO, que se refere as origens desse recurso. No referido gráfico é possível observar a “compensação” que é a verba usual do fundo, aparecem 333 projetos apoiados. Temos também a “cobrança” que é referente a cobrança pelo uso da água, no total foram 111 projetos, um número considerado alto, pois o instrumento de cobrança pelo uso da água foi implantado na Bacia do Tietê-Jacaré somente em 2016.

O Gráfico 11 evidencia que as obras foram o principal investimento do FEHIDRO, um dado que merece atenção, pois isso sugere uma carência de estrutura nessa região, que poderia ser atendida através de outras fontes de recursos. A destinação de recursos para estudos também tem seus prós e contras, já que alguns tomadores de recursos pedem verba, por exemplo, para elaboração do Plano Diretor, ou seja, para construir um instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana municipal. Mas, por outro lado, isso também pode indicar uma preocupação por parte dos tomadores com a realização de investigações sobre sua região, sendo esses estudos, talvez, um passo inicial para uma futura elaboração de projetos voltados a solução dos problemas ambientais dos municípios.

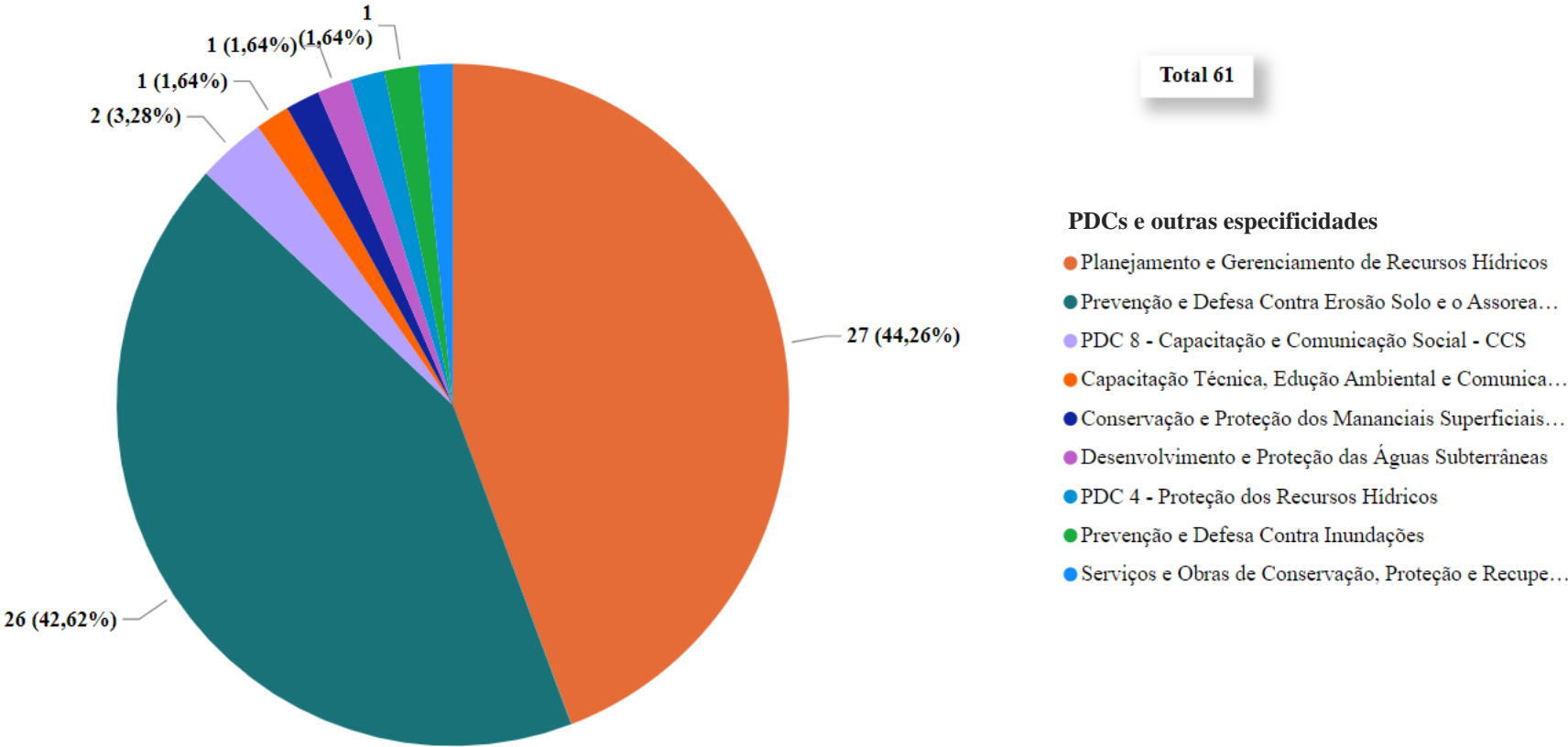
Observando os Gráficos 12 e 13, constata-se que, historicamente, a área de Serviços e Obras de Conservação, Proteção e Recuperação da Qualidade dos Recursos Hídricos foi o principal investimento na região da UGRHI 13.

Gráfico 14. Outros entes públicos e PDCs e outras especificidades, entre 1995 a 2022



Fonte: Elaborado pela própria autora utilizando dados do SinFEHIDRO (2023).

Gráfico 15. Terceiro setor e PDCs e outras especificidades, entre 1995 a 2022



Fonte: Elaborado pela própria autora utilizando dados do SinFEHIDRO (2023).

Já o Gráfico 14 comprova que o PDC de serviços e obras de conservação foi o mais solicitado pelos outros tomadores ao longo do tempo, diferente do Gráfico 15 que mostra que o terceiro setor solicitou mais em relação ao planejamento e gerenciamento de recursos hídricos.

6.2. Projetos físicos do CBH-TJ

No escritório do CBH-TJ, no município de Araraquara, no Estado de São Paulo, estão disponíveis os arquivos físicos de submissões de projetos de 1995 até o ano de 2019. A partir do ano de 2020, os projetos passaram a ser totalmente digitais. Vale ressaltar que o acesso a esses dados se deu mediante o preenchimento de um termo de sigilo⁶, então, os dados de identificação dos tomadores de recursos serão mantidos de forma confidencial a partir do uso de codificação.

Na primeira visita presencial ao CBH-TJ se obteve acesso aos projetos de 1995 até 2013. Os mesmos estavam organizados em caixas do tipo arquivo morto polionda ofício, no total eram 24 caixas. Algumas tinham identificação na parte frontal, sendo: 16 caixas com a nomenclatura “C”; tinham 2 denominadas “A1” e “A2”; outras 3 como “X1”, “X2” e “X3”; e 3 caixas sem identificação. O funcionário responsável pela área informou que os projetos foram organizados por um estagiário a alguns anos atrás.

No total, nas caixas “C” foram encontrados 152 projetos, nas caixas “A” foram 20, nas caixas “X” 31 e nas sem identificação também 31 projetos. Somente nos arquivos das caixas “C” foi possível identificar a situação dos projetos, nestas caixas ficou evidente que eram projetos concluídos. Nas demais caixas, os projetos tinham sido cancelados e arquivados. Em suma, no total, foram encontrados 246 arquivos do período de 1995 até junho de 2013.

O acesso aos projetos de julho de 2013 até 2019 ocorreu posteriormente, pois os funcionários acreditavam que todos os projetos estavam dispostos nas caixas tipo arquivo morto. No entanto, descobriu-se que os projetos estavam em outro local no CBH-TJ. Assim, foram encontrados 62 projetos referentes a esse período.

Foram encontrados 308 projetos físicos no CBH-TJ, sendo que no SinFEHIDRO consta um total de 461 projetos submetidos no período de 1995 até 2022. A diferença de 115 projetos

⁶ Disponível no Anexo A

foi atribuída a sua existência somente na modalidade online, a partir de 2020. Foi solicitado o acesso ao material online, mas não foi liberado até a conclusão dessa dissertação.

Em relação aos projetos do FEHIDRO armazenados no CBH-TJ é preciso apontar que a dificuldade dos servidores em encontrar tais materiais quando solicitados deveu-se a duas razões: a inexistência de um lugar específico para tal armazenamento e a ausência de um padrão de arquivamento. De acordo com um dos servidores no CBH-TJ, no atual modelo de armazenamento online, a partir do ano de 2020, os projetos encontram-se mais organizados. Entretanto, isso não pode ser verificado durante esta investigação, pois, embora tenha sido solicitado o acesso a este armazenamento, o mesmo não foi fornecido.

Investigando os 308 projetos encontrados e buscando responder as indagações iniciais da pesquisa, percebeu-se que os projetos mais antigos, ou seja, aqueles datados de 1995 até 1999 não tinham um padrão em específico, pois, a maior parte dos tomadores municipais enviava um memorial descritivo para o CBH-TJ, muitas vezes com apenas uma página, apresentando as obras ou recursos necessários para colocar o projeto em prática.

Questões como objetivo, área temática, quantidade de empregos gerados, entre outros questionamentos não eram descritos nesses documentos, eram enviados o memorial descritivo e diversos mapas do município, desenho de obras e fotografias, com o intuito de mostrar a viabilidade técnica do projeto. Em 1999, começa-se a perceber um padrão nas submissões, onde os tomadores preenchiam o denominado “Anexo I” que continha a Ficha com o resumo da obra, serviço, ou projeto para fins de solicitações de recursos do FEHIDRO.

Com isso, os tomadores passaram a seguir determinadas regras de submissões, como o preenchimento obrigatório do Anexo I - ficha resumo do FEHIDRO. Nesse documento deveria ser preenchido: os dados do interessado; nome do empreendimento; objetivo; local; situação do empreendimento se seria uma implantação, expansão, conclusão ou outros; previsão de início e conclusão; se tinha projeto básico em caso de obras, ou, termo de referência no caso de estudo ou projeto; se possuía estudos sobre o empreendimento; documentação de regularização; disponibilidade de posse ou cessão definitiva; justificativa e beneficiários decorrentes.

O preenchimento do Anexo I permitiu que alguns dos questionamentos da pesquisa fossem sanados, mas conforme veremos a seguir, esses dados também eram desorganizados e com diferença de qualidade, variando conforme o ente tomador. A principal falta de padrão se refere ao detalhamento financeiro dos projetos, de outro modo, as informações gerais como valor solicitado, valor de contrapartida, valor aprovado pelo agente técnico, valor financiado e

valor efetivamente pago podem ser facilmente encontradas no Anexo I e no próprio SinFEHIDRO.

Assim, de 1995 a 1999, alguns projetos foram feitos de maneira simples, já outros extremamente elaborados, realizados por empresas de engenharia, que detalhavam minuciosamente cada despesa. Percebeu-se essas mudanças em relação a própria elaboração do projeto, alguns tomadores preenchiam apenas o Anexo I com grande riqueza de detalhes, enquanto outros contratavam empresas para fazerem um projeto completo que era enviado junto com as documentações necessárias para submissão ao CBH-TJ.

Em determinados casos, percebeu-se que o ente tomador não tinha conhecimento da estrutura de um projeto, pois colocava conceitos de Produto, Preço, Praça e Promoção que são estratégias de marketing em projetos de obras públicas. Diversos erros ortográficos, de coesão e coerência também eram frequentes nesses projetos. É importante apontar que tais erros não foram e não são fatores determinantes para que o agente técnico liberasse os recursos do FEHIDRO.

Analisando os projetos de 2000 a 2019 verificou-se a permanência dos problemas já identificados nos anos anteriores, ou seja, algumas prefeituras continuavam enviando memoriais descritivos junto ao Anexo I, utilizando a estrutura de um projeto, com objetivo, metodologia, cronograma e orçamento. Enquanto as entidades do terceiro setor, e outros tomadores de recursos, enviavam projetos completos, sendo dois deles com estrutura de projeto acadêmico, inclusive, com ampla revisão bibliográfica.

Após análise foi possível constatar que apenas a segunda pergunta do Anexo A sobre o objetivo do projeto foi respondida satisfatoriamente, pois era a única facilmente encontrada e estava escrita nos projetos. Até mesmo o questionamento sobre a duração do projeto não constava.

O questionamento sobre a forma que seria pago o valor de contrapartida foi parcialmente respondido, pois só as prefeituras municipais especificavam que se tratava de recursos do orçamento, mas teve um caso de ser alegado recursos próprios, não especificando se era do prefeito ou doação.

Sendo assim, pode-se afirmar que as demais perguntas presentes no Anexo A dessa dissertação não foram respondidas adequadamente. Verificou-se que os projetos do FEHIDRO não possuem um mesmo padrão de qualidade, embora a ficha resumo seja um modelo a ser seguido, ela não é respondida de maneira satisfatória por alguns tomadores de recursos.

Em muitos casos, o parecer do agente técnico consegue explicar melhor do que se trata o projeto do que o próprio tomador de recurso. Constatou-se duas dimensões primordiais para a aprovação do agente técnico, a viabilidade técnica e a capacidade do ente tomador de conseguir gerenciar os recursos obtidos. Considerando tais dimensões, e o fato de os municípios serem os grandes tomadores de recursos do FEHIDRO ao longo dos anos, é possível argumentar que os municípios têm demonstrado tal capacidade, seja pela equipe técnica disponível, seja pela prestação de contas adequada.

Esses dados também mostram que não é possível verificar o critério de distribuição dos recursos do FEHIDRO pelo CBH-TJ, pois os oito PDCs não aparecem em sua totalidade na distribuição dos recursos, durante todo o período de análise percebe-se a prevalência pela área de serviços e obras de conservação, proteção e recuperação da qualidade dos recursos hídricos. Talvez, os problemas enfrentados na região como a alta exploração da água subterrânea e situação crítica em relação ao saneamento sejam em parte decorrentes disso, da falta de sincronização com as prioridades do FEHIDRO.

Todos os aspectos mencionados nos itens 6.1, 6.2 e 6.3 mostram que o CBH-TJ precisa rever a forma como tem realizado a distribuição dos recursos do FEHIDRO. É necessário começar a incentivar a participação do terceiro setor, se adequar aos oito PDCs e a priorizar a criação da Agência de Bacias. Sem tais alterações, dificilmente, haverá a resolução dos problemas observados na UGRHI 13. Pode-se, assim, apontar que a captação de recursos do CBH-TJ do FEHIDRO precisa ser aperfeiçoada.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal intuito desta dissertação foi responder o que a distribuição dos recursos financeiros oriundos do FEHIDRO tem revelado sobre as prioridades do CBH-TJ, conseguindo cumprir isso com uma investigação de como esses recursos foram distribuídos durante o período de 1995 a 2022 pelo Comitê, a partir da análise dos projetos e dos entes tomadores de recursos.

Os dados obtidos e discutidos nessa dissertação evidenciam que o tema da captação de recursos pelo FEHIDRO no CBH-TJ precisa ser mais explorado pela literatura, além de possuir relevância, é também, bastante complexo. Parte desta complexidade se deve à dificuldade vivenciada pelos próprios responsáveis pela elaboração dos documentos técnicos, como o plano de bacia, atas de reunião, relatórios de situação dos recursos hídricos, manuais de obtenção de recursos do FEHIDRO e demais documentos.

Outras questões também devem ser levadas em consideração, começando pelo conhecimento do processo de elaboração e submissão de um projeto ao FEHIDRO, sendo competência de o CBH-TJ orientar os tomadores interessados, por exemplo, promovendo oficinas sobre esse assunto.

Sabe-se que uma possível solução para alguns dos problemas que o CBH-TJ vem enfrentando consiste na criação da Agência de Bacias, que tem como propósito ser o braço executivo do Comitê, mas tal questão parece não ser uma prioridade para este Comitê, já que nos documentos oficiais aparece em posições não prioritárias. A criação de tal instrumento consiste em uma questão que precisa ser solucionada.

Um ponto que necessita ser discutido é a melhoria das plataformas digitais do SinFEHIDRO, pois foi verificado muitas instabilidades nesse site; o modelo atual utilizando Excel não está funcionando corretamente, conforme foi citado ao longo do texto, apresentando diversos problemas no filtro de dados.

Além disso, o CBH-TJ também poderia investir em uma plataforma digital, utilizando tecnologias como a do Power BI, que é de fácil acesso e manutenção, para publicizar os dados, facilitando a visualização para todas as pessoas. Isso também vale para os projetos físicos no escritório do CBH-TJ; todos deveriam ser digitalizados e colocados online, ou, arquivados de maneira adequada, garantindo seu acesso.

Em relação as indagações do problema de pesquisa dessa dissertação, pode-se afirmar que a captação de recursos oriundos do FEHIDRO, distribuídos pelo CBH-TJ e concretizados

pelos entes tomadores de recursos ao longo dos anos, não foi realizada de maneira satisfatória por nenhuma das partes, pois cada parte apresenta problemas específicos.

O excesso de burocracia na estrutura do FEHIDRO causa diversos obstáculos internos e externos, como centralizações das decisões, inibição da participação social e falta de igualdade entre os tomadores de recursos. Ao se analisar a atuação do CBH-TJ é possível apontar que tal comitê não tem aproveitado todas as oportunidades de financiamento do FEHIDRO, enfrenta desafios como a ausência da Agência de Bacias, a ampliação da participação social no comitê, e a falta de adequação aos PDCs. No que se refere aos entes tomadores de recursos, tais atores, embora tenham se aprimorado, ainda não conseguiram atender a todas as exigências do FEHIDRO, entre elas, gerenciar os recursos obtidos, algo que fica evidenciado pelo alto número de projetos cancelados.

Outra questão se refere a distribuição dos recursos do FEHIDRO e o atendimento às prioridades do CBH-TJ para os principais tomadores, ou seja, os municípios. Os procedimentos do CBH-TJ apresentam problemas e os municípios foram impactados com isso; por exemplo, a distribuição dos recursos pelo Comitê não levou satisfatoriamente em consideração o porte municipal, as mudanças de gestão e especificidades dos municípios. Isso fez com que as submissões pelas prefeituras diminuíssem ao longo dos anos, ocorrendo um aumento no envio de propostas de outros entes públicos.

De forma geral, todos os dados relatados nessa pesquisa demonstram que é um tema que merece aprofundamento, pois contribui diretamente no aperfeiçoamento da gestão dos recursos hídricos no Estado de São Paulo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA BRASIL. **CNJ prepara plano para retomar quase 4 mil obras paradas**. Brasília, 9 fev. 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-02/cnj-prepara-plano-para-retomar-quase-4-mil-obras-paradas>. Acesso em: 22 jan. 2022.

AGÊNCIA CÂMARA Notícias. **Pesquisadores apontam que recursos do governo na implementação de leis ambientais são insuficientes**. Brasília, 19 ago. 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/685704-pesquisadores-apontam-que-recursos-do-governo-na-implementacao-de-leis-ambientais-sao-insuficientes/>. Acesso em: 21 jul. 2022.

ALBECHE, Esthella Souza. **Plataforma +Brasil: breve análise das propostas cadastradas entre 2017-2020 pelos municípios da região Fronteira Oeste-RS**. 64 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração), Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, 2022.

ALMEIDA, Milene Felix de; MARQUES, Pollyana Candida Costa de Melo Gouveia. **Gestão de projetos em organização pública municipal: caracterização das etapas e aspectos restritivos**. Bahia: XXXIII ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, Outubro 2013. Disponível em: http://abepro.org.br/biblioteca/enegep2013_TN_STO_184_051_22972.pdf. Acesso em: 15 jan. 2022.

ALVES, Daniele de Sá Cardoso. **Gestão de projetos como instrumento de captação de recursos para a gestão municipal: estudo de caso na prefeitura de Anápolis 2018**. 2019. 71 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Pública Municipal) -Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/25968>. Acesso em: 02 fev. 2022

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO (ANA). **Preços unitários para o cálculo da cobrança pelo uso de recursos hídricos são definidos para 2024**. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202312/precos-unitarios-para-o-calculo-da-cobranca-pelo-uso-de-recursos-hidricos-sao-definidos-para-2024>. Acesso em: 08 fev. 2024.

ASSOCIATION OF FUNDRAISING PROFESSIONALS (AFP). **The AFP Fundraising Dictionary Online**. [S. l.], 2003. Disponível em: <https://afpglobal.org/sites/default/files/attachments/2018-11/AFPfundraisingDictionary.pdf>. Acesso em: 9 ago. 2022.

Avaliação do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima – **FNMC** (conhecido como Fundo Clima). Realizada por solicitação do Ministério do Meio Ambiente – MMA no âmbito do convênio de cooperação técnica com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7425/1/Avaliacao_do_Fundo_Clima.pdf>1. Acesso em: 09 fev. 2024.

BARBOSA, Flávia Darre. **Comitês de Bacias Hidrográficas, representação e participação: desafios e possibilidades à gestão da água e dos recursos hídricos no Brasil**. 2019. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019. Disponível em: 1. Acesso em: 05 jan. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 05 jan. 2022.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS (CNRH). **Resolução CNRH no 15, de 11 de janeiro de 2001 - estabelece diretrizes gerais para a gestão das águas subterrâneas**. Brasília, CNRH, 2001.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA). **Resolução CONAMA no 396, de 03 de abril de 2008 - dispõe sobre a classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento das águas subterrâneas**. Brasília, CONAMA, 2008.

BRASIL. **Lei Federal nº 9.433 de 8 de janeiro de 1997 – dispõe sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH)**. Brasília, Congresso Nacional, 1997.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS). **Portaria MS no 888, de 04 de maio de 2021 – dispõe sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade**. Brasília, GM/MS, 2021.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Áreas Protegidas. Departamento de Áreas Protegidas. **Guia prático de captação de recursos para áreas protegidas e outras medidas de conservação no nível local**. – Brasília, DF: MMA, 2022. 149 p.

BORGES, Rubens. **A experiência do município de São Paulo na implementação do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**. Brazilian Journal of Environmental Sciences (RBCIAMB), n. 04, p. 50-55, ago. 2005. Disponível em: <https://www.rbciamb.com.br/index.php/Publicacoes_RBCIAMB/article/view/476>1. Acesso em: 09 fev. 2024.

CÂMARA dos Deputados. **Transferência Especial da União aos demais Entes (art. 166-A da CF). Modalidade restrita às emendas individuais**. Brasília, 24 fev. 2021. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2021/nota-tecnica_-_transferencia-especial-art-166-a-modalidade-restrita-as-emendas-individuais-versao-15-fev-2021. Acesso em: 14 jan. 2022.

CARLA, Maria. **DIA MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE 2022: BRASIL É O PÁRIA DO MUNDO**. Brasília: SINPRO, 5 jun. 2022. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/dia-mundial-do-meio-ambiente-2022-brasil-e-o-paria-do-mundo/#:~:text=A%20Amaz%C3%B4nia%20Legal%20registrou%2C%20s%C3%B3,km%C2%B2%2C%20maior%20%C3%ADndice%20desde%202016>. Acesso em: 13 jul. 2022.

CARVALHO, A. C. da C. ; PAES, A. P. CAPTAÇÃO DE RECURSOS E PRÁTICAS GERENCIAIS EM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL DO MUNICÍPIO DE LUCAS DO RIO VERDE. **SINERGIA - Revista do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis**, [S. l.], v. 26, n. 1, 2022. DOI: 10.17648/2236-7608-v26n1-13349. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/sinergia/article/view/13349>. Acesso em: 1 dez. 2022.

CASTRO, J. A. de. AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE GASTO PÚBLICO DO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE). **Planejamento e Políticas Públicas**, [S. l.], n. 24, 2022. Disponível em: [//www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/70](http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/70). Acesso em: 1 dez. 2022.

CBH AP. **FEHIDRO**. Marília, 2022. Disponível em: <http://cbhap.org/fehidro/>. Acesso em: 27 out. 2022.

CBH-TJ. **Deliberação CBH-TJ 11 de 08 de dezembro de 2023**: Aprova adequações na revisão do plano de ação 2024 a 2027. Disponível em: <<https://sigrh.sp.gov.br/public/uploads/documents//CBH-TJ/27293/deliberacao-cbh-tj-11-de-08-de-dezembro-de-2023-aprova-adequacoes-na-revisao-do-plano-de-acao-2024-a-2027.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2024

CEBRAP. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Quantitativo**. São Paulo: Sesc SP/CEBRAP, 2016. Disponível em: <https://bibliotecavirtual.cebrap.org.br/arquivos/2016_E-BOOK%20Sesc-Cebrap_%20Metodos%20e%20tecnicas%20em%20CS%20-%20Bloco%20Quantitativo.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2024

CECHINEL, A. Estudo/Análise Documental: uma revisão teórica e metodológica. **Criar Educação**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação – UNESC. Criciúma, SC, v. 5, n.1, p.1-7, jan./jun., 2016.

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (CETESB). **Apêndice E Índices de Qualidade das Águas, Critérios de Avaliação da Qualidade dos Sedimentos e Indicador de Controle de Fontes 2021**. São Paulo, CETESB, 2022. Disponível em: <https://cetesb.sp.gov.br/aguas-interiores/wp-content/uploads/sites/12/2022/11/Apendice-E-Indices-de-Qualidade-das-Aguas.pdf>. Acesso em: 19/05/2023.

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (CETESB). **Relatório de qualidade das águas subterrâneas do Estado de São Paulo 2019-2021**. São Paulo, CETESB, 2022. Disponível em: <https://cetesb.sp.gov.br/aguas-subterraneas/wp-content/uploads/sites/13/2022/12/Relatorio-de-Qualidade-das-Aguas-Subterraneas-do-estado-de-Sao-Paulo-2019-2021.pdf>. Acesso em 02 jul. 2023

COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO TIETÊ-JACARÉ (CBH-TJ). **Relatório de Situação 2021**. Araraquara, CBH-TJ, 2021. Disponível em: <https://sigrh.sp.gov.br/cbhtj/documentos> (Relatórios). Acesso em 02 jul. 2023

CORRENTEZA. **FEHIDRO 20 anos**. São Paulo: Coordenadoria de Recursos Hídricos (CRHi) da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos (SSRH), 2015. Disponível em: https://sigrh.sp.gov.br/public/uploads/ckfinder/files/correnteza_33.pdf. Acesso em: 5 out. 2022.

COSTA, Leonardo da Silva Guimarães Martins da. **Fundos Federais** – abordagem transdisciplinar diante do Projeto da Lei de Finanças Públicas. Textos para Discussão, n. 29, 2017. Disponível em: <https://publicacoes.tesouro.gov.br/index.php/textos/issue/view/texto29/71>>1. Acesso em: 09 fev. 2022.

DIAS, Françoan de Oliveira. **O Fundo Estadual de Recursos Hídricos do Amazonas: panorama do seu funcionamento e desafios para a gestão**. 2020. Manaus: [s.n.], 2024. Disponível em: <https://www.example.com>>1. Acesso em: 01 fev. 2024.

ENAP – Escola Nacional de Administração Pública. **Introdução ao Federalismo e ao Federalismo Fiscal no Brasil**: Módulo 1, Conceitos introdutórios sobre federalismo e federalismo fiscal. Brasília: Enap, 2017. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3182/1/M%C3%B3dulo%201%20-%20Conceitos%20introdut%C3%B3rios%20sobre%20federalismo%20e%20federalismo%20fiscal.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2022.

ENAGO ACADEMY. **Descriptive Research Design: Definition, Methods, and Examples**. Disponível em: <https://uat-wordpress.enago.com/academy/descriptive-research-design/>. Acesso em: 02 abr. 2024.

EMBRAPA. **Impactos de agrotóxicos sobre o meio ambiente. 2014**. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/164063/1/Impactos-de-agrotoxicos-sobre-o-meio-ambiente.pdf>>. Acesso em: 09 fev. 2022.

ESTADÃO. **Decisões judiciais travam R\$ 149 bi em investimentos em obras no País, aponta CNJ**. [S. l.], 19 nov. 2019. Disponível em: <https://portal.tcm.sp.gov.br/Management/GestaoPublicacao/DocumentoId?idFile=9733c95d-0d8c-4400-9223-32fda6a1b2f7>. Acesso em: 25 jan. 2022.

FERNANDES, Vanessa Oliveira; PEREIRA, Hevelyne Figueiredo. **Importância dos Comitês de Bacias Hidrográficas na Evolução da Gestão dos Recursos Hídricos no Estado da Paraíba**. [S. l.], SI. Disponível em: <https://iwra.org/member/congress/resource/PAP00-5841.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2022.

- FERRARI, Miriam. **Captação de recursos em organização da sociedade civil: uma prática criativa.** [S. l.]: Pensamento & Realidade, 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/pensamentorealidade/article/view/21228>. Acesso em: 05 fev. 2022.
- FERRONATO, Jonas José. **Comitês de Bacias Hidrográficas e Desenvolvimento Regional Sustentável: O Comitê da Bacia Hidrográfica do Tietê – Jacaré.** 2013. Disponível em: <<https://www.example.com>>1. Acesso em: 09 fev. 2024.
- FESTA, Jociani Debeni. **Levantamento da aplicação de recursos do FEHIDRO na UGRHI 11 com ênfase nos projetos de execução do segmento municipal.** São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/151567>>1. Acesso em: 09 fev. 2024.
- FILHO, Adhemar Ronquim; ARAUJO, Gerado José Ferraresi de; CEZARINO, Luciana Oranges. (2020). **Gestão de recursos financeiros para preservação e desenvolvimento sustentável da Bacia Hidrográfica do Pardo.**
- GALLO, Zildo. **A proteção das águas, um compromisso do presente com o futuro: o caso da bacia do Rio Piracicaba.** Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1995. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/296816732.pdf>>1. Acesso em: 09 fev. 2024.
- GALLO, Zildo; DEMARCHI, Everson; CASÉRIO, Vera Mariza Regino; LORENZO, Helena Carvalho de. **Captação de recursos pelo sistema SICONV: avaliação dos entraves encontrados em municípios de pequeno porte.** [S. l.], 30 jul. 2016. Disponível em: <http://periodicos.unincor.br/index.php/revistaunincor/article/view/2666>. Acesso em: 07 jan. 2022.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GIL, Robledo Lima. **Tipos de pesquisa.** [S. l.], SI. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ecb/files/2009/09/Tipos-de-Pesquisa.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2022.
- GUIMARÃES, Patrícia Borba Vilar; XAVIER, Yanko Marcius De Alencar; LEMOS, Rafael Diogo Diógenes. **Fundos estaduais de recursos hídricos: a sustentabilidade econômica do sistema descentralizado de gestão.** 2008. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/brasil/13_225.pdf>1. Acesso em: 09 fev. 2024.
- GOVERNO do Estado de São Paulo. **Fundos de desenvolvimento.** São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.desenvolvesp.com.br/institucional/sobre-o-desenvolve-sp/fundos-de-desenvolvimento/>. Acesso em: 20 out. 2022.
- GOULART JÚNIOR, Rogério. **Mecanismos para distribuição de recursos da gestão das águas no Brasil: estudo nas bacias dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá e do Paraíba do Sul.** 2014. 319 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1622883>. Acesso em: 1 dez. 2023.
- HENDGES, Antonio Silvio. **Histórico e evolução da legislação ambiental no Brasil – Parte 1.** [S. l.]: EcoDebate, 14 nov. 2016. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2016/11/14/historico-e-evolucao-da-legislacao-ambiental-no-brasil-parte-13-artigo-de-antonio-silvio-hendges/>. Acesso em: 19 jul. 2022.
- IBGE. **Cidades e Estados.** São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp.html>. Acesso em: 22 out. 2022.

IMPOSTÔMETRO. **Arrecadação por municípios**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://impostometro.com.br/>. Acesso em: 19 jan. 2022

INESC. **Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA): histórico e desafios como instrumento de financiamento da política socioambiental no Brasil**. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2022/08/Fundo-Nacional-do-Meio-Ambiente-Inesc.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2022.

INESC. **Inesc lança série que analisa principais fundos para o meio ambiente**. [S. l.], 25 ago. 2022. Disponível em: <https://www.inesc.org.br/inesc-lanca-serie-que-analisa-principais-fundos-para-o-meio-ambiente/>. Acesso em: 12 out. 2022.

JUNIOR, Ivan Coriolano Barros Durand; DALL'AGNOL, Roberto Mauro. **A importância da gestão de projetos na captação de recursos para a administração municipal**. Redes (St. Cruz do Sul Online), Santa Cruz do Sul, v. 19, n. 2, p. 126-137, set. 2014. ISSN 1982-6745. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/2041>. Acesso em: 19 jan. 2022.

JOTA, Arthur Machado Guimarães. **Board interlocking no Brasil: conexões políticas e seus efeitos na captação de recursos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social**. 2018. 49 f. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2018.

KREUT, Rafael Rudolfo; VIEIRA, Kelmara Mendes. **A gestão de projetos no setor público: os desafios de suas especificidades**. ISSN: 2177-1243. ed. [S. l.]: Revista de Gestão Pública: Práticas e Desafios, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.51359/2177-1243.2018.234989>. Acesso em: 8 nov. 2022.

LACERDA, Liz. **As oportunidades de captação de recursos para os municípios**. [S. l.], 11 jun. 2019. Disponível em: <https://blog.houer.com.br/captacao-de-recursos-municipios/>. Acesso em: 7 jan. 2022.

LEME, Taciana Neto. Os municípios e a política nacional do meio ambiente. **Planejamento e Políticas Públicas**, [S. l.], n. 35, 2022. Disponível em: [//www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/196](http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/196). Acesso em: 02 ago. 2022.

LESKO, C. R.; FOX, M. P.; EDWARDS, J. K. **Lesko et al. Respond to “The Importance of Descriptive Epidemiology”**. American Journal of Epidemiology, v. 191, n. 12, p. 2073-2074, dez. 2022. Disponível em: <https://academic.oup.com/aje/article/191/12/2073/6675230>. Acesso em: 15 abr. 2023.

LIMA, Márcio Junior Teixeira de. **Municipalidades na governança das águas: hierarquias e interdependências**. 2012. 105 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012. Disponível em: 1. Acesso em: data de acesso.

LIMA, Carolina Anzelozzi de. **Desafios jurídicos dos fundos ambientais no Brasil: análise do fundo especial do meio ambiente e desenvolvimento sustentável**. Orientador: Carolina Theodoro Mota Mourão. 2018. TCC (Faculdade de Direito (FD) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, Brasil, 2019. Disponível em: <http://dspace.mackenzie.br/handle/10899/20754>. Acesso em: 13 maio 2022.

LORCA, Mariana Cristina Betti Cury; AVRICHIR, Ilan. **Orientação Empreendedora na Captação de Recursos Internacionais das Organizações da Sociedade Civil**. BBR. Brazilian Business Review [online]. 2020, v. 17, n. 2, pp. 169-191. Disponível em: <https://doi.org/10.15728/bbr.2020.17.2.3>. Acesso em: 09 jan. 2022.

LOPES, Liliane Duran. **Inovação e Sustentabilidade**: avaliação de projetos socioambientais financiados. 2020.143 f. Dissertação(Administração – Mestrado Profissional) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel PR.

LOPES, C. V. A.; ALBUQUERQUE, G. S. C. DE .. **Agrotóxicos e seus impactos na saúde humana e ambiental**: uma revisão sistemática. Saúde em Debate, v. 42, n. 117, p. 518–534, abr. 2018.

LOPES, Guilherme; MACEDO, Fernando Cezar de. **Propostas de mudanças sobre os fundos constitucionais de financiamento e a desconfiguração progressiva dos instrumentos da política regional brasileira**. Texto para Discussão, n. 2841, 2023. Disponível em: <<https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11732>>1. Acesso em: 09 fev. 2024.

MARINHEIRO, Daniela Quagliuolo. **Estudo do uso do Fundo Estadual de Recursos Hídricos pelas prefeituras do Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê entre 2013-2016**. Fortaleza, 2016. Disponível em: <https://www.academia.edu/43499033/Estudo_do_Uso_do_Fundo_Estadual_de_Recursos_H%C3%ADricos_pelas_Prefeituras_do_Comit%C3%AA_da_Bacia_Hidrogr%C3%A1fica_do_Alto_Tiet%C3%AA_entre_2013_2016>1. Acesso em: 09 fev. 2024.

MARTINS, Renata Genova. **Análise dos critérios de priorização de projeto junto ao fundo estadual de recursos hídricos do Estado de São Paulo**: estudo de caso do Comitê da Bacia Hidrográfica do Tietê-Jacaré. 2012. 201 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Exatas e da Terra) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

MARTINS, Renata Genova; DIAS, Roseli Mendonça; SALVADOR, Nemésio Neves Batista. Análise crítica dos projetos apresentados ao comitê da Bacia Hidrográfica do Tietê-Jacaré para financiamento com recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo. **Geoambiente On-line**, Goiânia, n. 39, 2021. DOI: 10.5216/revgeoamb.i39.65832. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/geoambiente/article/view/65832>. Acesso em: 05 nov. 2022.

MARQUES, Marlire Domingues. **A importância da captação de recursos na gestão pública do município de Canoas**. Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/202298#>. Acesso em: 28 jan. 2022.

MENDONÇA, Alexandre Antonio Jacob de; BICAS, Antonio Roberto Rodrigues; SARAFIEN, Rodrigo Ajaj. **A cobrança pelo uso da água no Estado de São Paulo**. Disponível em: <https://www.naturgy.com.br/wp-content/uploads/2023/04/374_531_ContratodeConcessaoCEGRIO.pdf>1. Acesso em: 09 fev. 2024.

MIRANDA, Cristiani Olga. **Descentralização e gestão participativa dos recursos hídricos** : dois estudos de caso em bacias hidrográficas do médio Tietê. 2008. 93 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008

MOURA, Adriana Maria Magalhães de et al. Trajetória da política ambiental federal no Brasil. In: MOURA, Adriana Maria Magalhães de (org.). **Governança ambiental no Brasil**: instituições, atores e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2016. cap. 1, p. 13-43. ISBN 9788578112752. Disponível em: <https://acervo.enap.gov.br/cgi-bin/koha/opac-detail.pl?biblionumber=96704>. Acesso em: 11 jul. 2022.

NASCIMENTO, Vera Lúcia do. **Fundo Estadual do Meio Ambiente**: Estudo de Caso sua Contribuição no fomento às Políticas Públicas Ambientais em Goiás.2015. [133]. Dissertação (Programa 2) - Centro Universitário, [UNIALFA]. Disponível em: <http://tede.unialfa.com.br/jspui/handle/tede/370>. Acesso em: 02 ago. 2022.

NISHIMURA, Mari Mitsuru. **A captação de recursos à pesquisa e ao stricto sensu no Estado de São Paulo: um estudo de caso múltiplo**. 2017. [213 f.]. Dissertação (Programa de Mestrado Profissional em Comportamento do Consumidor) - Escola Superior de Propaganda e Marketing, [São Paulo]. Disponível em: <https://tede2.espm.br/handle/tede/426>. Acesso em: 19 jan. 2022.

NORONHA, Luiz Correa. **Uma análise dos efeitos da captação de recursos e da diversificação de fundos financeiros para os Bancos Públicos de Desenvolvimento: o caso do BRDE entre 2015 e 2020**. Orientador: José Henrique Paim. 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) - FGV - EBAPE, [S. l.], 2022. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10438/32129>. Acesso em: 31 jan. 2023.

O GLOBO. **No mercado financeiro, água já é considerada ouro azul**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/no-mercado-financeiro-agua-ja-considerada-ouro-azul-25440856>. Acesso em: 08 fev. 2024.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de Metodologia Científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC, monografias, dissertações e teses**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001. 3ª reimpr da 2ª ed. De 1999. Bibliografia. ISBN 85-221-0070-5.

OLIVEIRA, Suélen; Colares Santos, LECHAN. (2017). **A INFLUÊNCIA DA GESTÃO DE PROJETOS NA CAPTAÇÃO DE RECURSOS EM MUNICÍPIOS ESTÂNCIAS: O CASO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PRESIDENTE EPITÁCIO**. COLLOQUIUM SOCIALIS. 01. 15-21. 10.5747/cs.2017.v01.nesp.s0003.

PAINÉIS + BRASIL. **Painéis Gerenciais da Plataforma +BRASIL**. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.transferenciasabertas.planejamento.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=painelcidadao.qvw&lang=en-US&host=QVS%40srvbsaiasprd01&anonymous=true>. Acesso em: 30 jan. 2022

PERES, Renata Bovo. **O planejamento regional e urbano e a questão ambiental: análise da relação entre o plano de bacia hidrográfica Tietê-Jacaré e os Planos Diretores Municipais de Araraquara e São Carlos, SP**. 2012. 370 f. Tese (Doutorado em Engenharia Urbana) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

PRATES, Jane C.; PRATES, Flavio C.; ADAMI, Luciane G.; LENTINO, Zuleika G.; BARREIRO, Denise de O.; SOUZA, Maria Regina Rau de. **A captação de recursos e o poder local**. Textos & Contextos (Porto Alegre), 2006. Disponível em: https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8007/2/A_captacao_de_recursos_e_o_poder_local.pdf>1. Acesso em: 09 fev. 2022.

POLÍTICAS Públicas. **Recursos Hídricos**. [S. l.], 2017. Disponível em: https://politicaspublicas.almg.gov.br/temas/recursos_hidricos/entenda/informacoes_gerais.html?tagNivel1=273&tagAtual=10042. Acesso em: 6 set. 2022.

PORTAL Brasileiro de Dados Abertos. **Fundo Nacional do Meio Ambiente**. [S. l.], 5 maio 2022. Disponível em: <https://dados.gov.br/dataset/fundo-nacional-do-meio-ambiente>. Acesso em: 16 ago. 2022.

PRESIDÊNCIA da República. **Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997**. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Brasília, 9 jan. 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19433.htm#:~:text=Na%20implementa%C3%A7%C3%A3o%20da%20Pol%C3%ADtica%20Nacional,e%20estaduais%20de%20recursos%20h%C3%ADricos. Acesso em: 31 out. 2022.

QUEIROZ, Vitor Carvalho. **Avaliação de fundos como instrumentos de universalização dos serviços de saneamento: aplicação para o estado de Minas Gerais**. Orientador: Nilo de Oliveira Nascimento. 2016. Dissertação de Mestrado (Dissertação de Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-AV3N9V>. Acesso em: 21 jun. 2022.

RIBEIRO, Roberta Rodrigues. **Equipes de trabalho na administração municipal: a captação de recursos para o desenvolvimento no município de Natividade/RJ**. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) - FGV - Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2014.

Ribeiro, Adriano; Ranganathan, Priya. 1. **Desenhos de estudo: Parte 2 – Estudos descritivos. Perspectivas em Pesquisa Clínica** 10(1):p 34-36, Jan–Mar 2019. | DOI: 10.4103/picr. PICR_154_18

RODRIGUES, Rafaela Galvão. **Fundo Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro: diagnóstico do seu funcionamento e desafios**. 2007. Disponível em: <https://www.example.com>>1. Acesso em: 09 fev. 2024.

SANCHES, Osvaldo Maldonado. **Fundos federais: origens, evolução e situação atual na administração federal**. Revista de Informação Legislativa, v. 39, n. 154, p. 269-299, abr./jun. 2002. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/787/R154-21.pdf>>1. Acesso em: 09 fev. 2024.

SAMMARCO, Yanina Micaela; SOUZA, Amílcar Marcel de; TEIXEIRA, Tabita. **Águas e paisagens educativas da Bacia Tietê-Jacaré: material didático em educação ambiental para a UGRHI Tietê-Jacaré**. 2. ed. Jahu/SP: Instituto Pró-Terra, 2018. 50 p. ISBN 978-85-64087-09-5. Disponível em: http://institutoproterra.org.br/wp-content/uploads/2020/08/aguasepaisagens_2ed.pdf. Acesso em: 8 mar. 2023.

SAMPAIO, Manoel Serrão Borges de. **A contribuição dos fundos públicos para o financiamento ambiental: o caso do FNMA**. 2006. 189 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável)-Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SANTOS, Bruno Raniely Goncalves. **Análise dos critérios adotados e dos empreendimentos financiados com recursos do FEHIDRO na bacia do Sorocaba e médio Tietê**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) - Instituto de Energia e Ambiente, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. doi:10.11606/D.106.2018.tde-20062018-180056. Acesso em: 2023-05-21.

SANTOS, Renata Aricelle dos. **Captação de recursos na administração pública municipal**. 2019. 38 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Pública Municipal) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SANTOS, Fernanda Flores Silva dos; FILHO, José Daltro; MACHADO, Celestina Tojal; VASCONCELOS, Jailde Fontes; FEITOSA, Flávia Regina Sobral. **Desenvolvimento do saneamento básico no Brasil e as consequências para a saúde pública**. Revista Brasileira de Meio Ambiente, v. 4, 2018. Disponível em: <https://revistabrasileirademeioambiente.com/index.php/RVBMA/article/view/127/113>>1. Acesso em: 09 fev. 2022.

SAMPAIO, Manoel Serrão Borges de. **A contribuição dos fundos públicos para o financiamento ambiental: o caso do FNMA**. 2006. 189 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/4772>>1. Acesso em: 09 fev. 2024.

SAROUTE, Renata Roquetti. **A captação de recursos de empreendimentos socioculturais no Estado de São Paulo**. 2018. Dissertação (Mestrado em Empreendedorismo) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. doi:10.11606/D.12.2018.tde-24082018-122910. Acesso em: 21jan. 2022.

SARTORI, Marco; ZUFFO, Antonio. Critérios de investimentos como indutores da gestão integrada de recursos hídricos: um estudo de caso do Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, SP. 2020. **Revista DAE**. 68. 226-242. 10.36659/dae.2020.077. Acesso em: 8 nov. 2022.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991**. Estabelece normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos bem como ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1991/lei-7663-30.12.1991.html>. Acesso em: 08 fev. 2023.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 12.183, de 29 de dezembro de 2005**. Dispõe sobre a cobrança pela utilização dos recursos hídricos do domínio do Estado de São Paulo, os procedimentos para fixação dos seus limites, condicionantes e valores. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2005/lei-12183-29.12.2005.html>. Acesso em: 08 fev. 2024.

SÃO PAULO (Estado). **Decreto nº 50.667, de 30 de março de 2006**. Regulamenta dispositivos da Lei 12.183, de 2005, que trata da cobrança pela utilização dos recursos hídricos do domínio do Estado de São Paulo. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2006/decreto-50667-30.03.2006.html>. Acesso em: 08 fev. 2024.

SECRETARIA de Infraestrutura e Meio Ambiente. **FEHIDRO**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.infraestruturameioambiente.sp.gov.br/fundo-estadual-de-recursos-hidricos/#:~:text=Criado%20pela%20Lei%207.663%20de,implanta%C3%A7%C3%A3o%20da%20Pol%C3%A Dtica%20Estadual%20dehttps://comiteat.sp.gov.br/dia-mundial-da-agua-importancia-dos-comites-de-bacias-hidrograficas-para-a-gestao-dos-recursos-hidricos/#:~:text=Os%20Comit%C3%AAs%20de%20Bacias%20possuem,%C3%A1gua%20para%20as%20pr%C3%B3ximas%20gera%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em: 9 out. 2022.

SEHNEM, S.; DUARTE, T. A.; DIAS, T. Estratégias de Captação de Recursos no Stricto Sensu . **Revista Pretexto**, v. 16, n. 2, p. 75-97, 2015.

SIGRH. **Divisão Hidrográfica**. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://sigrh.sp.gov.br/divisaohidrografica>. Acesso em: 3 out. 2022.

SIGRH. **O FEHIDRO**. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://sigrh.sp.gov.br/divisaohidrografica>. Acesso em: 4 out. 2022.

SIGRH. **Revisão do plano de bacia UGRHI-13**. Disponível em: https://sigrh.sp.gov.br/public/uploads/documents/7354/c_revisao-do-plano-de-bacia-ugrhi-13.pdf. Acesso em: 09 fev. 2024.

SILVA, Ana Carolina. **Captação de recursos para os municípios e terceiro setor**. TCC. Faculdade de Ciências e Letras, UNESP – Araraquara: [s. n.], 2021. 53 p.

SILVA, Maria Cristina Gontijo Peres Valdez. **Objetivos do desenvolvimento sustentável e os desafios das políticas públicas para preservação de recursos hídricos**: análise jurídica da compensação financeira para os municípios produtores de água no Estado de São Paulo. 2017. 106 p. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Católica de Santos, Santos, 2017. Disponível em: 1. Acesso em: 8 nov. 2022.

SINFEHIDRO 2.0 - **Sistema de Informações Gerenciais do FEHIDRO**: FEHIDRO - Fundo Estadual de Recursos Hídricos. [S. l.], 2022. Disponível em: <https://sigam.ambiente.sp.gov.br/Sigam3/Default.aspx?idPagina=16693>. Acesso em: 8 nov. 2022.

SIMONS, H. Case Study Research: In-Depth Understanding in Context. In: LEAVY, P. (Ed.). **The Oxford Handbook of Qualitative Research**. Oxford: Oxford University Press, 2014. p. 455-470. Disponível em: <https://academic.oup.com/edited-volume/38166/chapter-abstract/333005915?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 09 fev. 2024.

SONEGHET, Adriana Barcellos; SIMAN, Renato Ribeiro. **Fundos ambientais como ferramenta de gestão municipal**: Environmental funds as a municipal management. *Ambiência - Revista do Setor de Ciências Agrárias e Ambientais*, v. 10, n. 1, p. 135-146, jan./abr. 2014. Disponível em: <http://revistas.unicentro.br/index.php/ambiencia/article/viewFile/2358/2221>>1. Acesso em: 09 fev. 2024.

SUEKAME, Hugo Koji; BROCH, Synara Olendzki; GOMES, Ariel Ortiz; STEFFEN, Jorge Luiz; NETO, Antonio Leonardo de Araújo. **O comitê de bacia e o processo participativo de gestão de recursos hídricos no Mato Grosso do Sul**. [S. l.]: ABRHidro, 2013. Disponível em: https://abrh.s3.amazonaws.com/Sumarios/155/a8ca5ea831601f6122c020b29c9bbcac_90aa63d3c7eb6fb8a97bef119834c612.pdf. Acesso em: 4 out. 2022.

TEIXEIRA, Lúcia Regina. **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE**. 2013. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_unioeste_geo_dp_lucia_regina_teixeira.pdf. Acesso em: 08 fev. 2024.

TCU. **Auditoria operacional sobre obras paralisadas**. [S. l.], 1 jan. 2019. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/biblioteca-digital/auditoria-operacional-sobre-obras-paralisadas.htm>. Acesso em: 29 jan. 2022.

TCU. **Obras paralisadas no país – causas e soluções**. [S. l.], 23 maio 2019. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/obras-paralisadas-no-pais-causas-e-solucoes.htm>. Acesso em: 31 jan. 2022.

TCU. **Relatório de Auditoria**. [S. l.], 2018. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/data/files/3B/A2/96/38/CC64E610C821D3E6F18818A8/018.272-2018-5%20-%20VR%20-%20emendas%20impositivas.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2022.

TCU. **Transferências voluntárias e para o setor privado**. [S. l.], 2010. Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/tcu/paginas/contas_governo/contas_2010/fichas/Ficha%204.4_cor.pd. Acesso em: 23 jan. 2022.

TEIXEIRA, L. C. et al.. **Relação entre os equipamentos e políticas culturais dos municípios de Minas Gerais e a captação de recursos via Lei Estadual de Incentivo à Cultura**. *Interações (Campo Grande)*, v. 22, n. 2, p. 405–419, abr. 2021.

TUMELERO, Naína. **Pesquisa exploratória: conceito, características e aplicação em 4 passos**. [S. l.], 3 abr. 2019. Disponível em: <https://blog.mettzer.com/pesquisa-exploratoria/>. Acesso em: 28 jan. 2022.

TUNDISI, J. G., MATSUMURA-TUNDISI, T., PARESCHI, D. C., LUZIA, A. P., VON HAELING, P. H. e FROLLINI, E. H. A bacia hidrográfica do Tietê/Jacaré: estudo de caso em pesquisa e gerenciamento. *Estud. Av. São Paulo*, v.22, n.63, 2008. p.159-172.

VIANA, João Paulo; MOURA, Adriana Maria Magalhães de; KLUG, Letícia Becalli. **Dimensionamento e comportamento dos gastos ambientais do governo federal**: 2001 a 2018. doi: 10.38116/td2609. ed. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2020. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10305/1/td_2609.pdf. Acesso em: 21 jul. 2022.

WHATELY, Marussia (org.). **O município e a governança da água**: Subsídios para a agenda municipal de cuidado com a água. [S. l.]: Aliança pela água, 2017. Disponível em: <https://www.aliancapelaagua.com.br/wp-content/uploads/2017/04/relatorio-municipios.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2022.

ANEXO A – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO

Eu, ANA CAROLINA SILVA: CPF [REDACTED], código de matrícula [REDACTED], aluna regularmente matriculada no Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente da UNIARA, abaixo firmado, assumo o compromisso de manter confidencialidade e sigilo sobre todos os dados corporativos a que tiver acesso, relacionados ao projeto de pesquisa de mestrado intitulado [REDACTED]. O projeto objetiva realizar um diagnóstico acerca do tema da captação de recursos do FEHIDRO pelos municípios e demais entes de abrangência do CBH-TJ, no período de 1995 a 2022.

Por este termo de confidencialidade e sigilo comprometo-me:

1. A não utilizar os dados confidenciais a que tiver acesso, para gerar benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para o uso de terceiros;
2. A não efetuar nenhuma gravação ou cópia dos dados confidenciais a que tiver acesso;
3. A não repassar o conhecimento dos dados e informações confidenciais, responsabilizando-me por todas as pessoas que vierem a ter acesso aos dados e informações, por meu intermédio.

Neste Termo, as seguintes expressões serão assim definidas:

Dados ou Informação Confidencial significará todo acesso realizado por meio da base de dados sob a guarda do Comitê de Bacia Hidrográfica Tietê-Jacaré, sob a forma eletrônica, escrita, verbal ou por quaisquer outros meios.

Informação Confidencial inclui as informações relativas aos projetos submetidos, por todos os entes tomadores ao CBH-TJ, de 1995 até 2022. (Detalhados no Anexo a este Termo)

Pelo não cumprimento do presente Termo de Confidencialidade e Sigilo para os Dados dos Projetos do CBH-TJ, fica o abaixo assinado ciente de todas as sanções administrativas e judiciais que poderão advir.

Araraquara-SP, 25 de julho de 2023.

ANEXO DO TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO

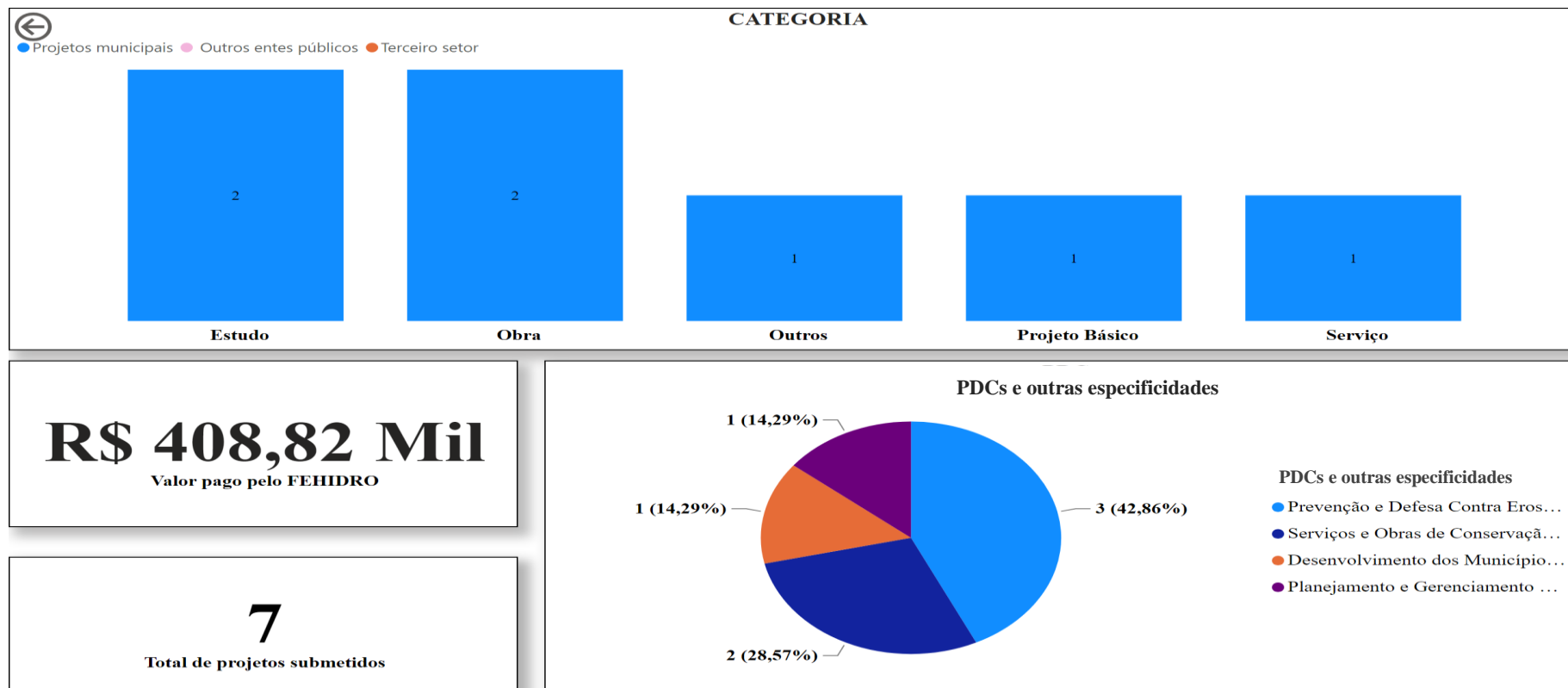
Segue abaixo a relação de dados solicitados pela mestrande ANA CAROLINA SILVA, para realização do projeto de pesquisa intitulado “Captação de recursos do FEHIDRO [REDACTED] [REDACTED]”. O estudo objetiva realizar um diagnóstico acerca do tema da captação de recursos do FEHIDRO pelos municípios e demais entes de abrangência do CBH-TJ, no período de 1995 a 2022.

Informações que serão levantadas junto aos projetos submetidos, por todos os entes tomadores, ao CBH-TJ de 1995 até 2022

- ✓ Ente tomador (é importante destacar que cada ente receberá um código na dissertação para assegurar o sigilo);
- ✓ Objetivo de cada projeto submetido;
- ✓ O número de participantes de cada projeto submetido;
- ✓ No caso de projetos que tiveram valor de contrapartida, verificar se o responsável especificou a forma como iria pagar esse valor (recursos próprios ou financiamento) e o valor;
- ✓ Verificar se foi especificado quem elaborou o projeto (os funcionários/servidores do tomador, empresa terceirizada ou outros);
- ✓ Verificar se o projeto submetido previa a participação de outros municípios da UGRHI 13. Se sim, quais e quantos municípios;
- ✓ Verificar se foram citados parceiros no projeto submetido. Qual tipo de parceiro (prefeituras? Empresas?);
- ✓ Verificar se foi citado o número de empregos que seriam gerados com o projeto submetido.
- ✓ Verificar se no projeto submetido foi descrito ações futuras, ou seja, se havia indícios que o projeto poderia vir a se tornar um programa ou uma política pública? Se sim, descrever as ações previstas;
- ✓ Verificar o regime jurídico do tomador;
- ✓ Verificar as áreas temáticas abrangidas pelo projeto submetido;
- ✓ Verificar o prazo de execução do projeto submetido, especificando a quantidade (meses e/ou anos);
- ✓ Informar os resultados esperados do projeto submetido (descrever se serão serviços, obras - citar os tipos).

ANEXO B – RECURSOS DE PROJETOS FÍSICOS FEHIDRO POR MUNICÍPIO DA UGRHI 13

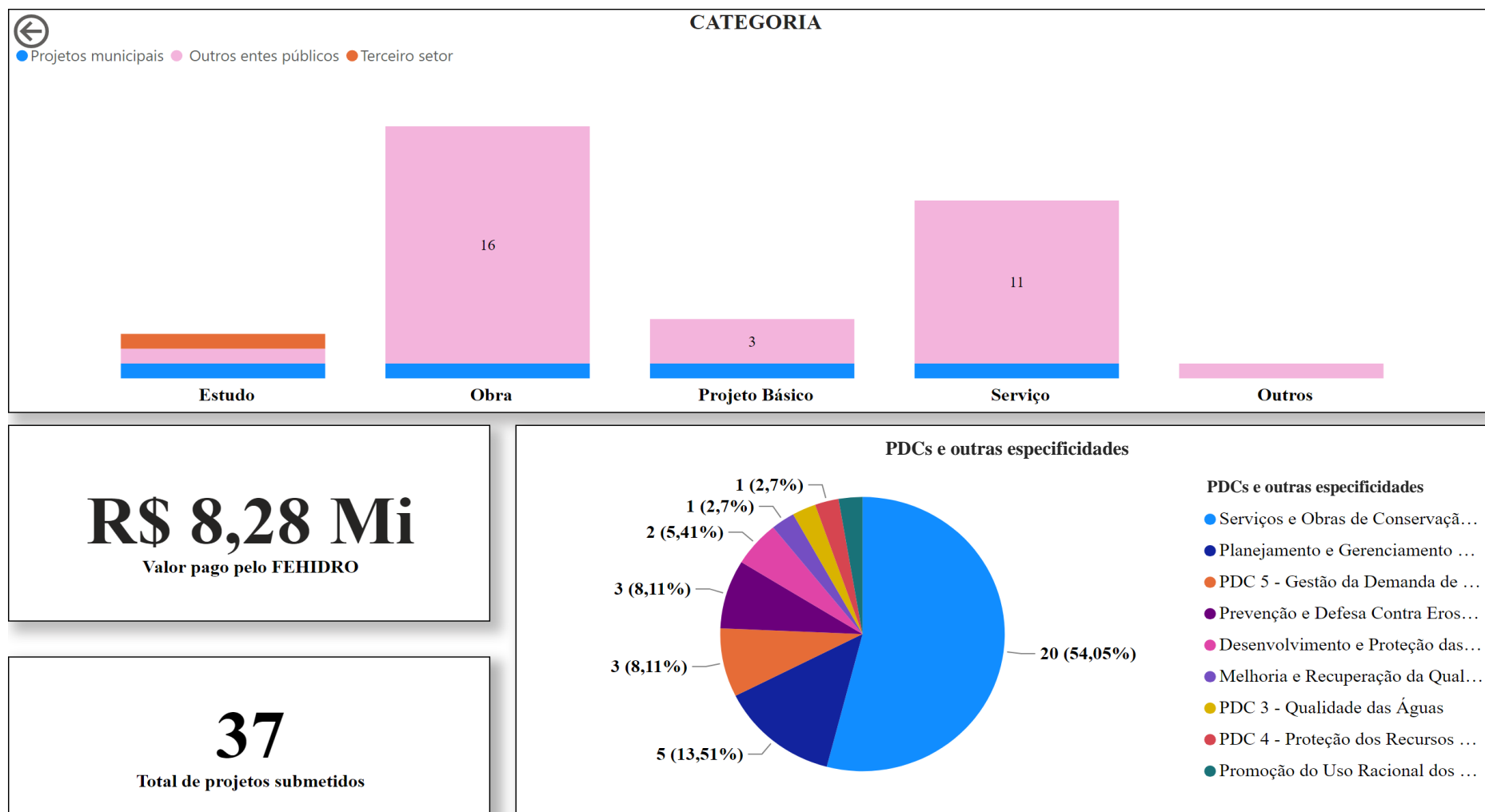
Figura 8. Agudos⁷



Fonte: Elaborado pela própria autora utilizando dados do SinFEHIDRO (2023).

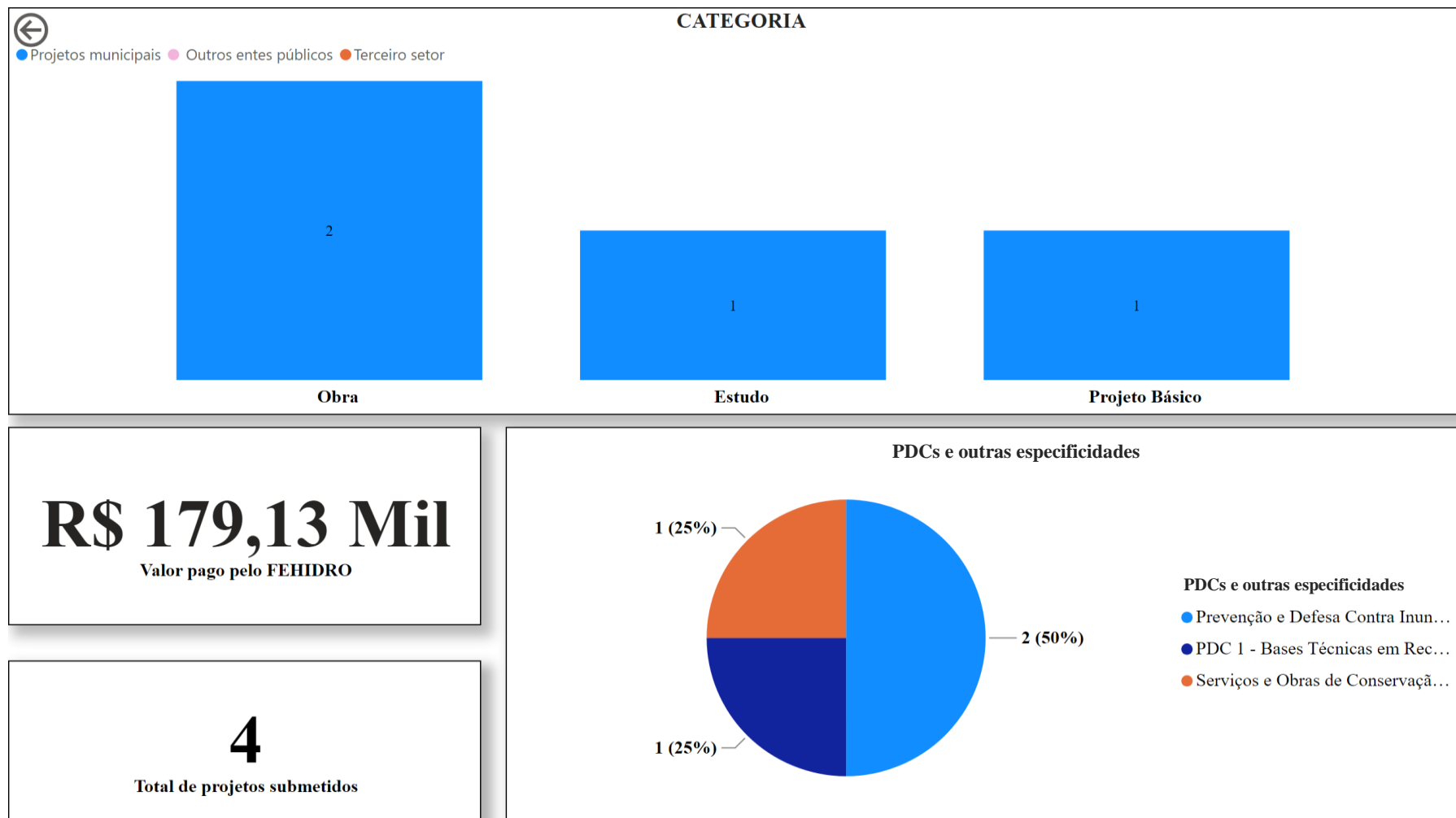
⁷ Essas figuras e as demais são denominados Dashboard, termo que pode ser definido como um painel de informações.

Figura 9. Araraquara



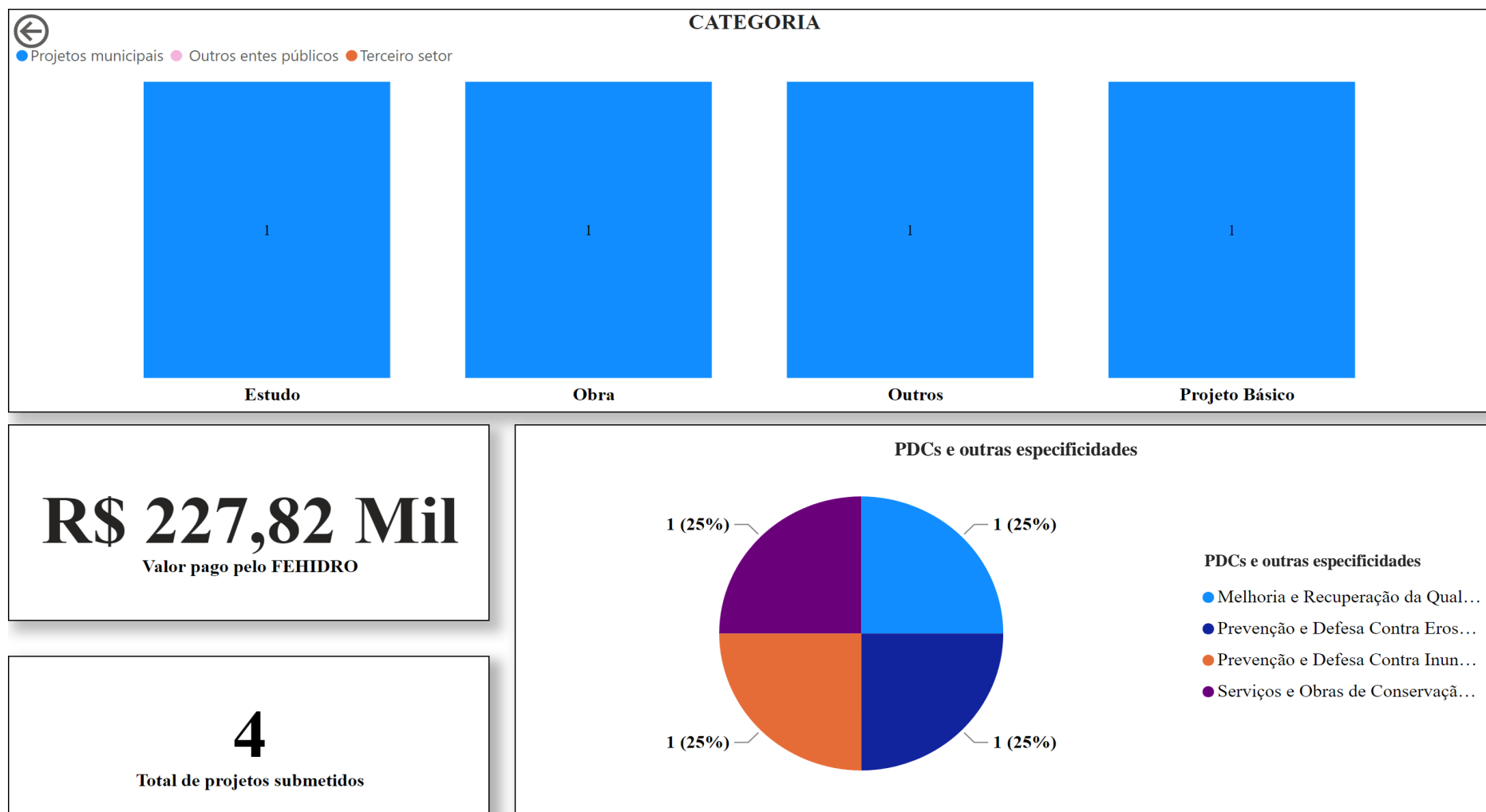
Fonte: Elaborado pela própria autora utilizando dados do SinFEHIDRO (2023).

Figura 10. Arealva



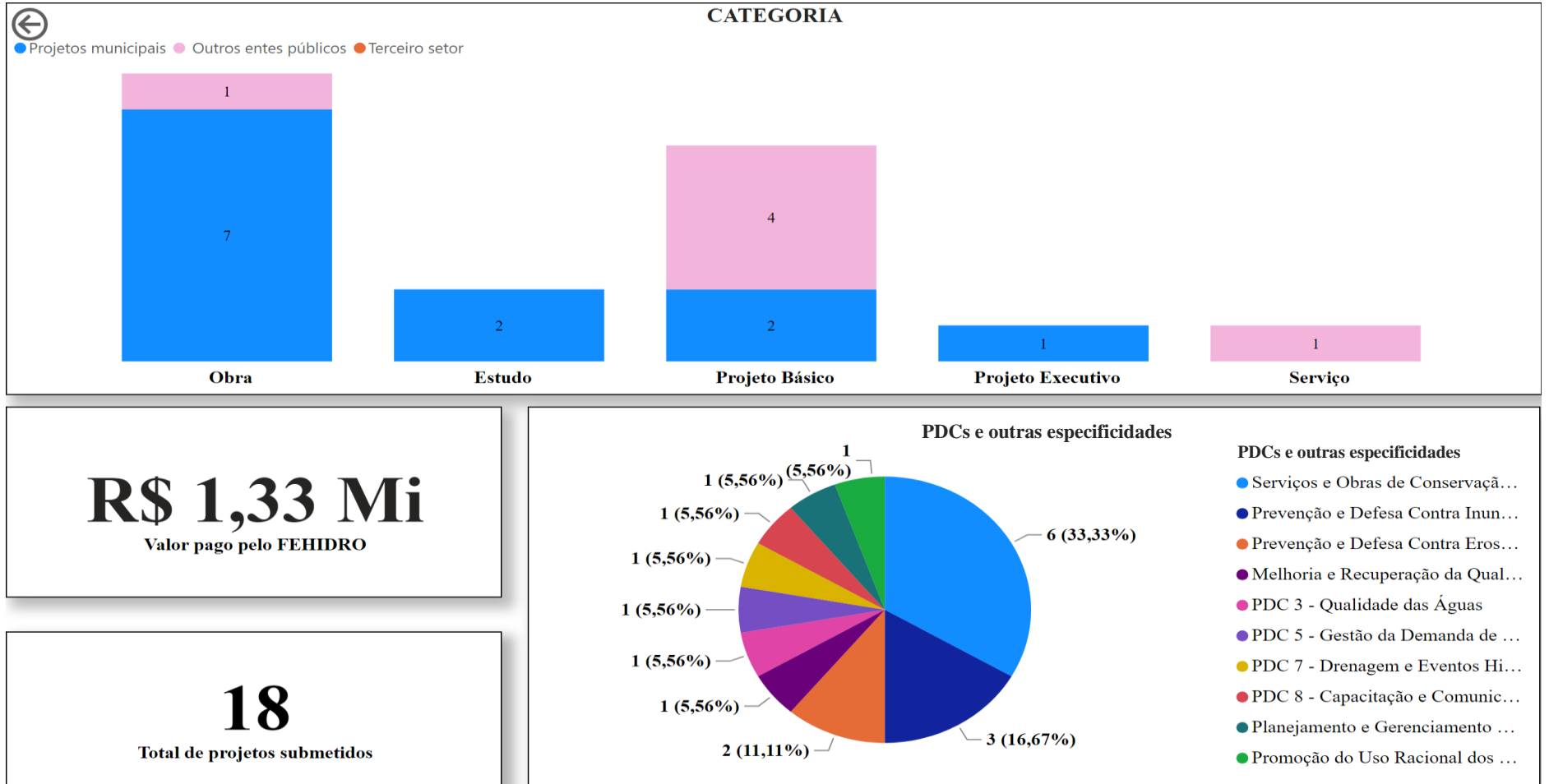
Fonte: Elaborado pela própria autora utilizando dados do SinFEHIDRO (2023).

Figura 11. Areiópolis



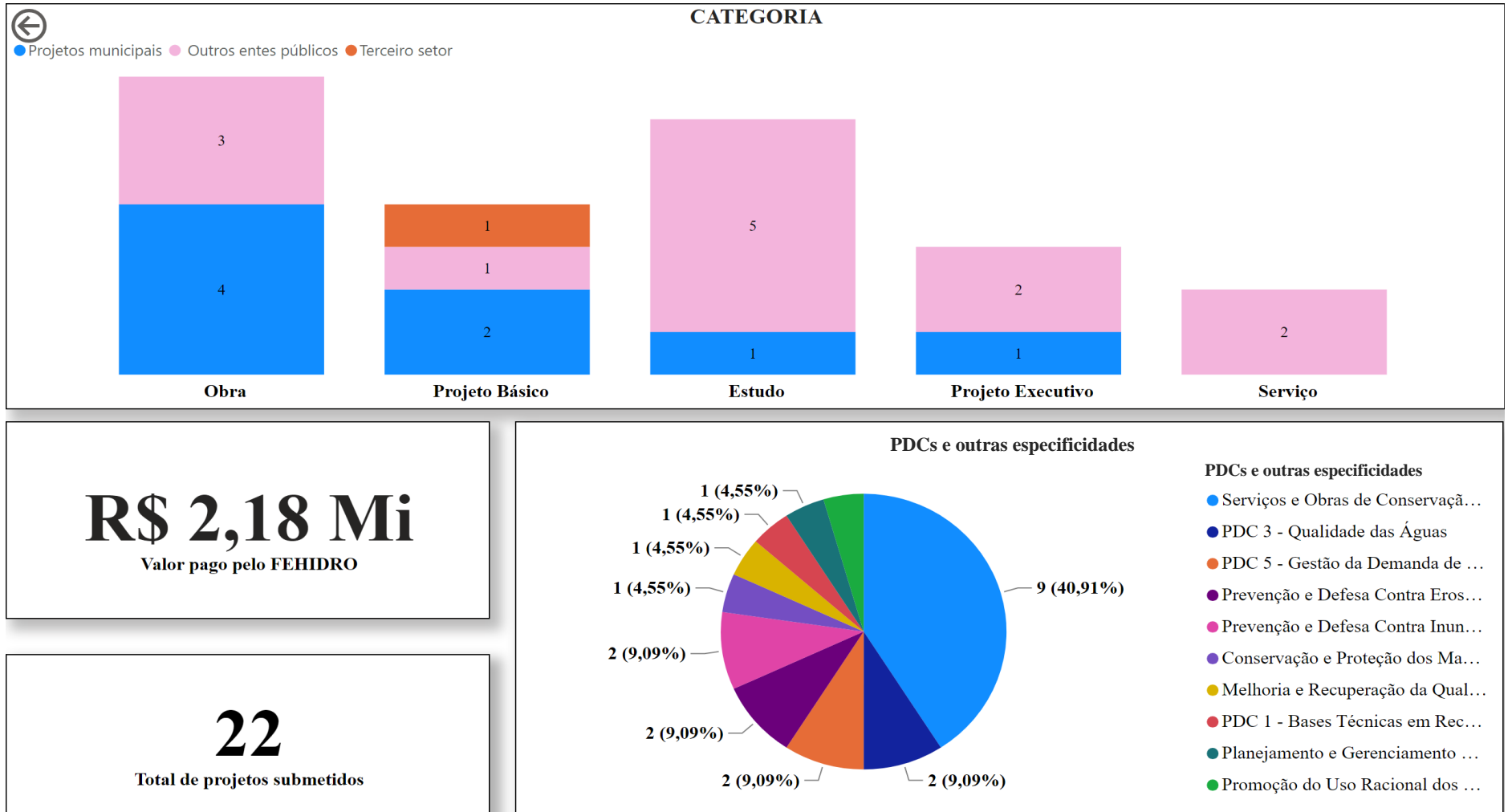
Fonte: Elaborado pela própria autora utilizando dados do SinFEHIDRO (2023).

Figura 12. Bariri



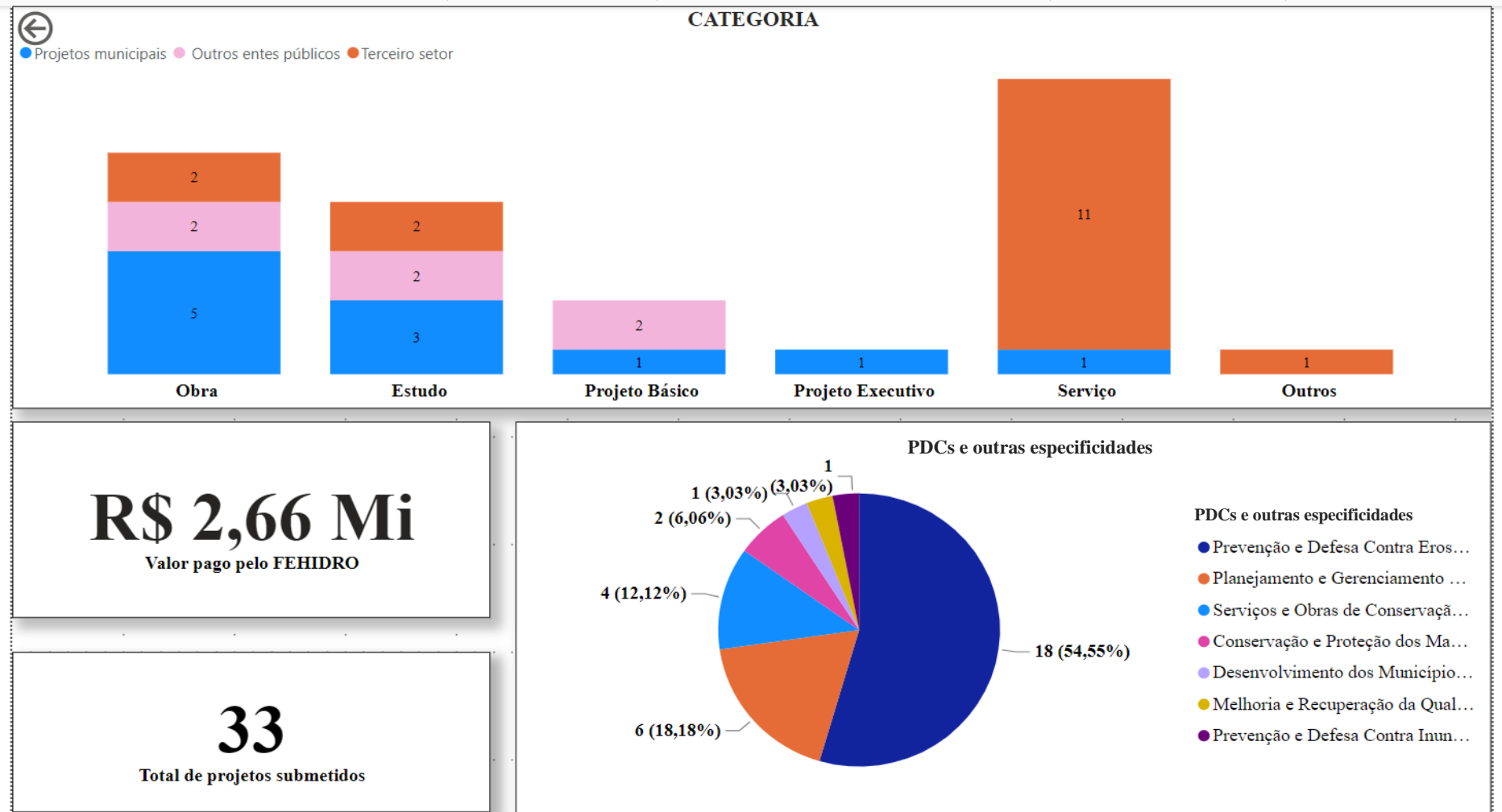
Fonte: Elaborado pela própria autora utilizando dados do SinFEHIDRO (2023),

Figura 13. Barra Bonita



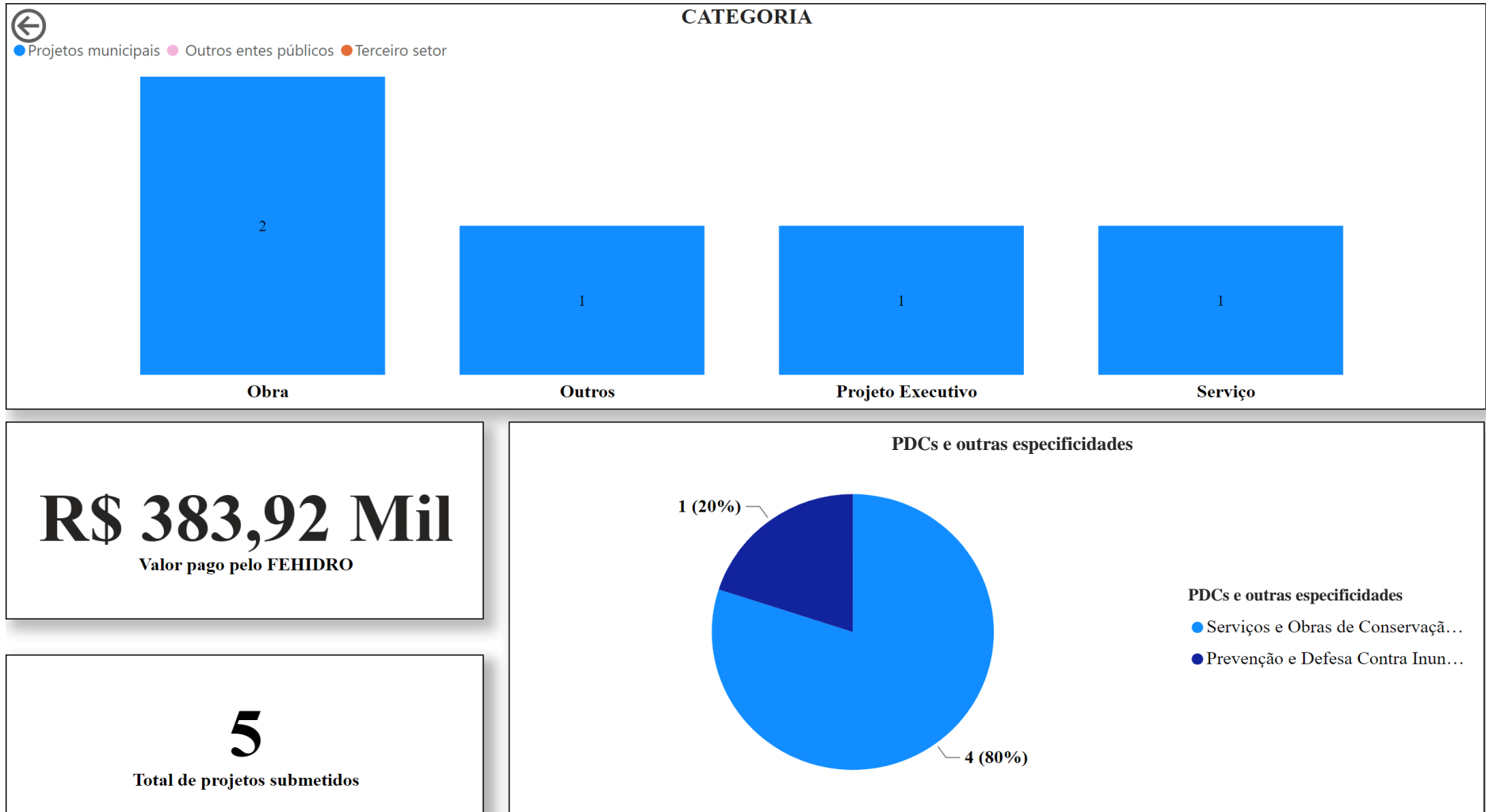
Fonte: Elaborado pela própria autora utilizando dados do SinFEHIDRO (2023).

Figura 14. Bauru



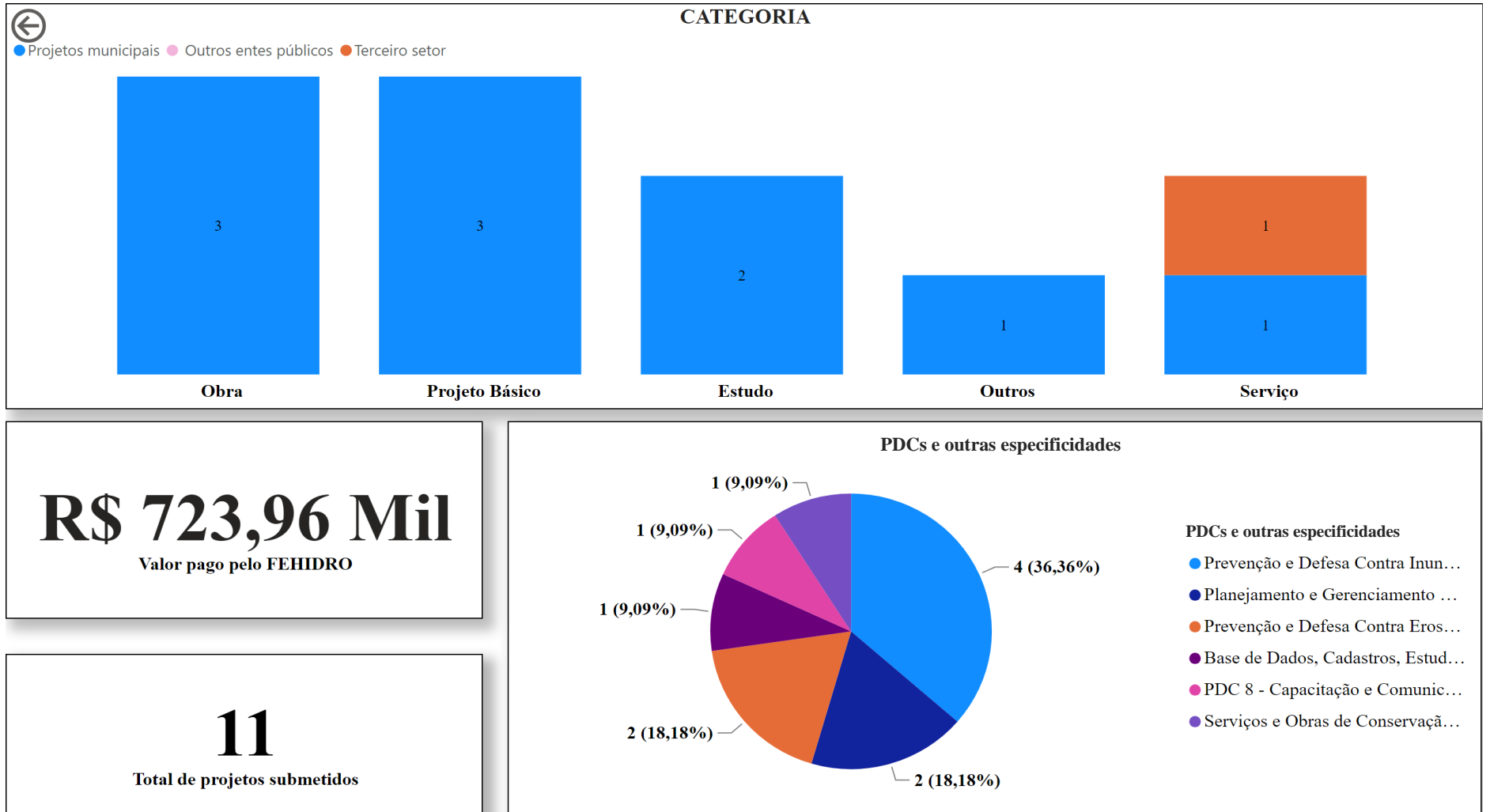
Fonte: Elaborado pela própria autora utilizando dados do SinFEHIDRO (2023).

Figura 15. Boa Esperança do Sul



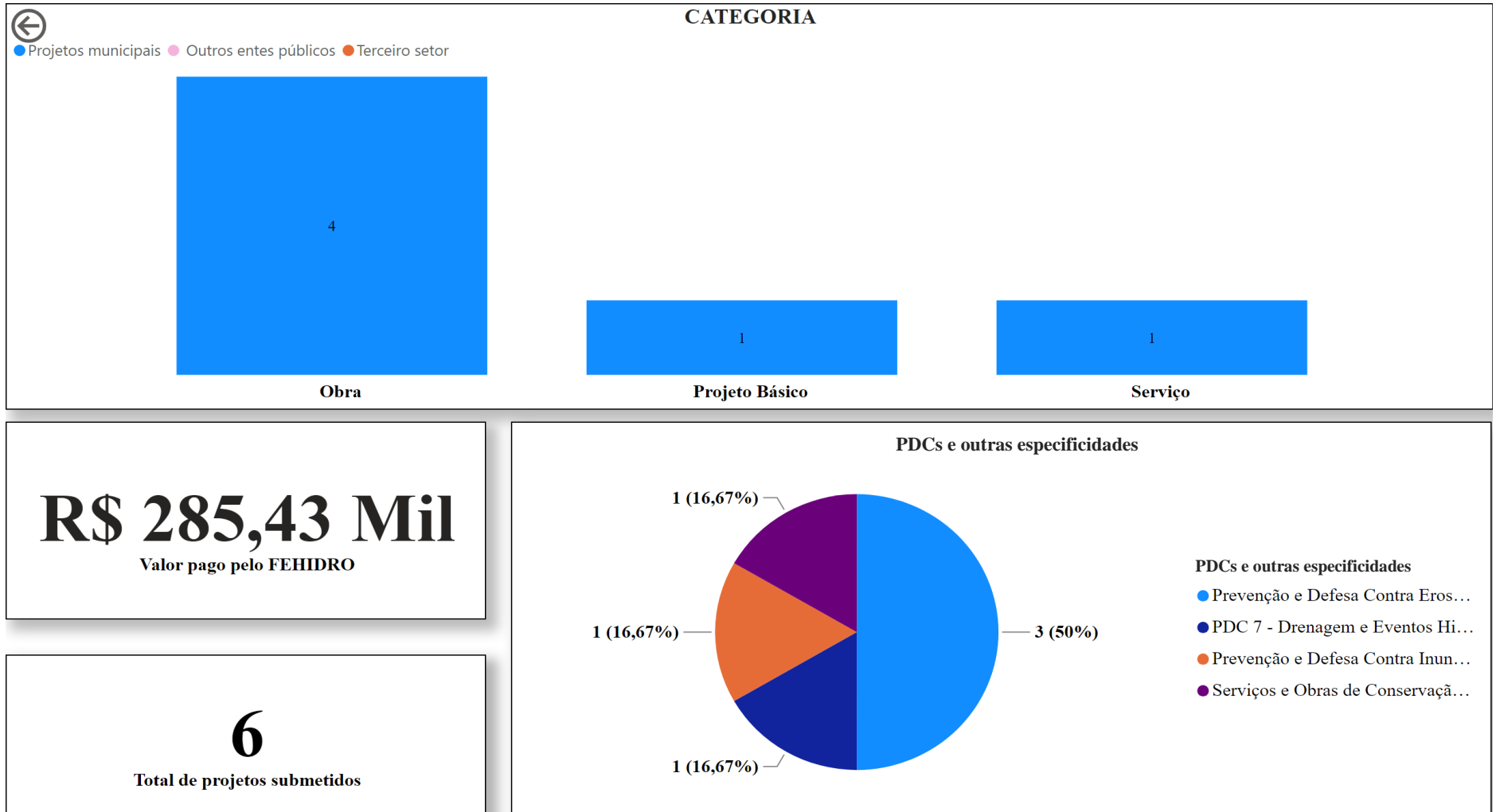
Fonte: Elaborado pela própria autora utilizando dados do SinFEHIDRO (2023).

Figura 16. Bocaina



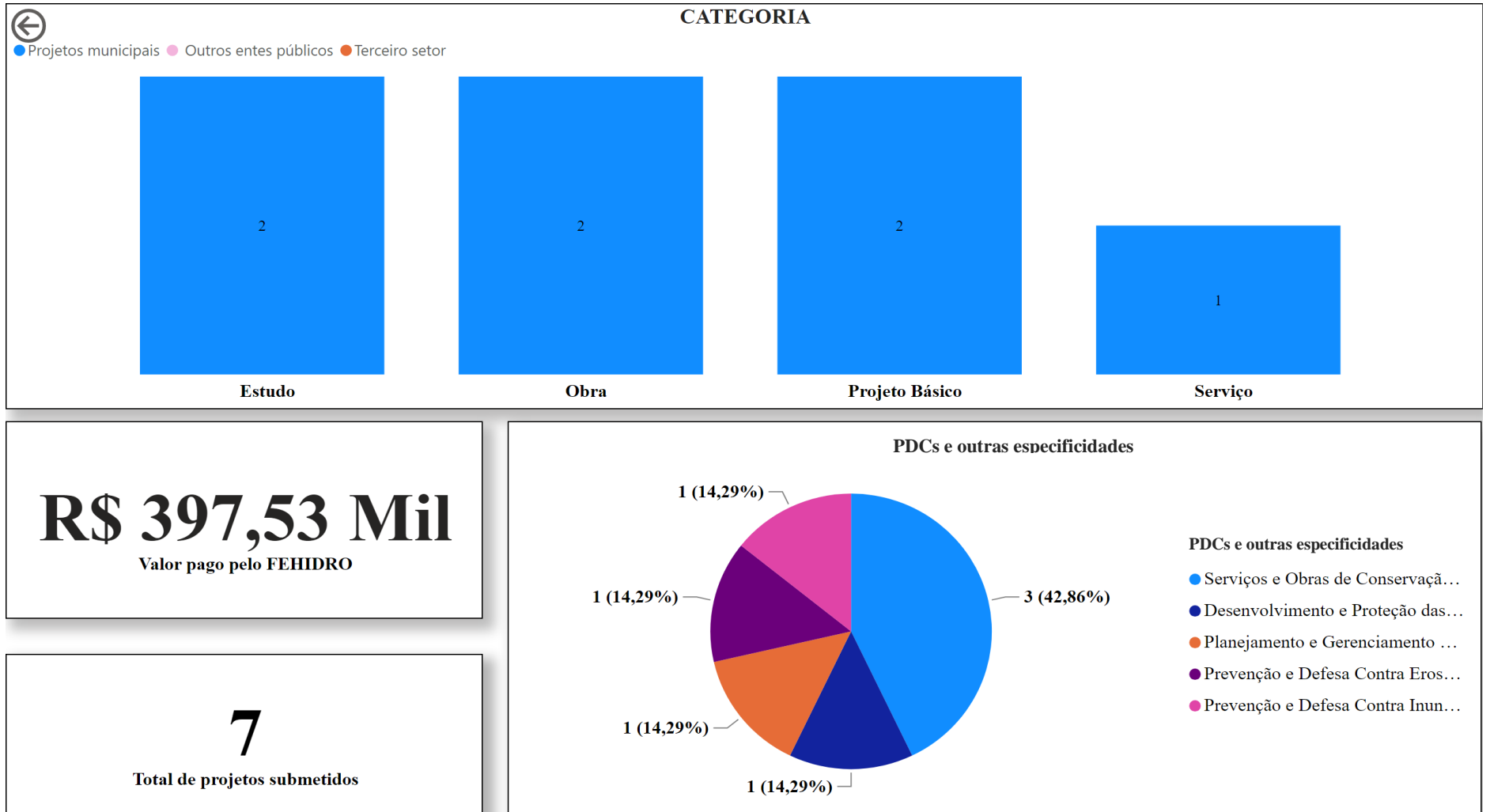
Fonte: Elaborado pela própria autora utilizando dados do SinFEHIDRO (2023).

Figura 17. Boraceia



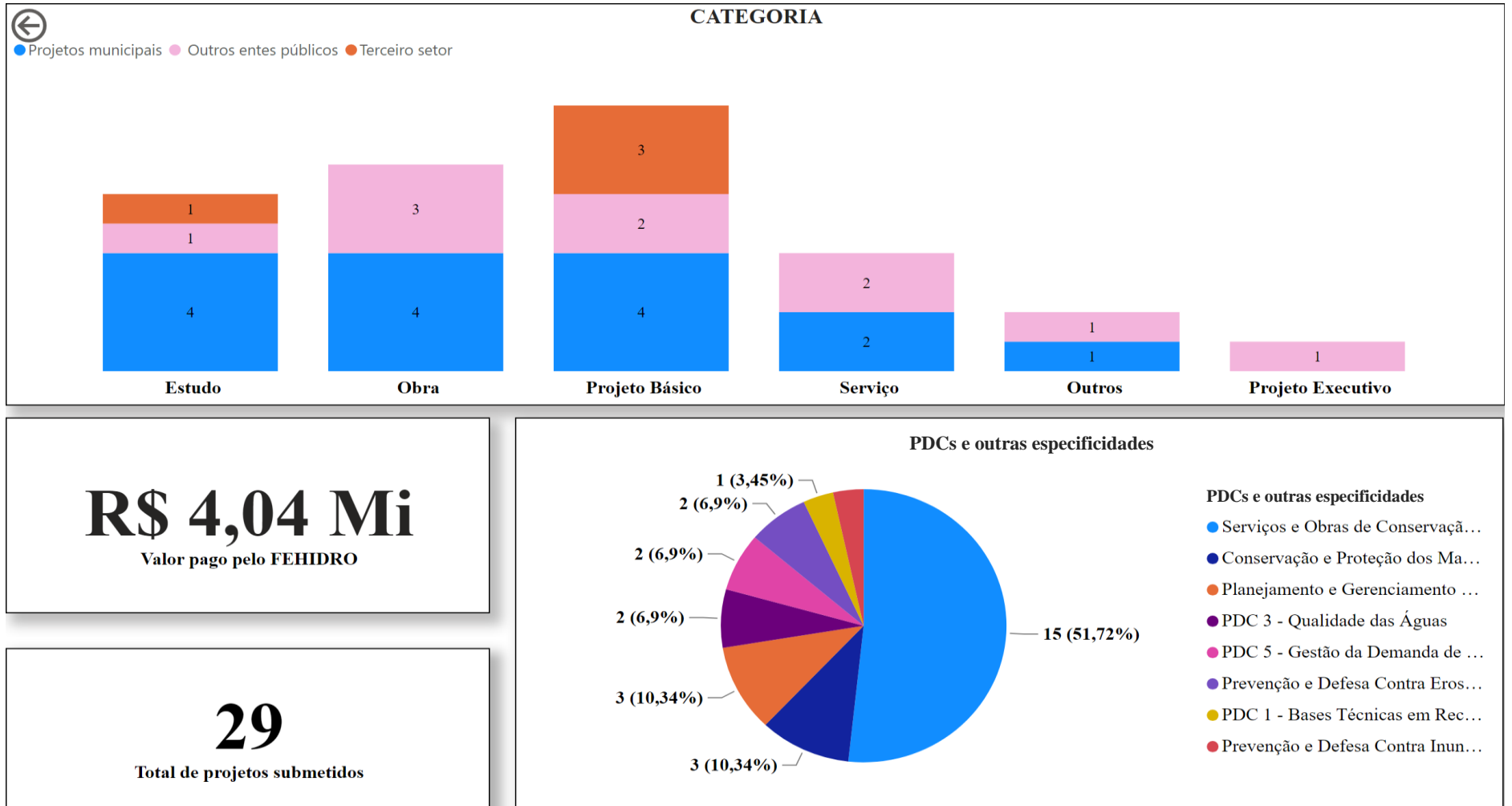
Fonte: Elaborado pela própria autora utilizando dados do SinFEHIDRO (2023).

Figura 18. Borebi



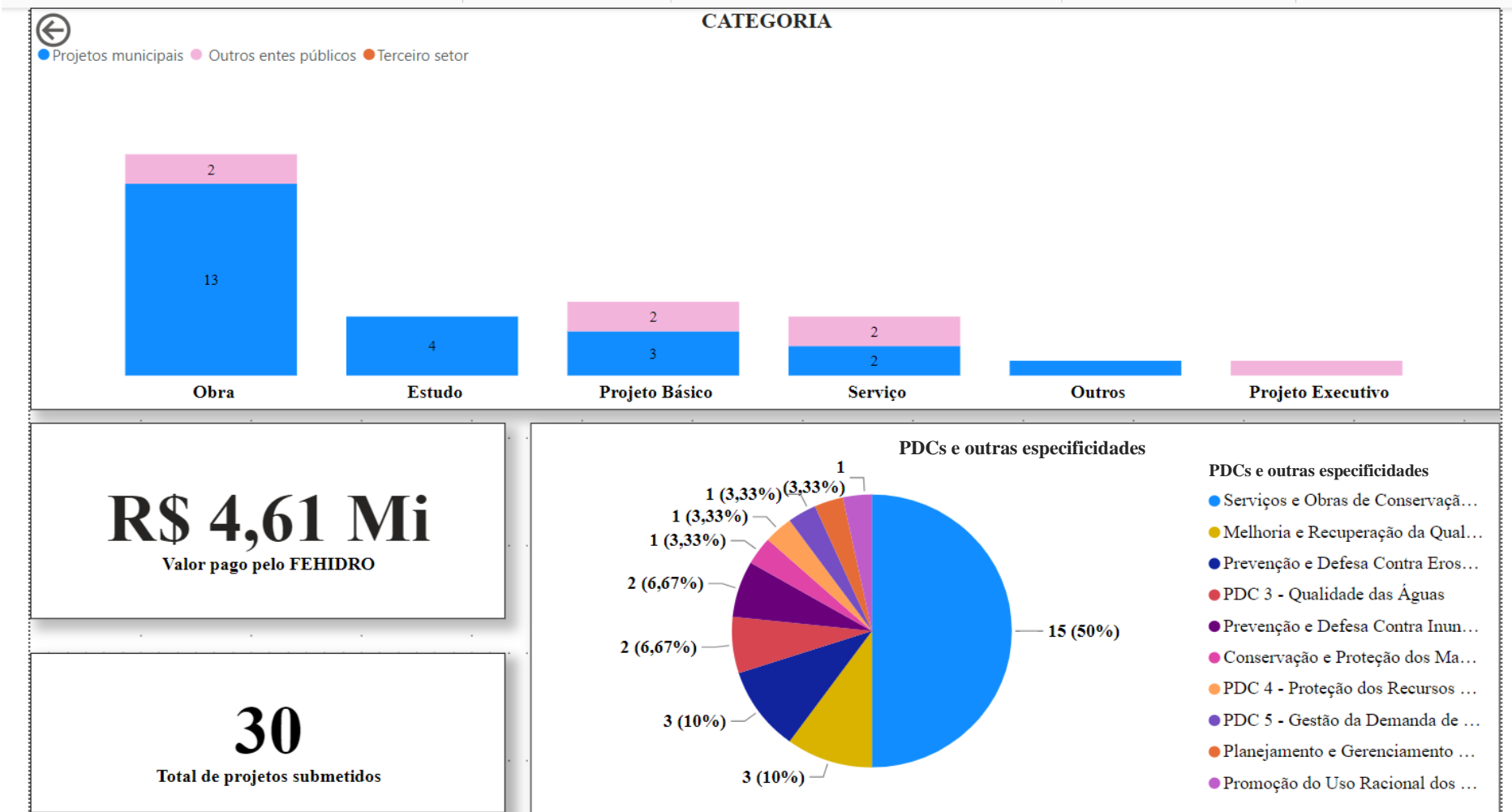
Fonte: Elaborado pela própria autora utilizando dados do SinFEHIDRO (2023).

Figura 19. Brotas



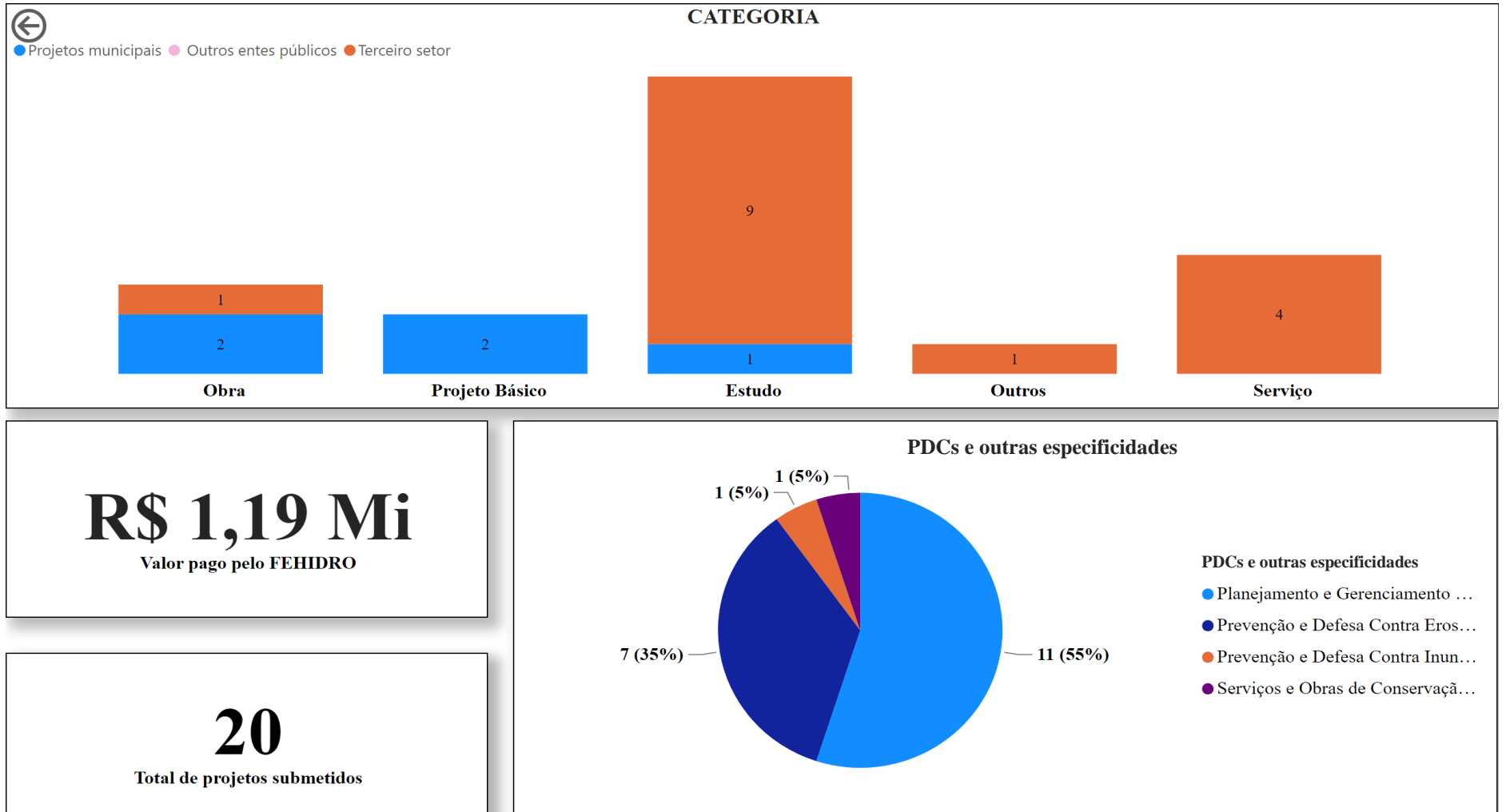
Fonte: Elaborado pela própria autora utilizando dados do SinFEHIDRO (2023).

Figura 20. Dois Córregos



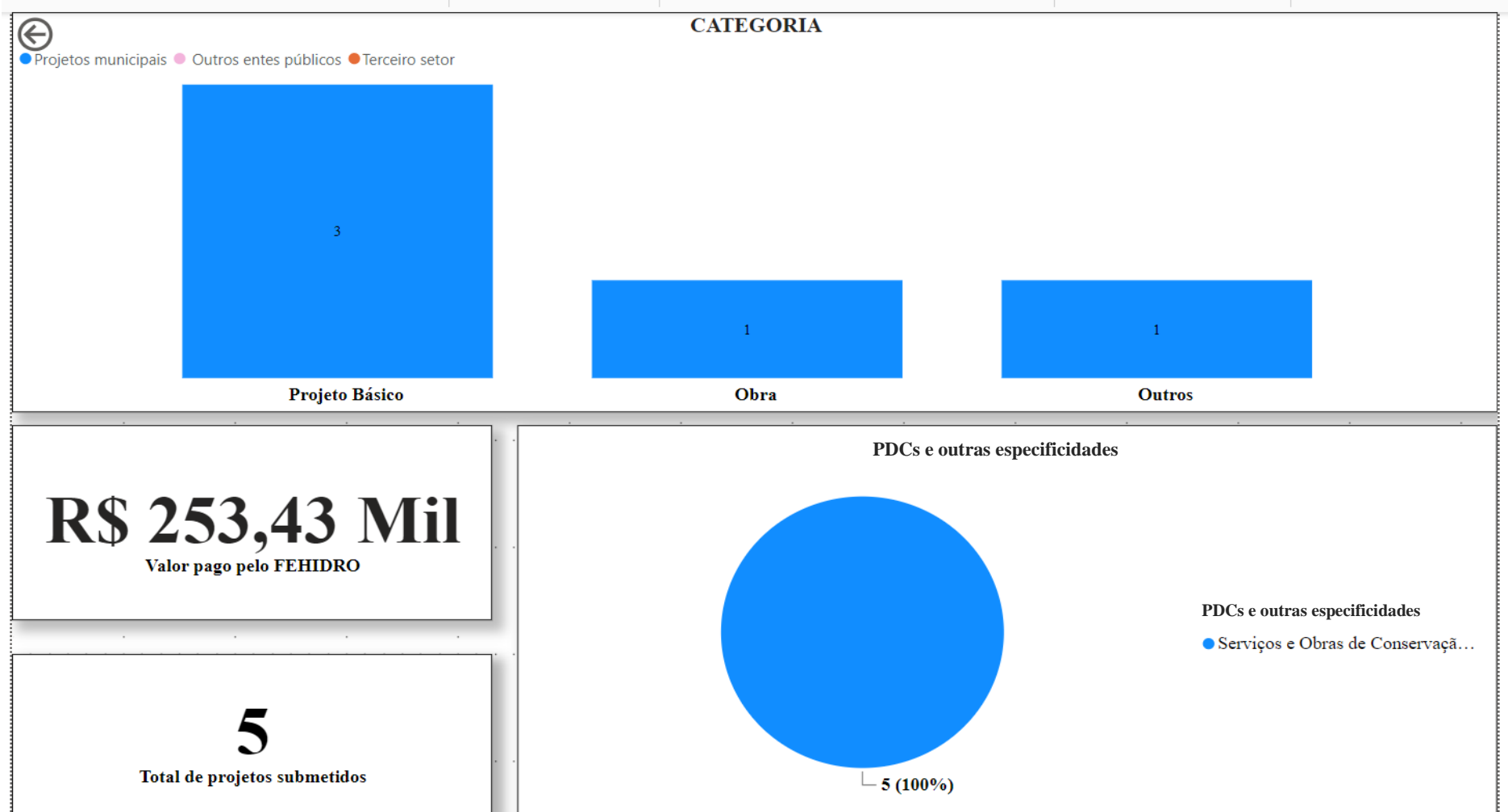
Fonte: Elaborado pela própria autora utilizando dados do SinFEHIDRO (2023).

Figura 21. Dourado



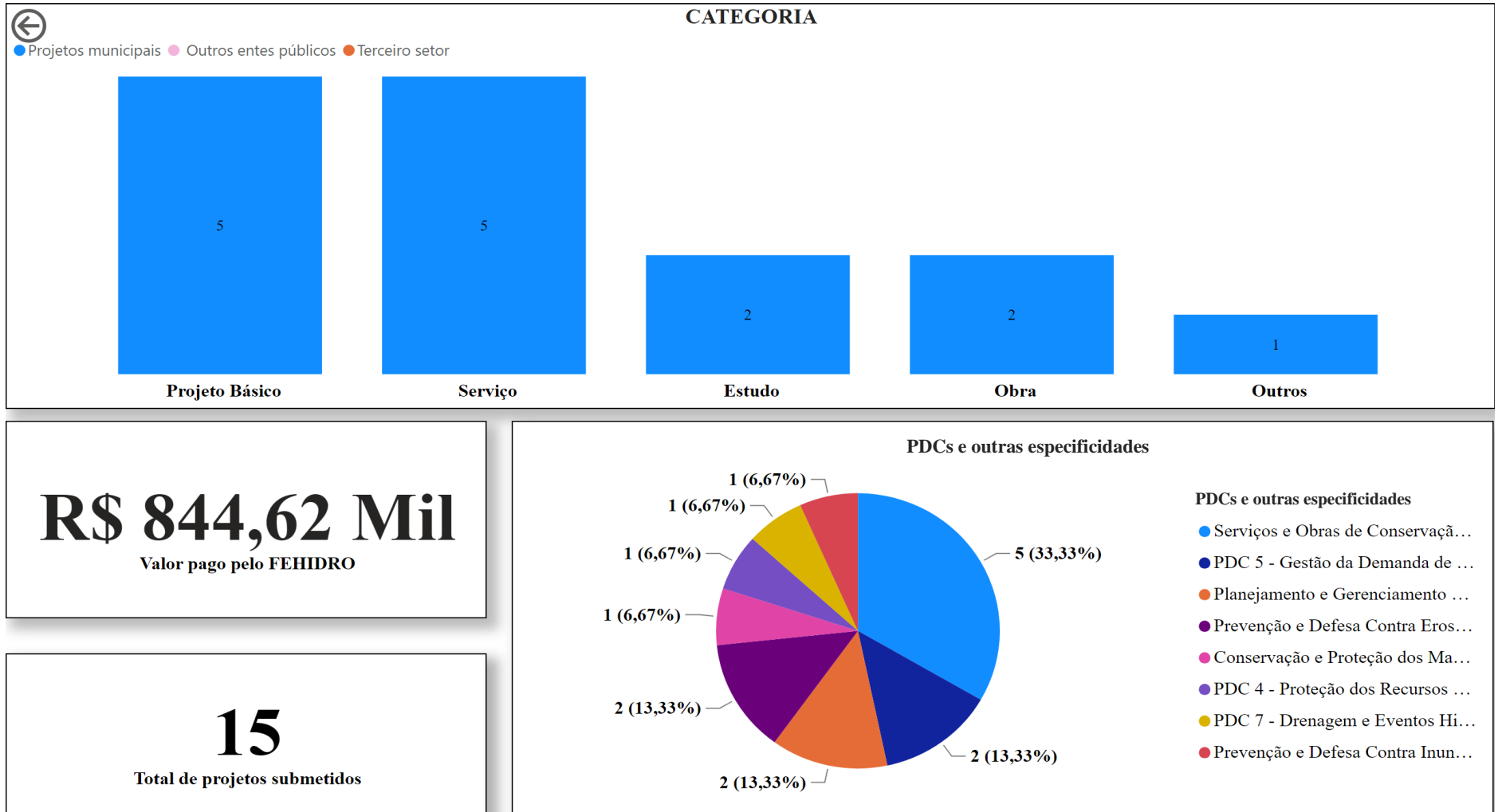
Fonte: Elaborado pela própria autora utilizando dados do SinFEHIDRO (2023).

Figura 22. Gavião Peixoto



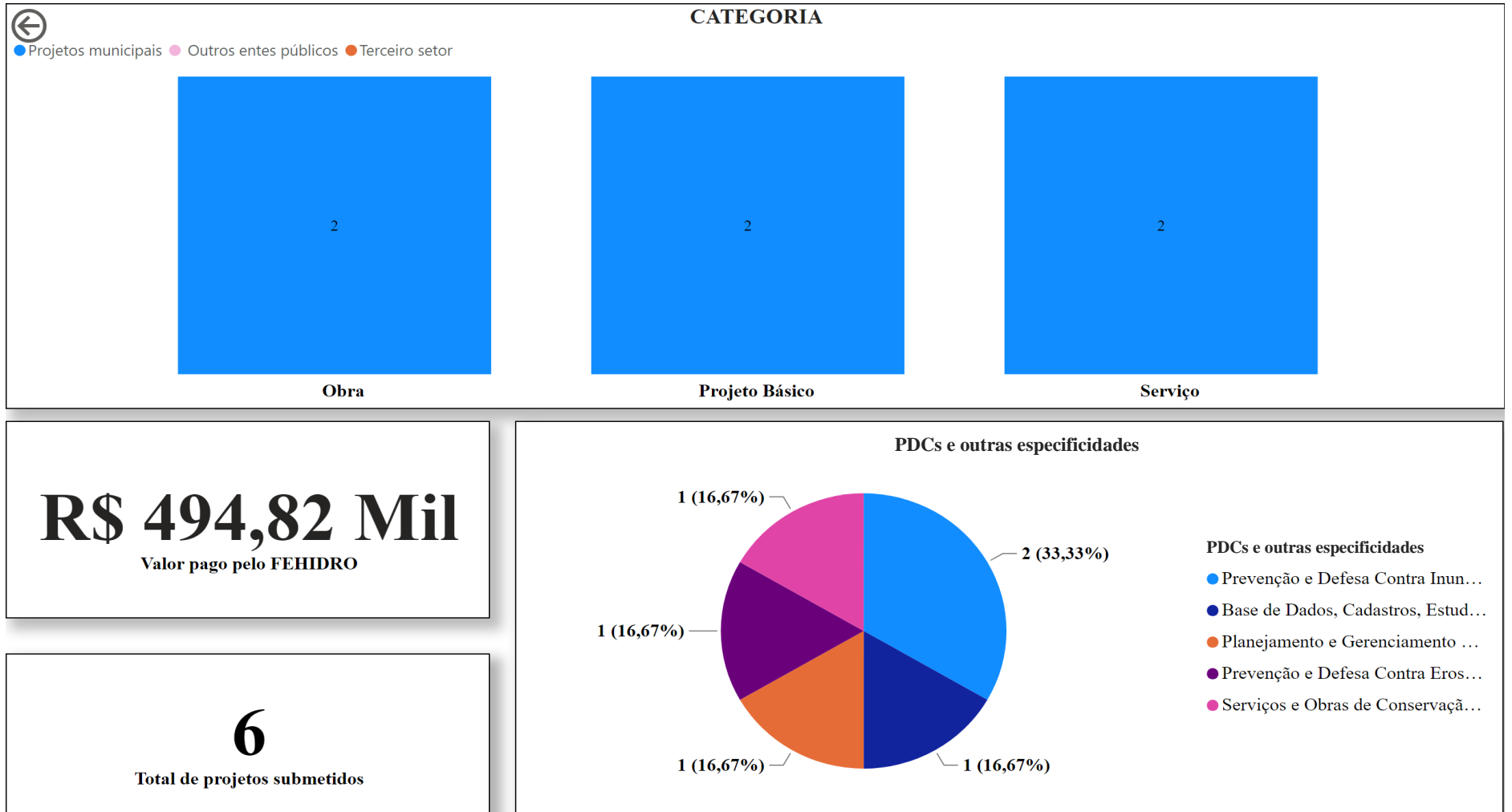
Fonte: Elaborado pela própria autora utilizando dados do SinFEHIDRO (2023).

Figura 23. Iacanga



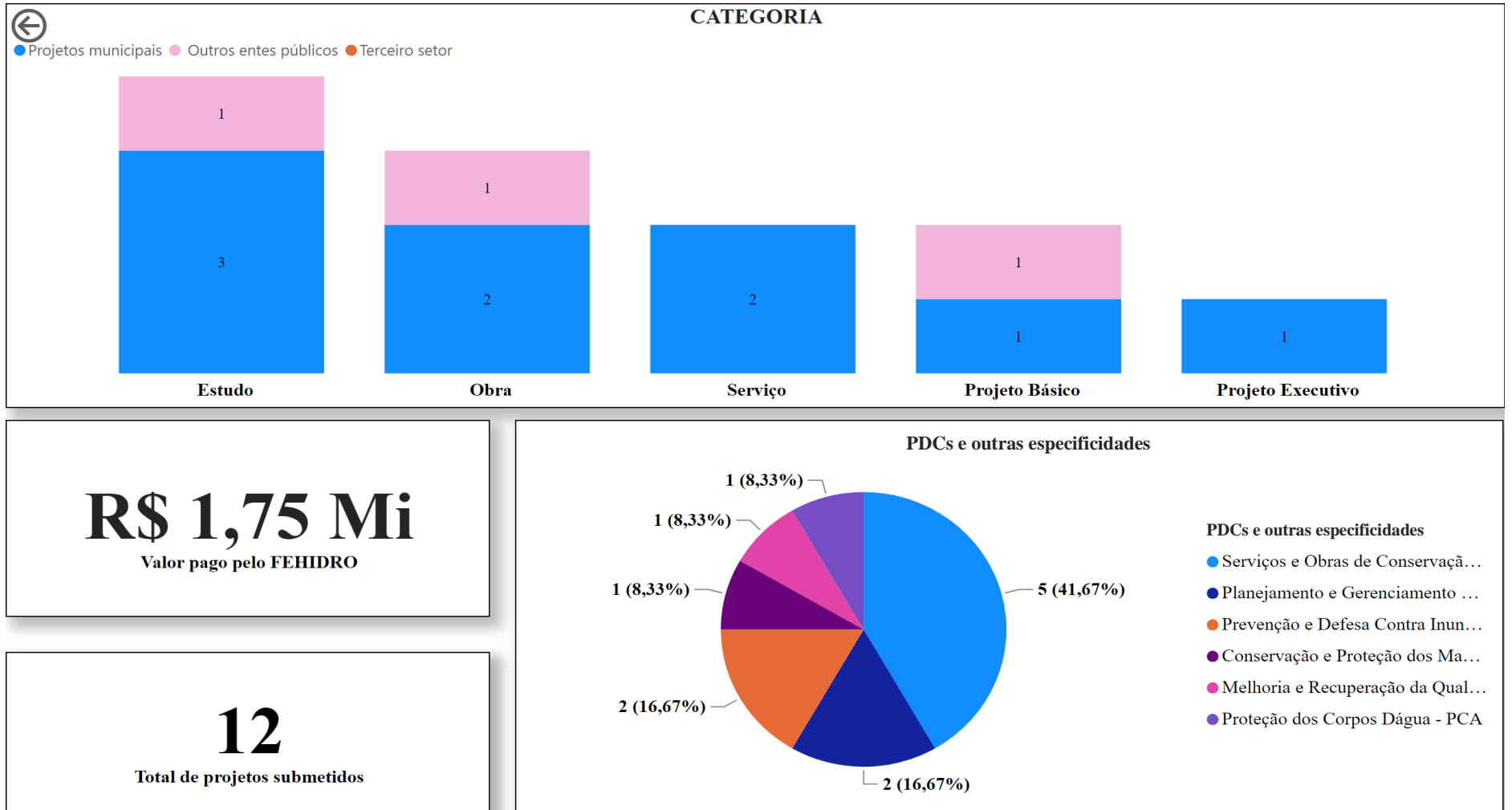
Fonte: Elaborado pela própria autora utilizando dados do SinFEHIDRO (2023).

Figura 24. Ibaté



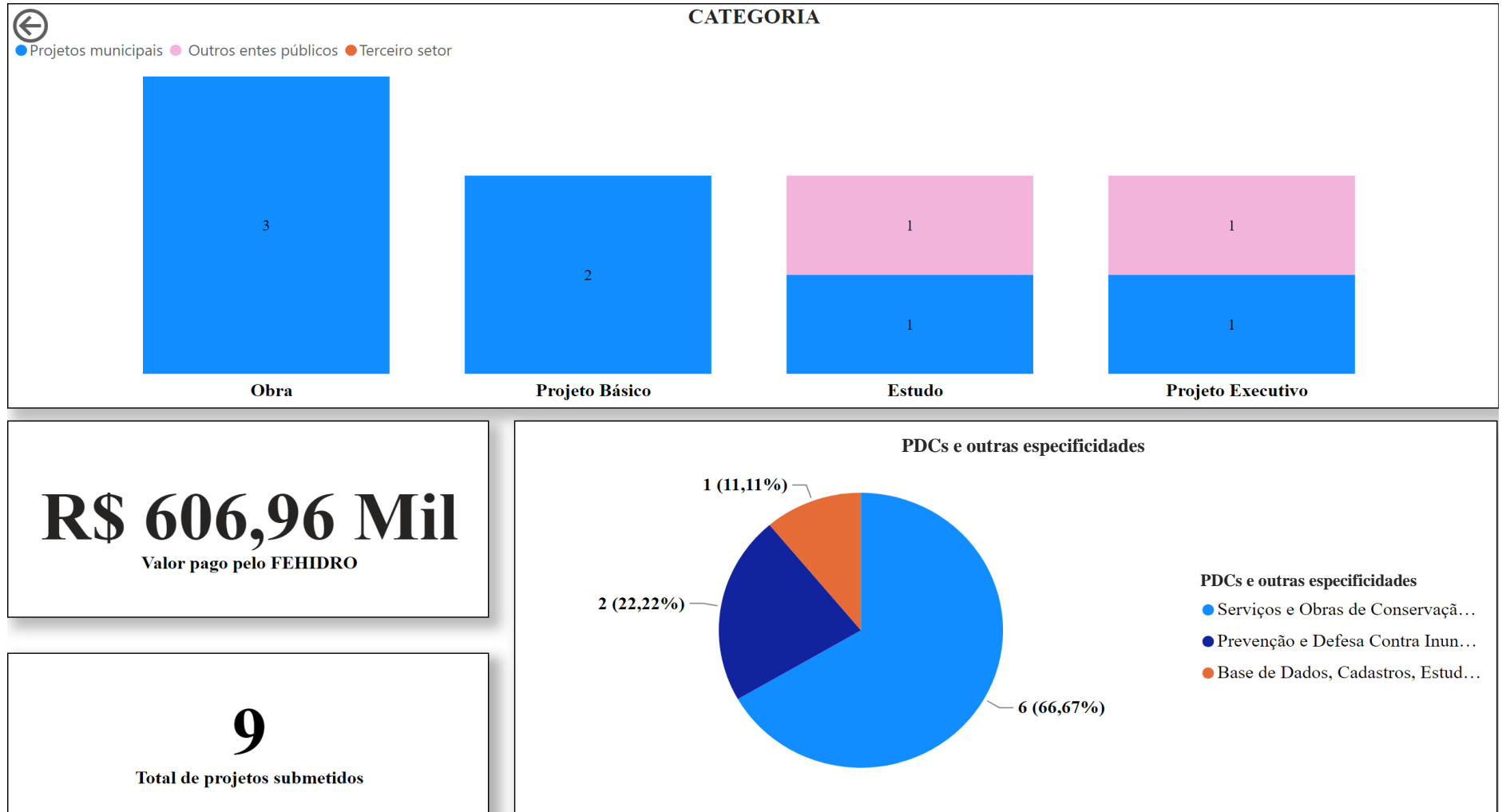
Fonte: Elaborado pela própria autora utilizando dados do SinFEHIDRO (2023).

Figura 25. Ibitinga



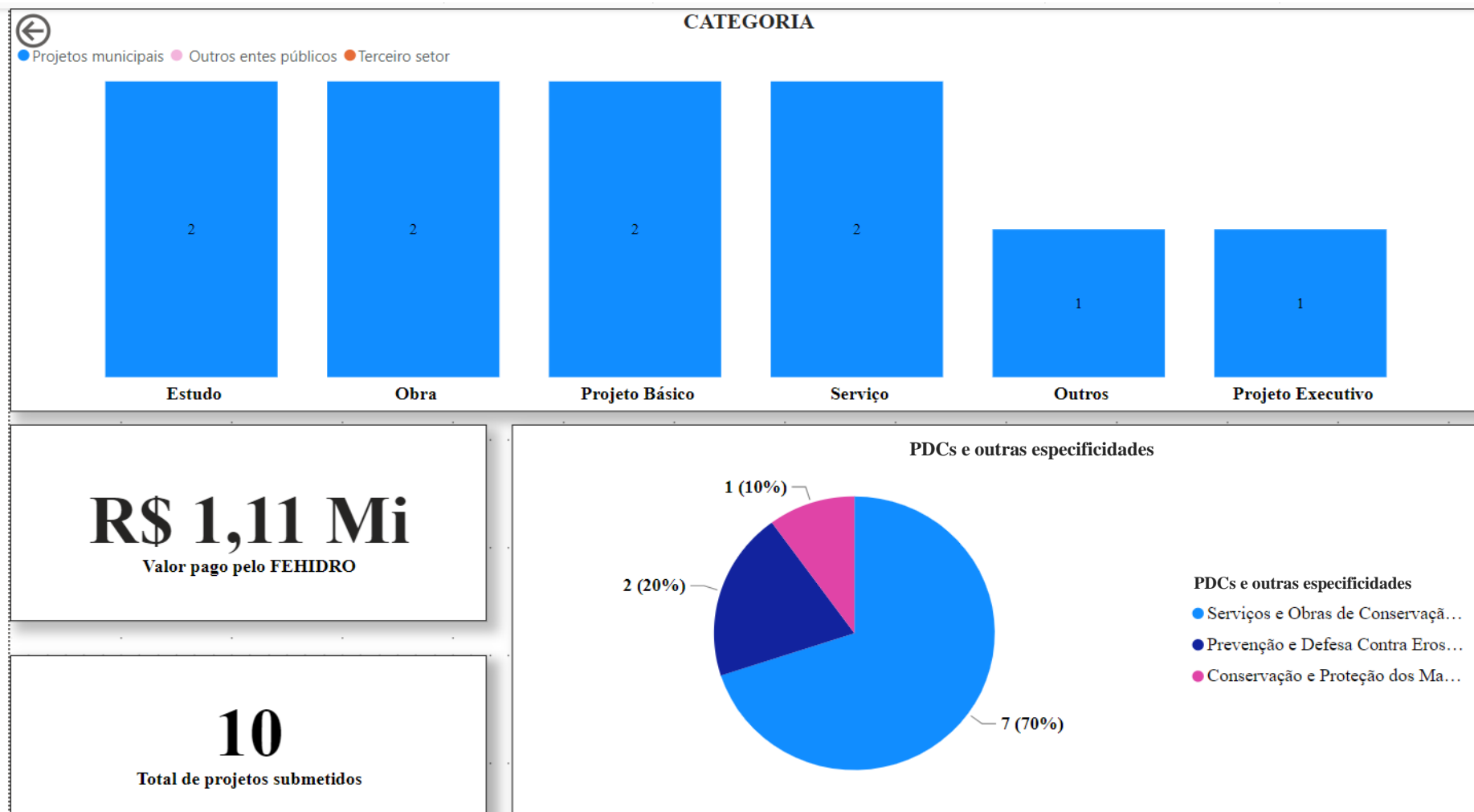
Fonte: Elaborado pela própria autora utilizando dados do SinFEHIDRO (2023).

Figura 26. Igaráçu do Tietê



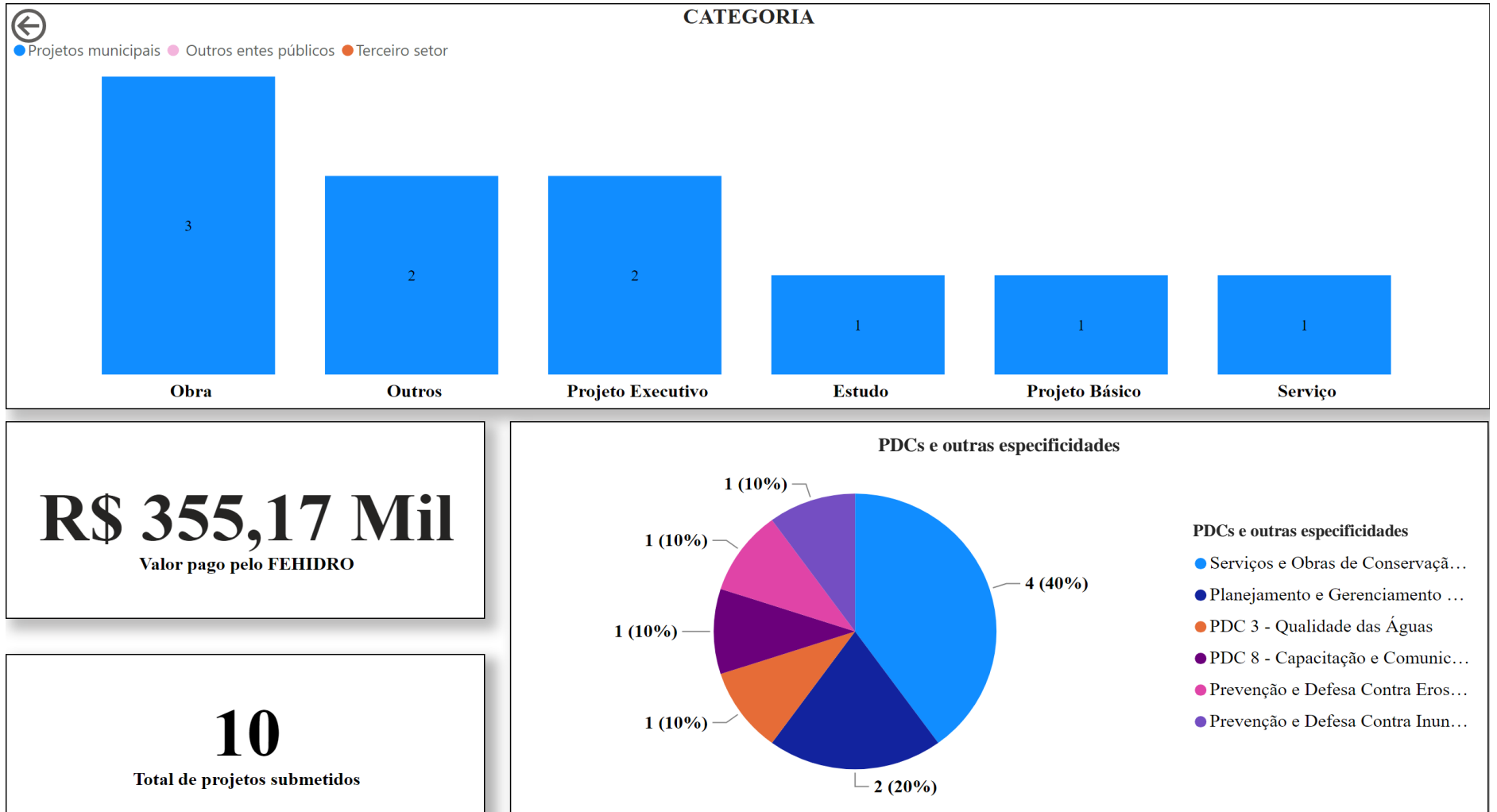
Fonte: Elaborado pela própria autora utilizando dados do SinFEHIDRO (2023).

Figura 27. Itaju



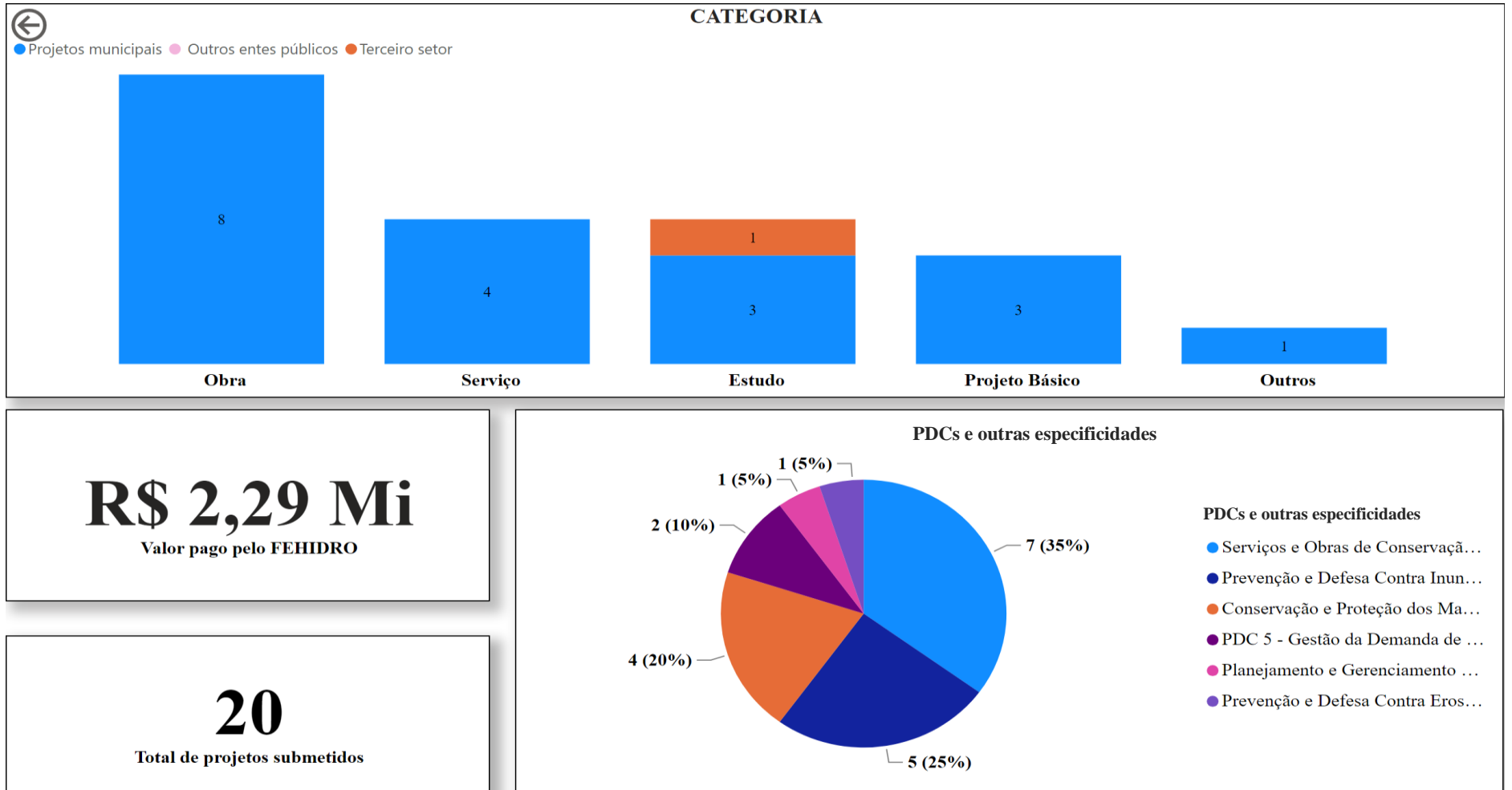
Fonte: Elaborado pela própria autora utilizando dados do SinFEHIDRO (2023).

Figura 28. Itapuí



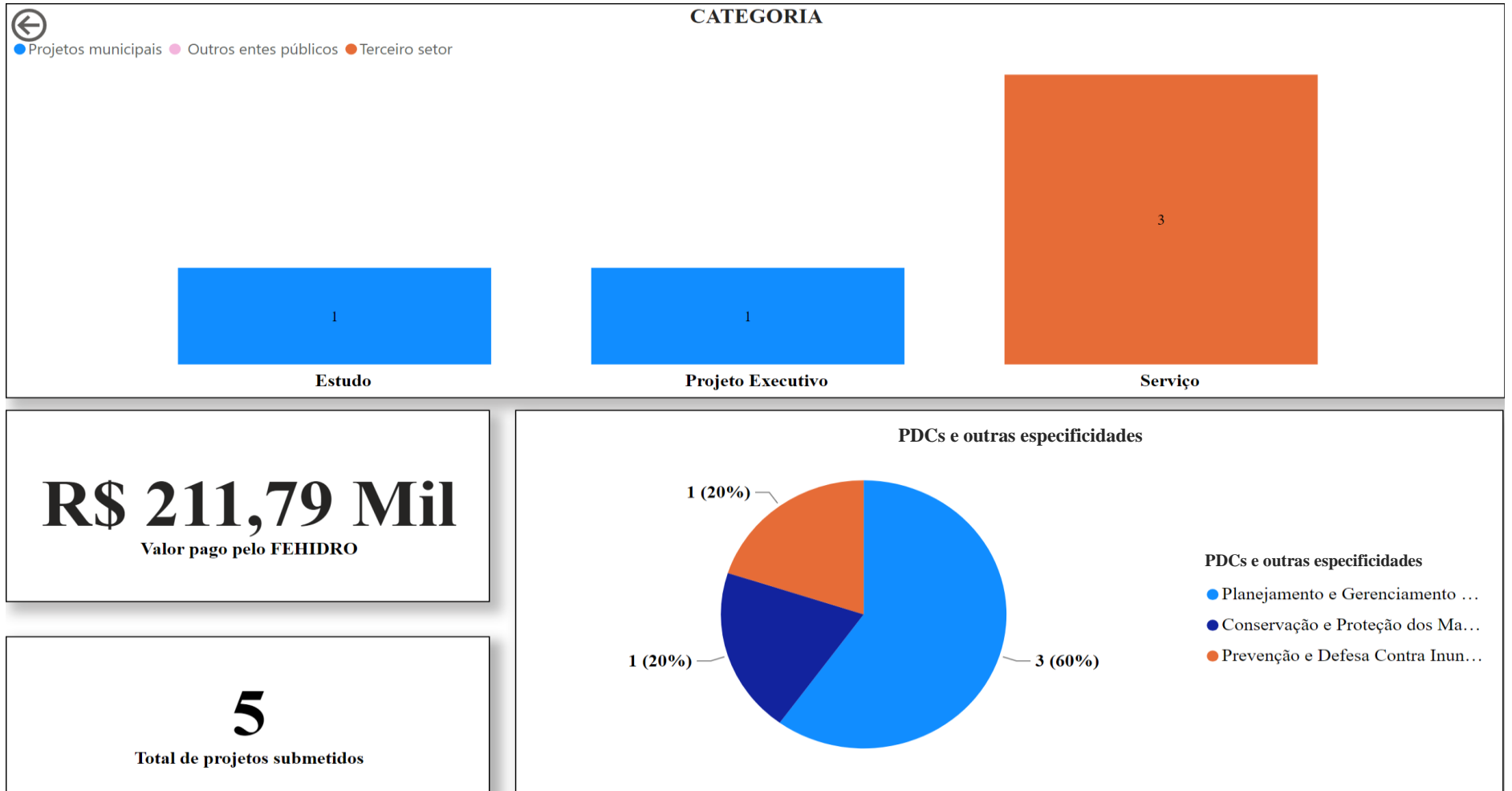
Fonte: Elaborado pela própria autora utilizando dados do SinFEHIDRO (2023).

Figura 29. Itirapina



Fonte: Elaborado pela própria autora utilizando dados do SinFEHIDRO (2023).

Figura 30. Jaú



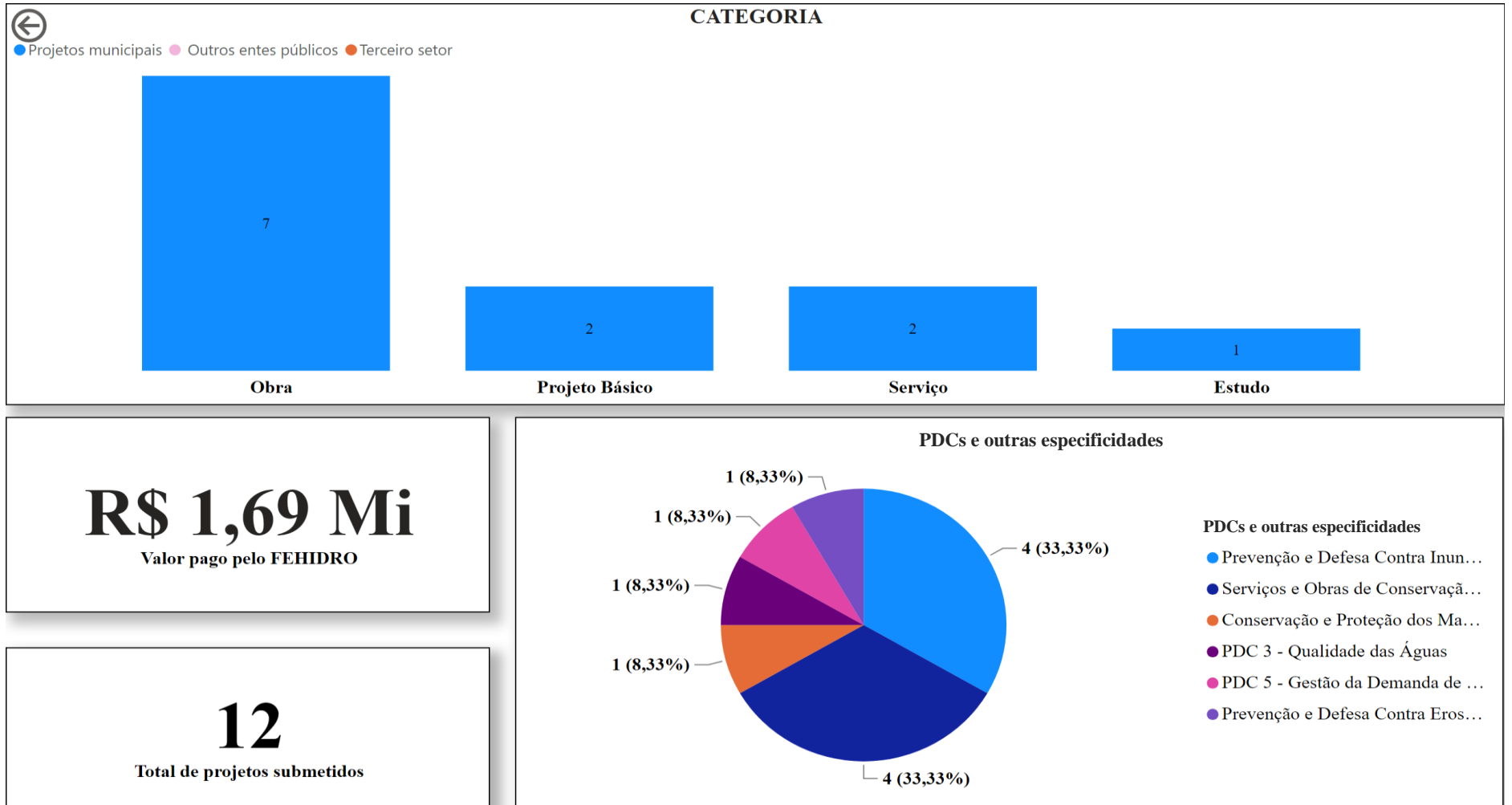
Fonte: Elaborado pela própria autora utilizando dados do SinFEHIDRO (2023).

Figura 31. Lençóis Paulista



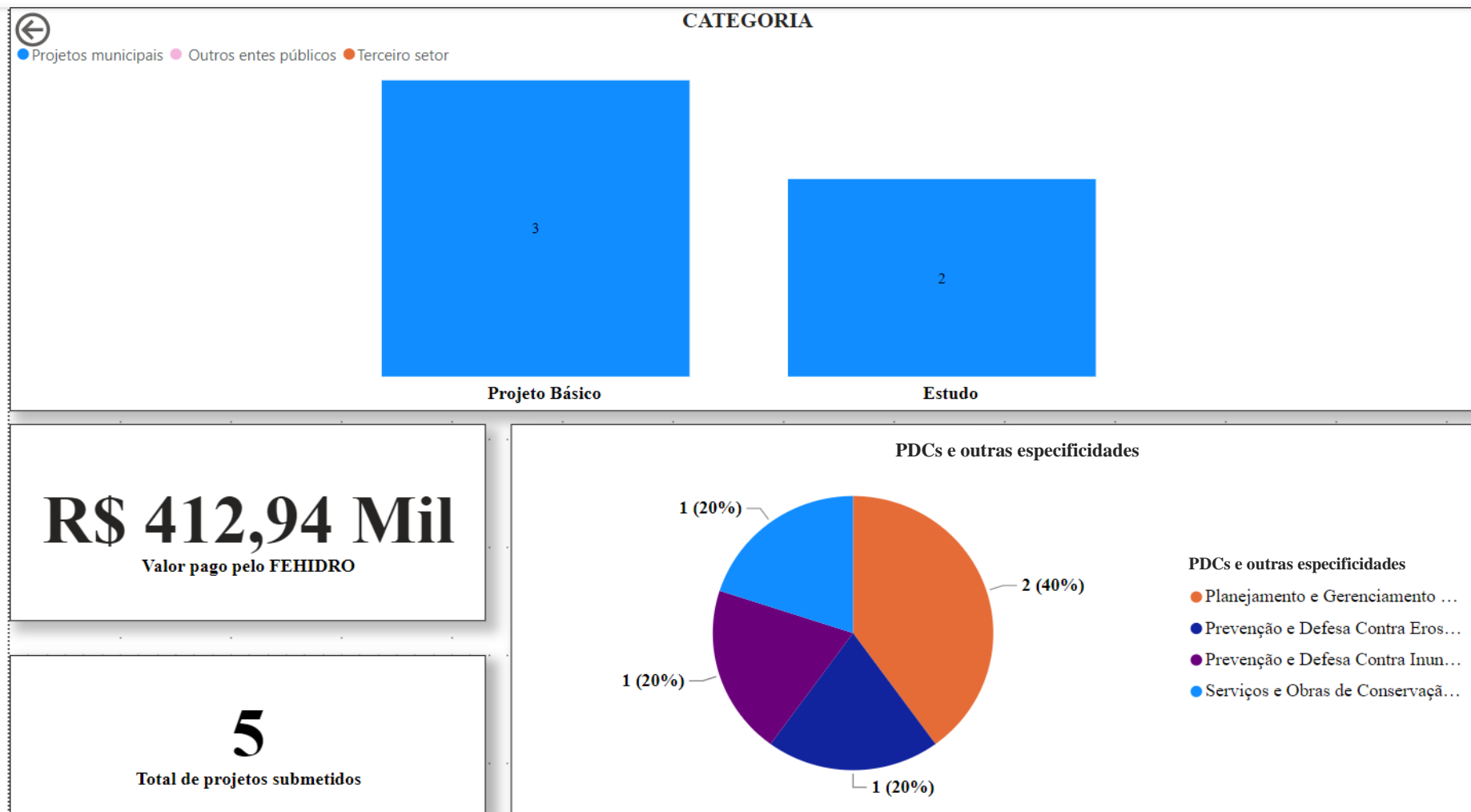
Fonte: Elaborado pela própria autora utilizando dados do SinFEHIDRO (2023).

Figura 32. Macatuba



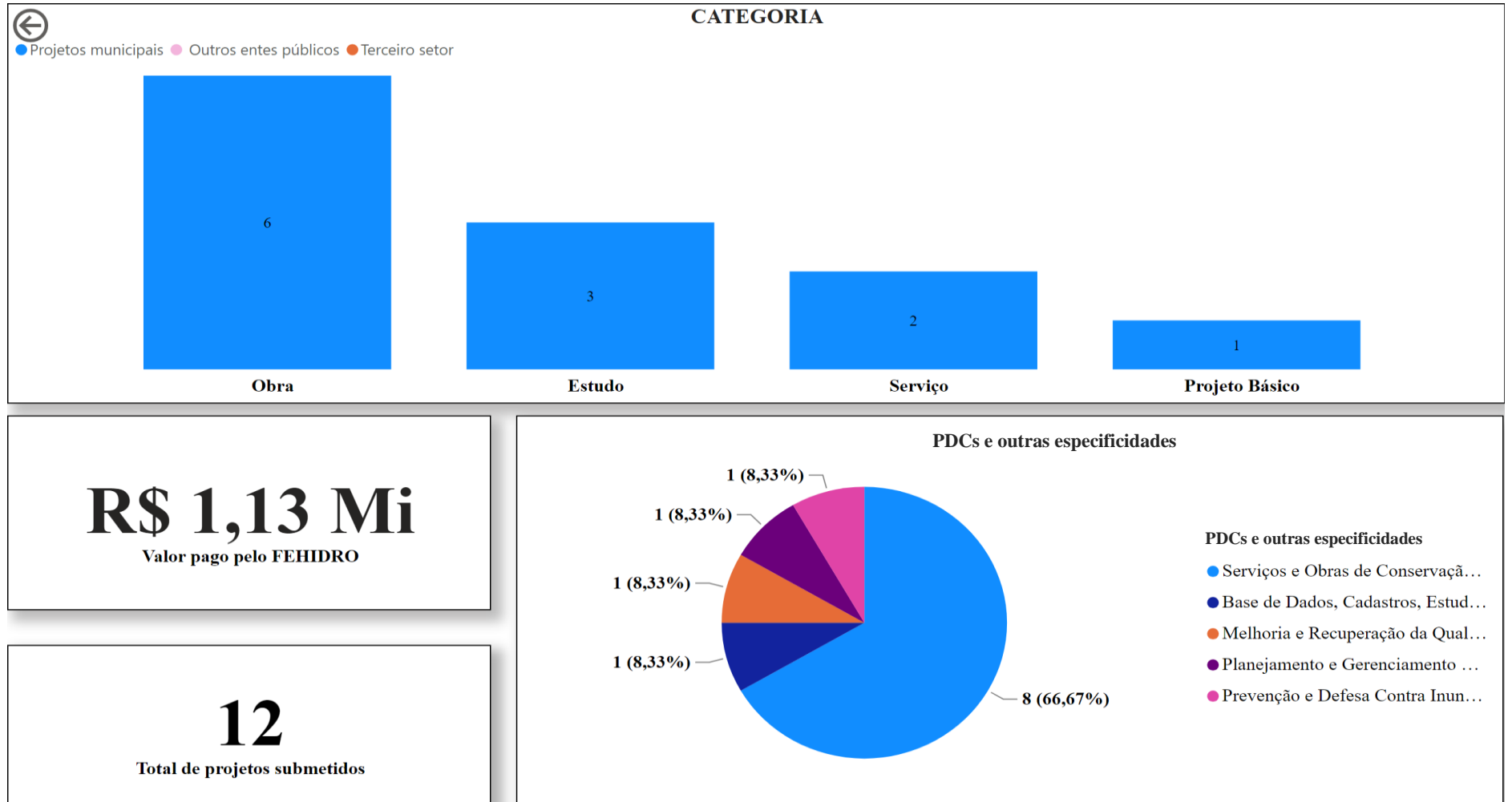
Fonte: Elaborado pela própria autora utilizando dados do SinFEHIDRO (2023).

Figura 33. Mineiros do Tietê



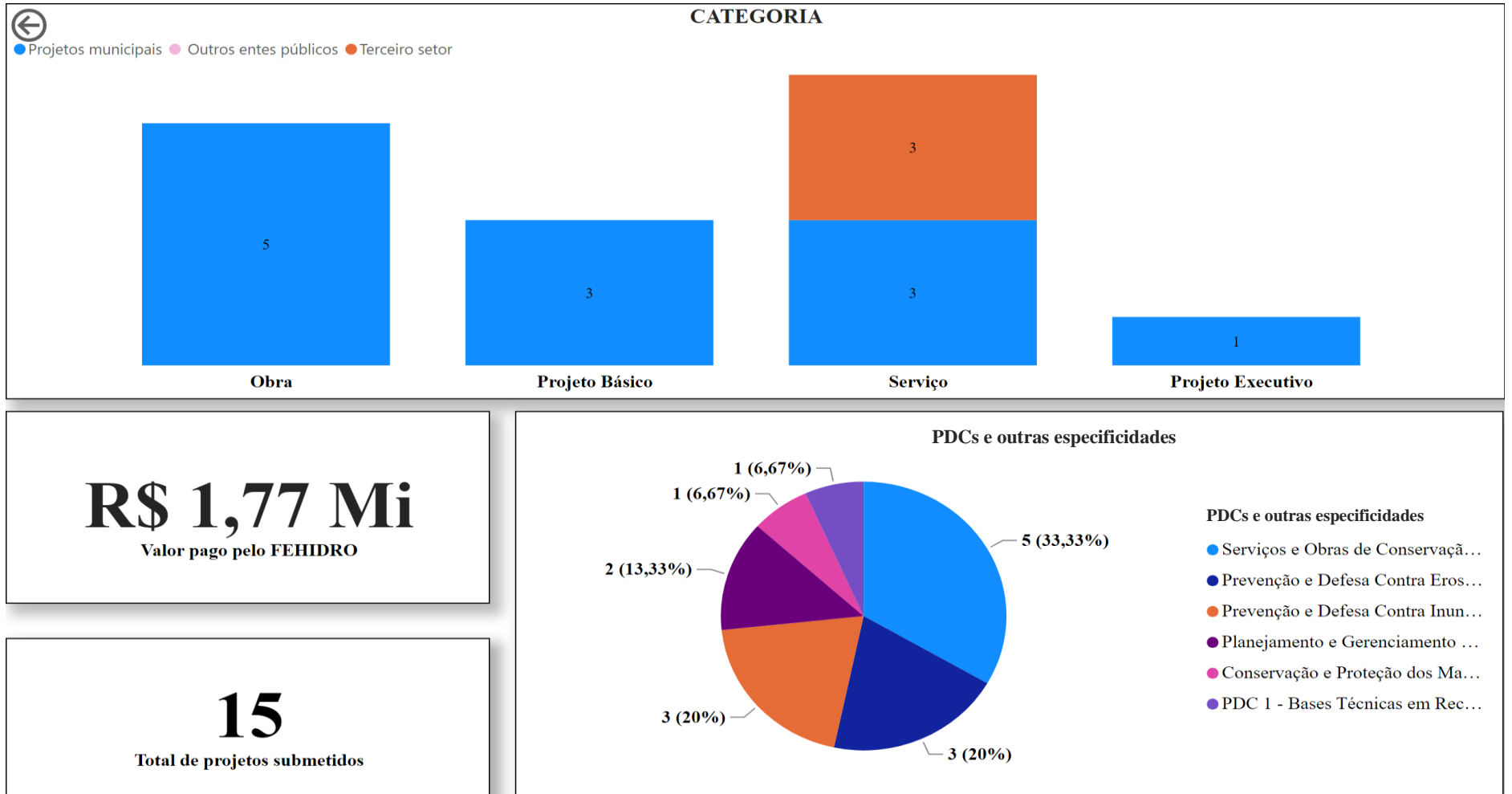
Fonte: Elaborado pela própria autora utilizando dados do SinFEHIDRO (2023).

Figura 34. Nova Europa



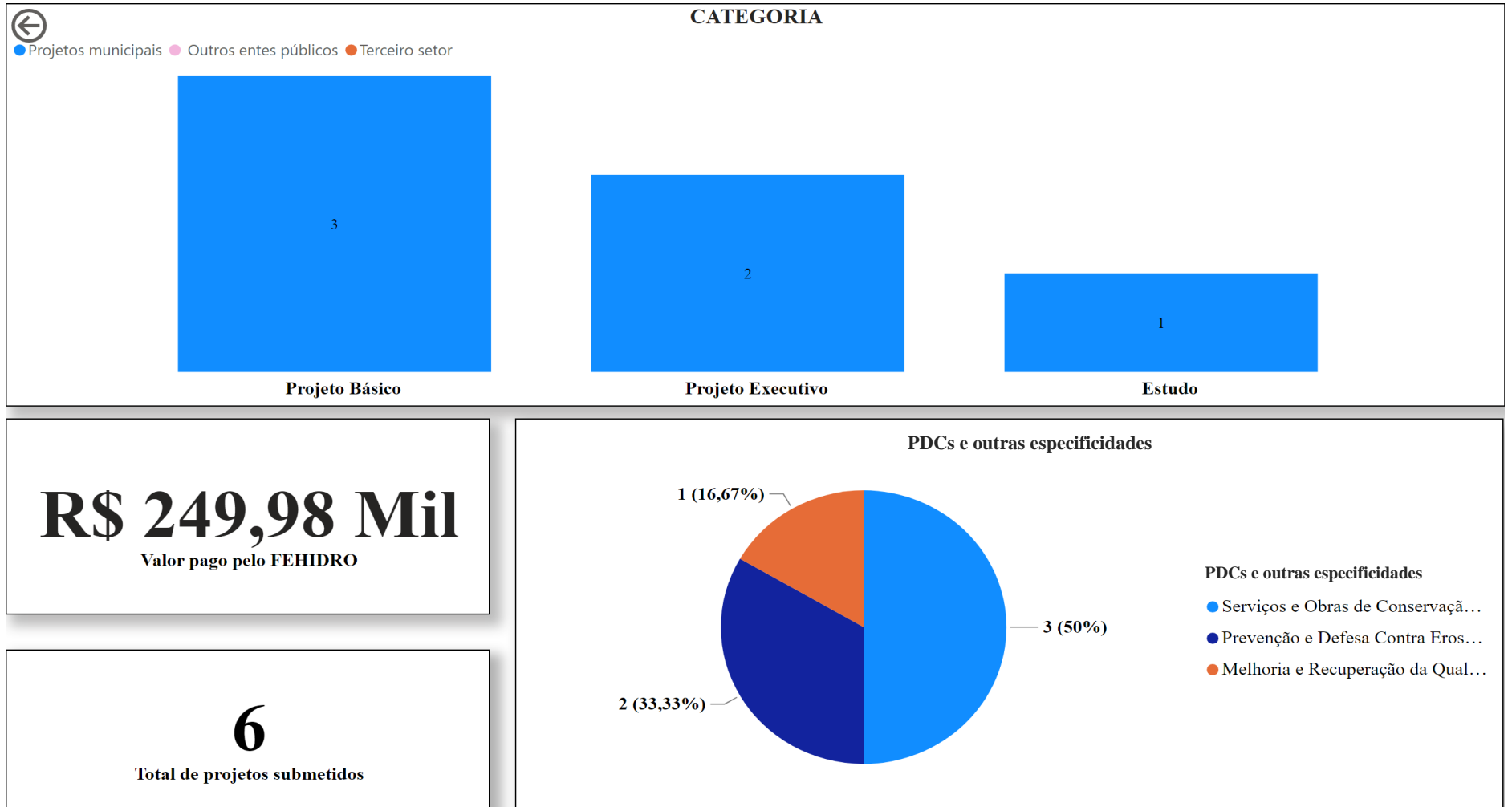
Fonte: Elaborado pela própria autora utilizando dados do SinFEHIDRO (2023).

Figura 35. Pederneiras



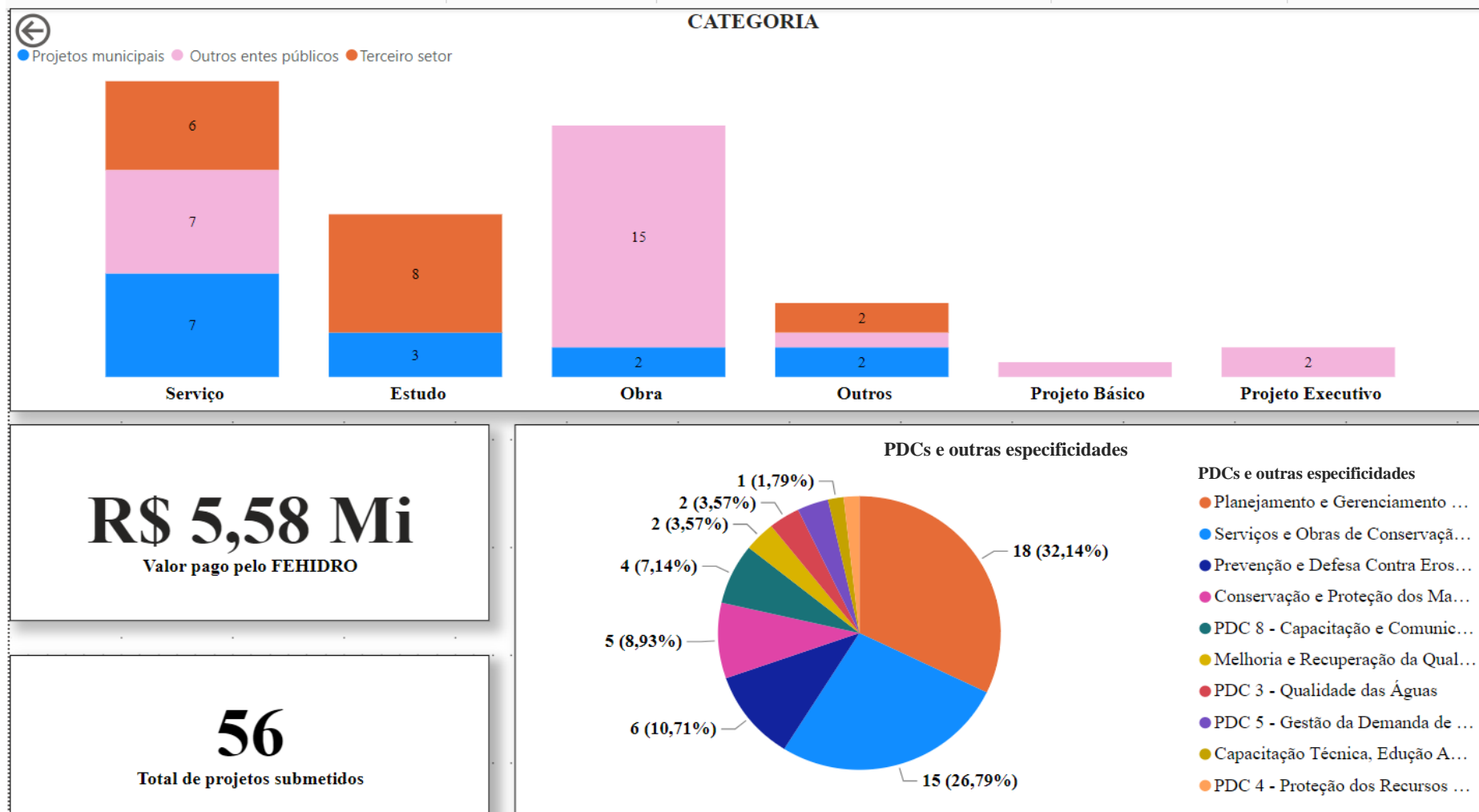
Fonte: Elaborado pela própria autora utilizando dados do SinFEHIDRO (2023).

Figura 36. Ribeirão Bonito



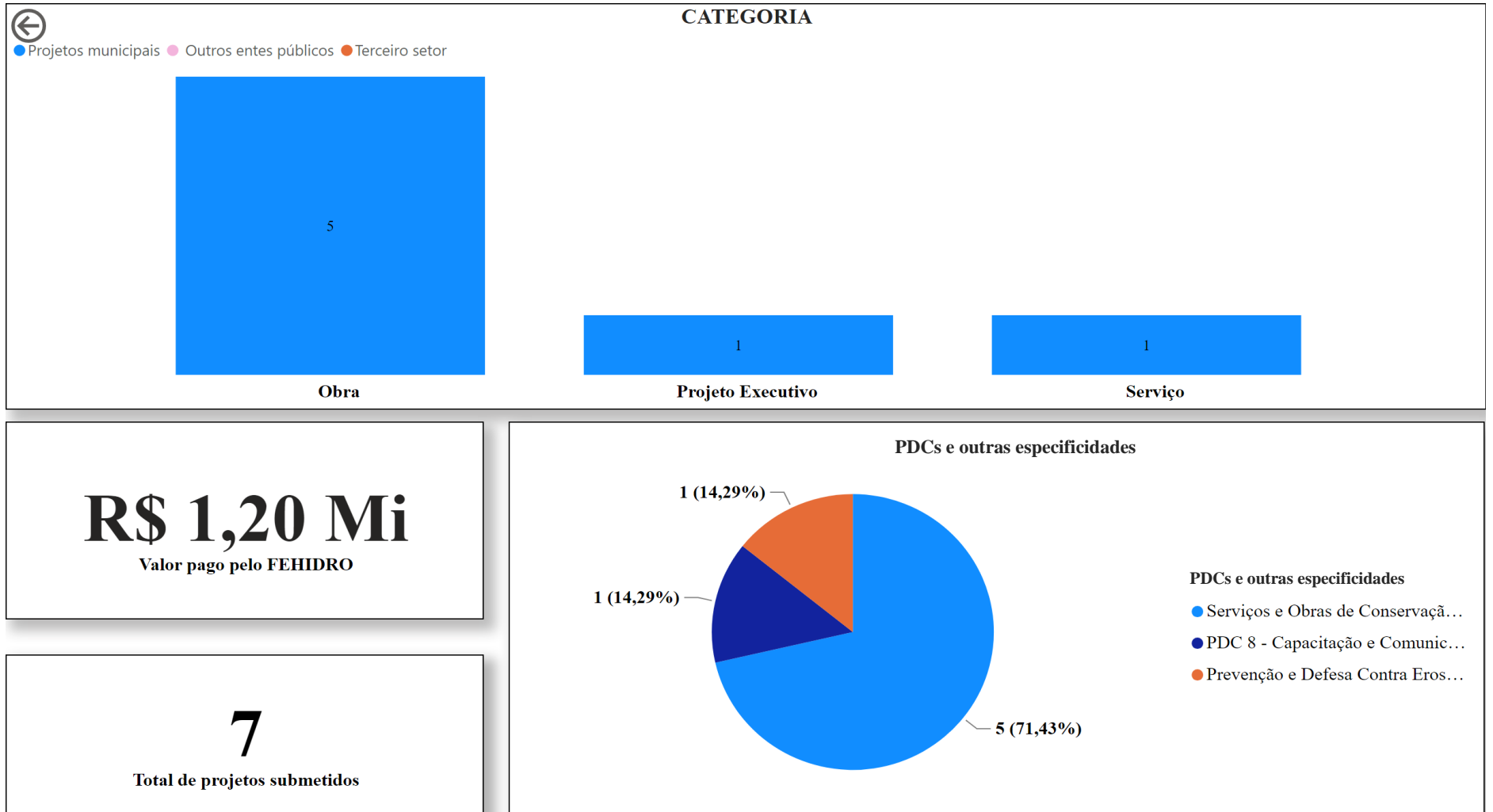
Fonte: Elaborado pela própria autora utilizando dados do SinFEHIDRO (2023).

Figura 37. São Carlos



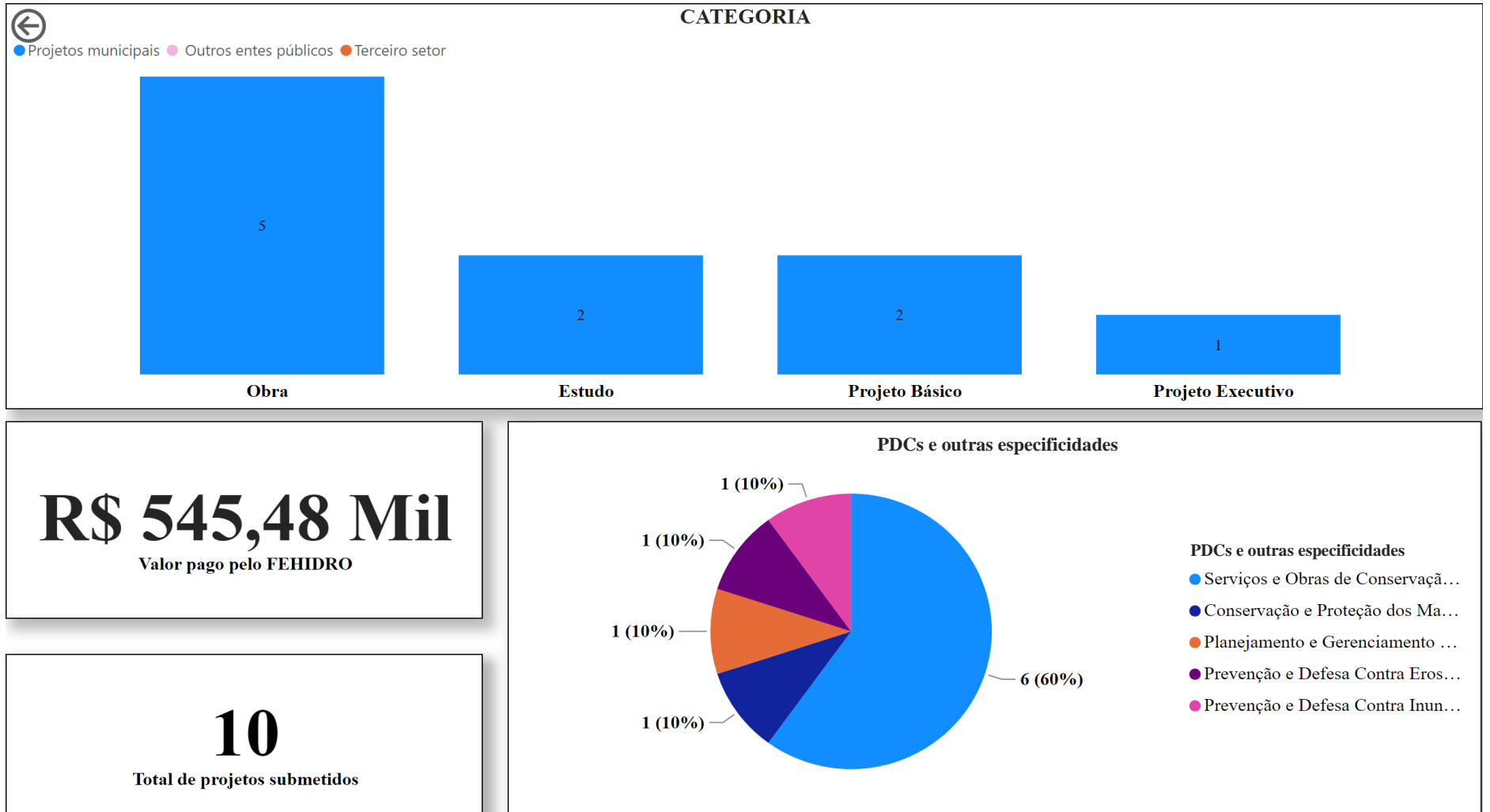
Fonte: Elaborado pela própria autora utilizando dados do SinFEHIDRO (2023).

Figura 38. São Manuel



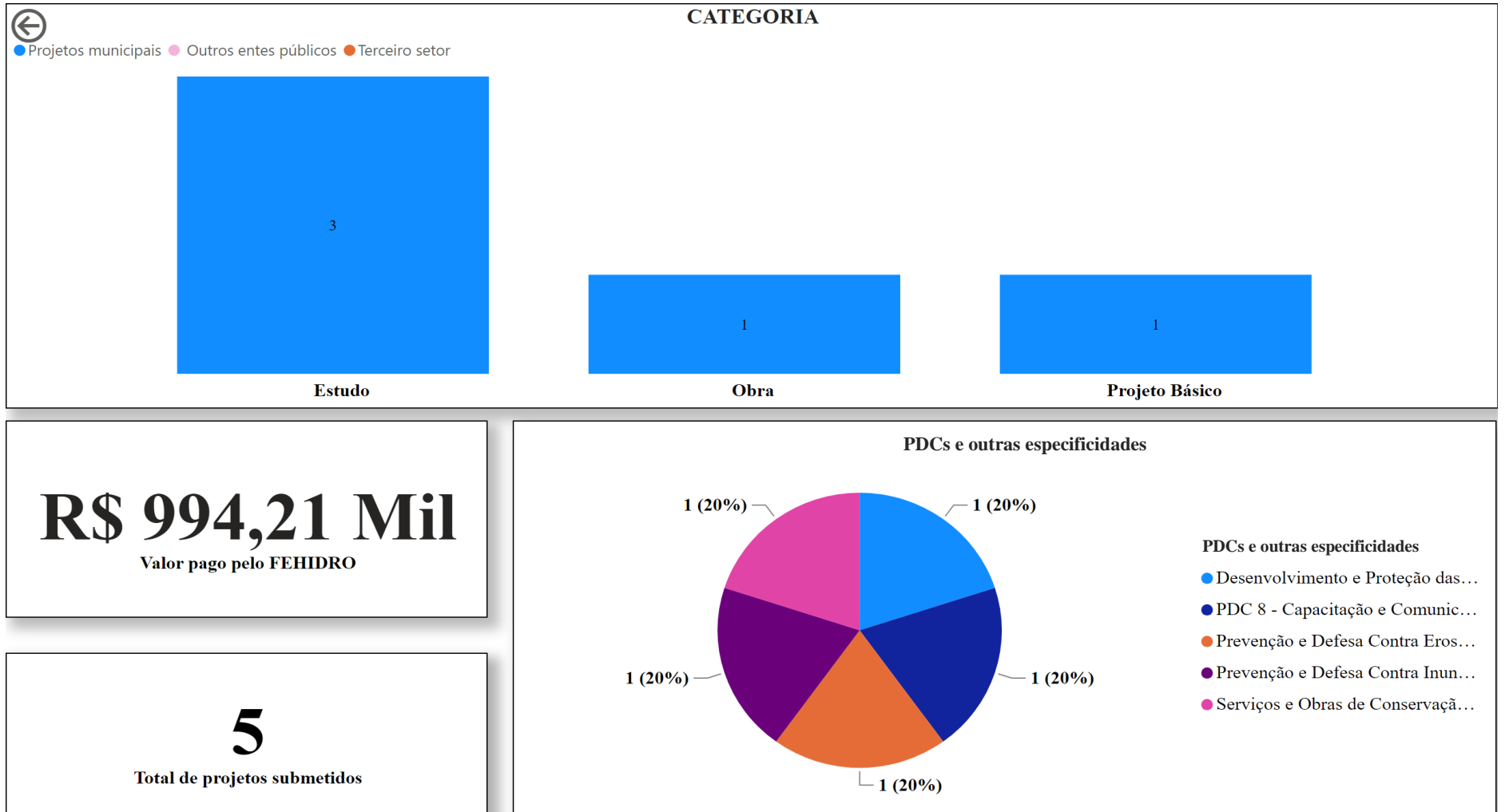
Fonte: Elaborado pela própria autora utilizando dados do SinFEHIDRO (2023).

Figura 39. Tabatinga



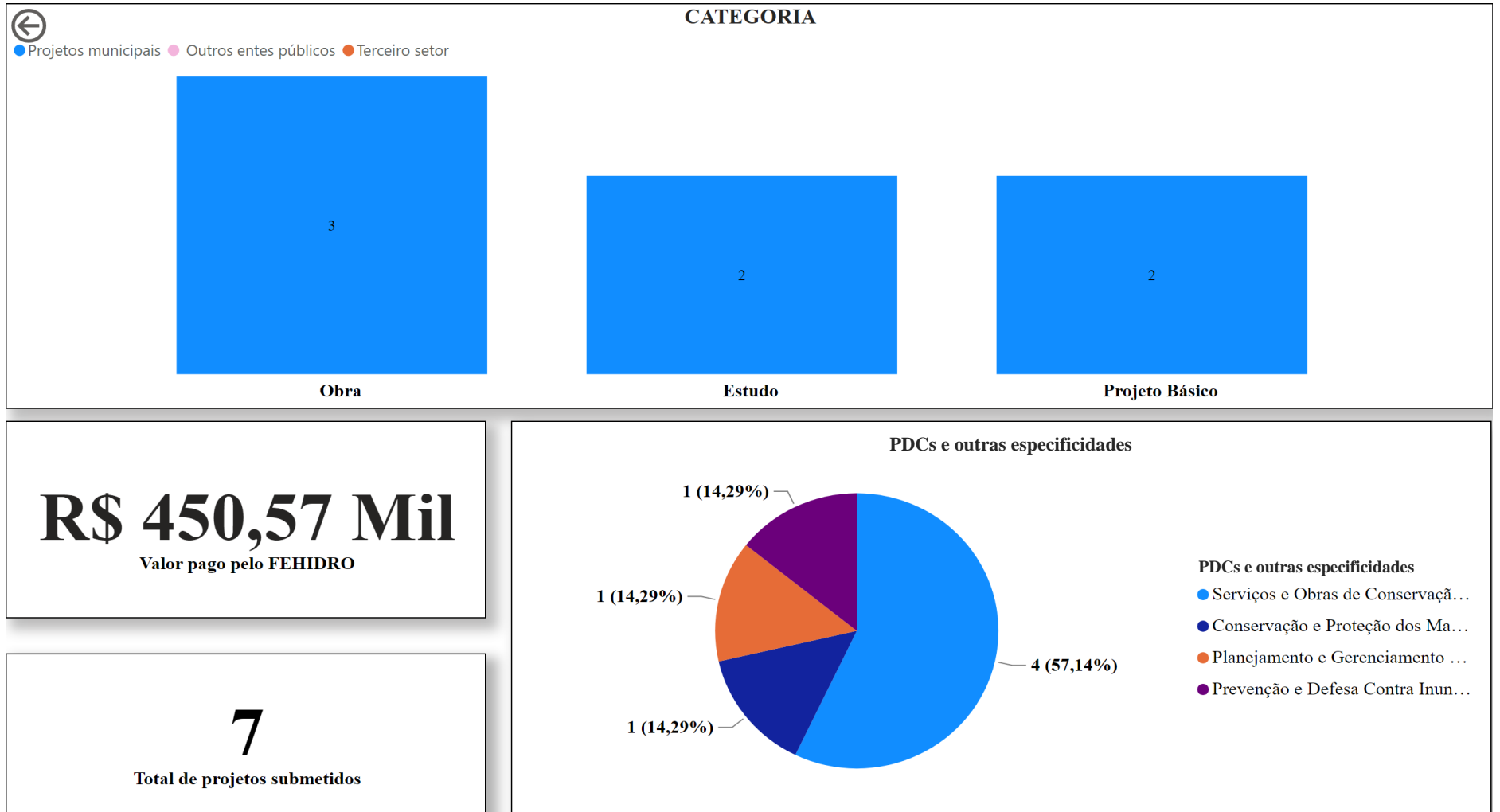
Fonte: Elaborado pela própria autora utilizando dados do SinFEHIDRO (2023).

Figura 40. Torrinha



Fonte: Elaborado pela própria autora utilizando dados do SinFEHIDRO (2023).

Figura 41. Trábiju



Fonte: Elaborado pela própria autora utilizando dados do SinFEHIDRO (2023).